U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

Odemira, Habitação e Imigração. Estratégias Para Uma Reabilitação Urbana

Davide Daniel da Costa Oliveira

M

2024

U.PORTO

Davide Daniel da Costa Oliveira
Odemira, Habitação e Imigração.
Estratégias Para Uma Reabilitação Urbana

M.FAUP **2024**

Odemira, Habitação e Imigração.
Estratégias Para Uma Reabilitação Urbana
Davide Daniel da Costa Oliveira

FACULDADE DE ARQUITETURA

ODEMIRA, HABITAÇÃO E IMIGRAÇÃO
ESTRATÉGIAS PARA UMA REABILITAÇÃO URBANA

Dissertação de Mestrado em Arquitetura
Davide Daniel da Costa Oliveira

Orientação de: Profª Doutora Ana Silva Fernandes (FAUP-CEAU)
Coorientação de: Profª Doutora Sílvia Leiria Viegas (UAlg-CIAC)

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2024

NOTA PRÉVIA

A presente dissertação foi redigida ao abrigo do novo acordo ortográfico, salvaguardando as citações que pratiquem o antigo acordo ortográfico. As citações transcritas de linguas estrangeiras foram livremente traduzidas pelo autor.

A dissertação deverá ser lida no modo "Exibição em duas páginas".

Sempre tentaste.
Sempre falhaste.
Não importa.
Tenta outra vez.
Falha de novo. Falha melhor.

Samuel Beckett

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, que fortificou o nosso lar com a sua sabedoria em dissimular o bem-estar da casa, mesmo quando tudo estivesse a cair sobre si. Esta dissertação é uma retribuição muito pequena face a tudo o que fez por mim.

Ao meu pai, que recortava artigos curiosos dos jornais e todos os dias deixava na minha secretária para eu aprender sobre, quando chegasse a casa. Entre eles estava o poema de Samuel Beckett. São a melhor prenda que poderia desejar receber novamente, mas farei questão de não perder o hábito.

Aos meus irmãos, e Maria e Inês, que sempre garantiram que eu não me esquecia da minha condição perpétua de irmão mais novo.

Aos meus amigos e colegas de faculdade, as noites perdidas não necessitavam do sacrifício, mas sem isso não teriamos aquelas memórias.

Aos meus amigos fora da faculdade, personalidades raras para dizer o mínimo, mas pelas quais possuo um grande carinho e a convicção da longevidade na nossa amizade.

Às minhas professoras orientadoras, Ana Silva Fernandes e Sílvia Leiria Viegas. Primeiro pelo seu aconselhamento preciso e pela sua paciência, e em segundo pelas ocasiões em que a conversa dispersava e falávamos de temas paralelos, dos quais também aprendi e que terminavam em momentos sorridentes.

Aos professores que acompanharam o meu percurso, tanto na *Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto* como na *Università Degli Studi Roma Tre*.

E a todas as restantes pessoas ao meu lado até este momento, obrigado.

RESUMO

A presente dissertação tem como tema a precariedade nas condições habitacionais dos trabalhadores imigrantes do concelho de Odemira.

Tratando-se de um modesto concelho pertencente ao distrito de Beja, Odemira destacou-se em 2021 nas capas dos jornais por duas razões aparentemente distintas. São essas o registo de maior crescimento populacional percentual na última década, de acordo com os dados dos Censos 2021, e a cerca sanitária a duas freguesias devido a um surto de Covid-19 entre a comunidade imigrante empregada nas produções agrícolas. A exposição mediática denunciou as condições indignas de sobrelotação e insalubridade em que habitavam os imigrantes de Odemira que trabalham nas referidas produções e incitou à ação sobre o tema. É sobre as respostas providenciadas nos quesitos da habitação, espaço público e atratividade urbana que se debruçará a nossa investigação.

Por um lado, este problema gera o mote para a discussão das alterações sócio-territoriais provocadas pelo acelerado crescimento populacional resultante das vagas migratórias, numa região com carências estruturais de habitação e serviços e marginal ao contexto do centralismo nacional. Por outro lado, a urgência de atuação coloca à prova a autoridade e cooperação tanto dos agentes locais como centrais, numa lógica de governança multinível. Para o propósito, as entidades responsáveis são munidas pelos instrumentos de política habitacional e pelo financiamento excecional do Plano de Recuperação e Resiliência, no valor de 85 milhões de euros.

É na oportunidade criada por este fluxo migratório em massa para o concelho que se propõe pensar criticamente a dinâmica entre os empreendimentos agrícolas, as pessoas (locais e imigrantes) e o território, analisar as propostas até então concebidas e por conceber para a melhoria das condições de vida da população odemirense, e pela lente de um arquiteto ponderar linhas orientadoras que otimizem os processos de integração e capacitem o tecido urbano alentejano.

ABSTRACT

The following dissertation is about the precarious housing conditions of immigrant workers in the municipality of Odemira.

A modest municipality in the district of Beja, Odemira stood out on the front pages of newspapers in 2021 for two apparently different reasons. These are the record of the highest percentage population growth in the last decade, according to the 2021 Census data, and the sanitary fence around two parishes due to an outbreak of Covid-19 among the immigrant community employed in agricultural production. The media exposure denounced the undignified conditions of overcrowding and insalubrity in which Odemira's immigrants working in the aforementioned productions lived, and incited action on the issue. Our investigation will focus on the responses provided in terms of housing, public space and urban attractiveness.

On the one hand, this problem sets the tone for discussion of the socio-territorial changes caused by the rapid population growth resulting from waves of migration, in a region with structural shortages of housing and services and marginalized in the context of national centralism. On the other hand, the urgency of action puts the authority and cooperation of both local and central agents to the test, in a logic of multi-level governance. To this end, the entities responsible are equipped with housing policy instruments and exceptional funding from the Recovery and Resilience Plan, worth 85 million euros.

It is in the opportunity created by this massive migratory flow to the municipality that we propose to think critically about the dynamics between agricultural enterprises, people (locals and immigrants) and the territory, to analyse the proposals that have been conceived so far and that have yet to be conceived to improve the living conditions of the people of Odemir, and through the lens of an architect to consider guidelines that optimize the integration processes and empower the urban fabric of Alentejo.

ÍNDICE DE SIGLAS

AHSA	Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos Concelhos de Odemira e Aljezur
ARU	Área de Reabilitação Urbana
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
ELH	Estratégia Local de Habitação
IATA	Instalações de Alojamento Temporário Amovíveis
IHRU	Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana
INE	Instituto Nacional de Estatística
NGPH	Nova Geração de Políticas de Habitação
ORU	Operação de Reabilitação Urbana
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PECI	Plano Estratégico para a Coesão e Integração
PIB	Produto Interno Bruto
POPNSACV	Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
PRM	Perímetro de Rega do Mira
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PU	Plano de Urbanização
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REN	Reserva Ecológica Nacional
RMUE	Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA 2

AGRADECIMENTOS 4

RESUMO 5

ABSTRACT 6

ÍNDICE DE SIGLAS 7

INTRODUÇÃO 9

CAPÍTULO I | O PANORAMA DE ODEMIRA 12

I.1 AS EXIGÊNCIAS DO MUNDO RURAL CONTEMPORÂNEO 13

I.2 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL 25

I.3 ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO 33

I.4 O PROBLEMA DA HABITAÇÃO 49

I.4.1 ALOJAMENTOS CLÁSSICOS 51

I.4.2 ALOJAMENTOS NÃO-CLÁSSICOS 61

CAPÍTULO II | ESTRATÉGIAS PARA O MUNICÍPIO 70

2.I NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS DE HABITAÇÃO 71

2.2 ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE ODEMIRA 77

CAPÍTULO III | ODEMIRA, NO TERRENO 92

3.I VILA NOVA DE MILFONTES 93

3.2 VILA DE ODEMIRA 103

3.3 SÃO TEOTÓNIO 111

CAPÍTULO IV | LINHAS ORIENTADORAS 122

CONSIDERAÇÕES FINAIS 135

REFERÊNCIAS 137

ÍNDICE DE IMAGENS 146

ANEXOS 151

INTRODUÇÃO

O concelho de Odemira serve de palco para o propósito da presente dissertação. De acordo com os Censos 2021, este território sito na Costa Alentejana viu a sua população aumentar substancialmente nos últimos dez anos, em oposição à tendência decrescente dos restantes 46 concelhos alentejanos[1].

Um olhar mais aproximado justifica este fenómeno pela vaga migratória corrente destinada ao trabalho no setor da horticultura intensiva. É uma vaga caracterizada na sua maioria por homens em idade ativa, oriundos do continente asiático, sem conhecimento da língua e com sérias dificuldades de integração no tecido social e urbano, por conta da precariedade laboral a que são sujeitos. Em 2021, um surto de Covid-19 entre trabalhadores imigrantes condicionou duas freguesias a cercas sanitárias, e com isso tornou públicas as condições de *"(...) insalubridade habitacional inadmissível, com hipersobrelotação das habitações.*[2]*",* segundo o ex-primeiro-ministro António Costa.

A sua súbita afluência no litoral alentejano prende-se em parte pelas redes de tráfico humano que aqui se infiltraram, e que cobram montantes avultados pela viagem e obtenção de um contrato em Portugal. A acrescentar o mercado habitacional inflacionado pela demanda, a concorrência turística e o edificado deteriorado e abandonado, o retrato de Odemira afigura-se de enorme inacessibilidade a instalações condignas para todos os seus envolvidos.

O panorama disposto exigiu a ação multinível por parte das entidades governamentais. Com recurso aos instrumentos disponibilizados pela *Nova Geração de Políticas de Habitação,* a autarquia acedeu a 85 milhões de euros no âmbito do programa *1º Direito*, aprovados pelo *Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana* através do *Plano de Recuperação e Resiliência.* Foram ainda emitidas duas Resoluções do Concelho de Ministros, uma em 2019 e outra após as cercas sanitárias de 2021, a fim de facultar soluções alternativas e temporárias para as precárias condições habitacionais dos trabalhadores agrícolas.

1 INE, Censos 2021

2 Lusa, "Odemira: seis mil trabalhadores agrícolas não têm condições de habitabilidade." *Público*, 3 de maio de 2021. Consultado a 9 de setembro 2024.

É nosso objetivo com a investigação realizada pensar criticamente as respostas executadas e por executar das entidades competentes, e daqui propor linhas orientadoras complementares numa visão de macroescala. Interessa-nos em particular as estratégias de gestão territorial e demográfica, pelo impacto transformador que carregam para o futuro concelho e das quais bifurcam as restantes propostas a aplicar em escalas mais aproximadas.

A dissertação estrutura-se em quatro capítulos:

O primeiro capítulo contextualiza a realidade odemirense nas exigências mercantis globais do setor agrícola, com um breve paralelismo ao seu arquétipo espanhol, Alméria. É realizado um enquadramento territorial, demográfico e habitacional, onde se realça a forte componente estatística a partir de dados do INE. Identificar, mapear e cruzar estes dados demonstrou-se uma mais-valia para o reconhecimento do território na sua macroescala, inclusive na deteção de fatores responsáveis mas menos percetíveis da problemática habitacional. De ressalvar ainda, pela atualidade do tema, a procura em integrar uma pluralidade de testemunhos que nos aproximasse das perceções locais face às questões da imigração, habitação e economia agrária. Neste âmbito, a especulação mediática que tomou posse do tema em 2021 mostrou-se uma pertinente ferramenta de trabalho no acompanhamento cronológico do concelho.

O segundo capítulo parte de uma breve explanação dos objetivos e missão da *Nova Geração de Políticas de Habitação*, lançada em 2018. Priorizámos a cobertura do *Programa 1º Direito* e *Estratégia Local de Habitação*, instrumentos chave para a resposta às carências habitacionais. A ELH de Odemira revelou-se um documento fundamental para a investigação ao providenciar instrumentos de articulação nacional e local, o que permitiu precisar a população em situações clandestinas e precárias, assim como apontar os objetivos operacionais e o programa de ação para a habitação e atratividade urbana do concelho.

O terceiro capítulo remete para o estudo no terreno, concretizado em setembro de 2023. São retratadas três vilas (Vila Nova de Milfontes, Odemira e São Teotónio) que, pelas suas especifidades no quadro da problemática habitacional, se demonstraram as mais pertinentes.

Desta visita principiaram-se os seguintes objetivos: I) captar e quantificar as condições habitacionais de imigrantes em sobrelotação; além do óbvio registo fotográfico criado, pretendiamos através de dados concretos ilustrar a precariedade existente. II) concretizar uma leitura socioespacial dos espaços públicos e comuns, desde o estudo da ocupação e qualificação destes espaços, a obtenção de depoimentos dos habitantes, e à preservação da imagem urbana por parte dos atores públicos e privados; III) fazer um ponto de situação das intervenções propostas na ELH para a melhoria da atratividade do município.

O quarto capítulo visa, com base na análise crítica até então produzida, apresentar linhas orientadoras que abordem mas não se restrinjam ao nosso domínio disciplinar. O desafio de Odemira é interdisciplinar e recruta múltiplas entidades de variáves níveis de governação. O que aqui tentámos executar é um compilar de propostas de cariz urbano, mas também político e estratégico, para ponderar as inúmeras questões ainda sem resposta autárquica ou governamental.

O papel da disciplina de arquitetura tomou nesta investigação orientações menos práticas, pela exigência de em primeiro lugar reconhecer o problema para depois poder atuar sobre ele. Todavia, tal como um estudo prévio sobre um lote a construir, a nossa abordagem priorizou a análise e mapeamento do caso de estudo. Ao longo de toda a dissertação a síntese de dados e os relatos espaciais terão um pendor ilustrativo forte, uma metodologia que recai na ânsia do autor de fazer *"uma imagem valer mais do que mil palavras",* talvez produto de uma formação académica investida no desenho e na representação visual.

Posto isto, o depoimento do autor aparece aqui, em segundo plano, como um esclarecimento da sua motivação por este tema. A sua experiência laboral além Portugal permitiu o contacto com inúmeras pessoas das mais variadas origens. A convivência diária com os seus testemunhos e dificuldades até conquistarem um patamar de estabilidade revelava enorme superação, e despertou um sentimento de respeito digno de ser aqui manifestado. Por sua vez, já em Portugal, o estágio profissional em arquitetura forneceu-lhe ferramentas úteis para a atividade, mas também despertou uma conduta crítica face ao panorama nacional da habitação. Acreditamos na figura do arquiteto enquanto agente social e mediador na discussão por políticas de acesso à habitação, um direito constitucional. Neste contexto, Odemira reúne o potencial investigativo à urgência de transformação, conjurando fatores aliciantes para a elaboração desta dissertação.

CAPÍTULO I
O PANORAMA DE ODEMIRA

PONTO I.I
AS EXIGÊNCIAS DO MUNDO RURAL CONTEMPORÂNEO

O entendimento comum do ordenamento territorial deriva da divisão e categorização trivial dos espaços como rurais ou urbanos. Um binómio aparentemente simples, claro e imediato, que permitiria definir uma paisagem verdejante e bucólica como rural, do mesmo modo que uma densa malha ortogonal edificada remete à urbe. Esta perceção reducionista remonta ao período medieval europeu, no qual as cidades eram estruturas delimitadas por muralhas, que serviam o propósito de defesa do mundo exterior. Distantes umas das outras, as cidades regiam-se de forma autónoma. Para tal, subsistiam do aparelho abastecedor agrosilvopastoril instalado ao redor da muralha, que em troca fornecia segurança e orientação política[3].

3 Fernandes, João Luís Jesus, e Carolina Davide Alves. "Entre a harmonia e o conflito territorial: a nova ruralidade portuguesa". *Boletim Goiano de Geografia,* vol. 35, n.º 1, p. 2.



FIG. 1 | *Planta do Porto medieval*
©CMP, com edição do autor, 2023

Todavia, a realidade atual, fortemente alterada por fenómenos globalizantes, já não espelha o paradigma medieval, que colocava o observador numa posição em que o mundo rural e urbano eram antagónicos e imiscíveis. Alguns fatores contributivos para esta mudança são a criação de infraestruturas viárias conectoras dos pequenos povoados a grandes metrópoles, a inovação tecnológica, o crescimento populacional das áreas urbanas onde surgem mais oportunidades e redes de contacto mais abrangentes, e o consequente decréscimo da população rural. As fronteiras outrora impostas por muralhas são agora diluídas, e a urbe cresce originando uma permeabilidade entre territórios que desmistifica os preconceitos estabelecidos[4].

No caso português, a adesão à União Europeia em 1986 constituiu um catalisador deste movimento transformador. Aquela que era uma paisagem rural tradicionalista, fruto do pouco investimento público e privado, viu-se a competir com os mercados europeus no setor agrosilvopastoril. A resposta surgiu por meio de políticas de financiamento nacionais e europeias, a fim de modernizar o setor e atrair investidores estrangeiros para um ramo emergente em Portugal[5].

Neste contexto, como se justifica a permanência de um entendimento impreciso do binómio rural/urbano? Uma possível resposta reside no cultivo da visão idílica do campo, onde o ser humano pode escapar da rotina citadina. Efetivamente, os grandes centros urbanos movem-se a altas rotações, fruto da competitividade inerente, o que provoca um sentido de urgência e pressão constante na sua população. Por sua vez, o espaço rural apresenta-se como um refúgio, onde os ritmos lentos se preservam e se contemplam os pequenos momentos. Esta é a proposta do *rural idílico*[6], a encenação de retorno a um passado mitificado, no qual se estimulam os nossos sentidos (visão, sons, sabores e cheiros[7]) num ritmo terapêutico mas com todas as regalias da contemporaneidade.

4 Domingues, Álvaro. *A Vida no Campo*. Porto: Dafne Editora, 2011, p.60

5 Fernandes, João Luís Jesus, e Carolina Davide Alves. "Entre a harmonia e o conflito territorial: a nova ruralidade portuguesa". *Boletim Goiano de Geografia,* vol. 35, n.º 1, p. 2

6 Ibidem, p.3

7 Gaspar, "O retorno da paisagem à geografia. Apontamentos místicos". *Finisterra,* vol. 36, nº72, p. 83-99

Esta narrativa é evidentemente orientada para o setor turístico, responsável por 15.8% do PIB nacional em 2022[8], o que coloca Portugal entre os países europeus mais dependentes das vagas turísticas para a sua economia. Desta percentagem, uma parte escoa para as diferentes variantes turísticas que têm vindo a crescer em todo o território nacional: o enoturismo, o agroturismo, o turismo de natureza, o turismo radical, o olivoturismo, entre outros. Assim se justifica a tendência para a reabilitação de património deteriorado por particulares ou investidores em regiões de baixa densidade e matriz agrícola. A estratégia frequente passa pela aquisição de um terreno em área RAN, no qual se reabilita uma propriedade preexistente para de seguida rentabilizar o investimento como empreendimento agroturístico, simultaneamente servindo como retiro do proprietário em épocas de menor afluência[9].

Contudo, esta encenação não é perpétua, nem ampla o suficiente para mascarar a outra face do mundo rural. À semelhança das cidades medievais, o desenvolvimento das metrólopes contemporâneas faz-se apoiado na transformação de grandes territórios, distantes e anónimos. Neil Brenner define esta relação como *city/hinterland*, no qual as *hinterlands* servem como plataforma para as infraestruturas indesejáveis à cidade. São exemplos disso os aeroportos, os mercados abastecedores, os estabelecimentos prisionais, mas também as infraestruturas produtoras e extrativas, cuja urbe é incapaz de hospedar ou simplesmente não o deseja em prol do bem comum da sua população.

"(...) Desde a expropração das antigas populações rurais através do cerco territorial para a intensificação do uso das terras; à construção de investimentos infraestruturais de grande escala e de capital intensivo; e à industrialização progressiva das economias do hinterland para apoiar a extração, o cultivo, a produção e a circulação, o "growth of the city" (Ernest Burgess) sob o capitalimo moderno tem sido diretamente facilitado através de colossais, se bem que desigualmente desenvolvidas, economias sociespaciais e ecológicas distantes das suas fluidas fronteiras.[10]"

O rural abastecedor de que falamos, seja de energia ou de bens, ao contrário das circunstâncias pré revolução industrial que limitavam as suas transações comerciais aos seus pares próximos, atualmente orienta-se para os mercados globais.

8 "Consumo Turístico representa 15,8% do PIB em 2022", *Turismo de Portugal*, 30 de junho de 2023. Consultado a 17 de novembro de 2023

9 Este depoimento é fundamentado pela experiência do autor enquanto estagiário num escritório de arquitetura pelo período de um ano. Consciente de se tratar de um argumento de cariz pessoal, considera-se ainda assim relevante para a exemplificação do tema em questão.

10 Brenner, Neil. *New Urban Spaces*. Oxford: Oxford University Press, 2019, p.319

São importados investimentos reformadores em regiões anónimas e que durante décadas sofreram graves crises demográficas e económicas. Definido como *Global Countryside*[11], (em português, rural global), soa quase como uma antítese, um paradoxo que abastece as maiores metrópoles através das regiões menos desenvolvidas, sem limites de fronteiras e a preços competitivos com as produções locais.

Para o propósito desta dissertação interessa-nos em particular o setor agrícola, pela sua importância para o concelho de Odemira, e cujo arquétipo do conceito supramencionado se localiza no sul de Espanha, em Almería. El Ejido é uma cidade que se mutacionou como nenhuma outra para atender ao crescimento do setor, possuindo a maior superfície de estufas do mundo[12].

De subsolo rico em água, micro-clima favorável com exposição solar larga parte do ano e uma topografia de declive ligeiro que se estende do sopé das serras ao mar de Alborão, El Ejido reunia condições ótimas para a prática agrícola intensiva, e assim foi que há cerca de 40 anos se iniciou a sua exploração, naquela que era reconhecida como uma das províncias mais pobres de Espanha. Bastou avançarmos até 2006 para sermos confrontados com um cenário profundamente alterado, no qual 70% da população local trabalha para o setor, direta ou indiretamente, de forma a produzir ⅓ do consumo de frutas e vegetais no inverno na Europa, e ⅔ do rendimento do setor agrícola em Espanha[13], justificando a sua alcunha de *"El Dorado da agricultura espanhola* [14]*"*.

As imagens 2 e 3 são figurativas da transformação paisagística submetida em El Ejido entre 1985 e 2022, por conta da expansão dos agronegócios. A vista aérea de 2022 é cunhada popularmente de mar de plástico, e exemplifica uma das condições de *foodscapes*[15]*:* A modificação dos territórios em paisagens operativas que sirvam e abasteçam os grandes centros urbanos.

11 Fonseca, Maria Lucinda, Alina Esteves e Luís Moreno. "Migration and the Reconfiguration of Rural Places: The Accommodation of Difference in Odemira, Portugal". *Population, Space and Place* Vol. 27, nº8 (2021), p.1 e 7

12 Autor Desconhecido, "El Ejido es el municipio con mayor superficie de invernaderos del mundo". *Frutas y Hortalizas de Almería*, 7 de abril 2005. Consultado a 19 de novembro de 2023.

13 Rhalid, *El Ejido, the Law of Profit.* (registo filme-documentário)

14 Autor Desconhecido, "Imigrantes, El Ejido Escravos das Estufas", *Público*, 22 de agosto de 2004. Consultado a 19 de novembro de 2023.

15 *FOODSCAPES* é o nome dado à exposição apresentada no Pavilhão de Espanha, na 18º Biennale Architettura 2023. Curada por Eduardo Castillo-Vinuesa e Manuel Ocaña, *FOODSCAPES* explora as arquiteturas que sustentam as nossas metróploes, desde a escala aproximada até às grandes paisagens operativas que extraem e/ou trabalham a matéria-prima.



FIG. 2 | *El Ejido em 1985*
©Google Earth, com edição do autor, 2023



FIG. 3 | *El Ejido em 2022*
©Google Earth, com edição do autor, 2023

Ainda assim, nem tudo é positivo neste "*milagre económico*[16]". Uma ascensão tão súbita só foi possível alicerçada por mão-de-obra importada da América Latina, do Leste Europeu, mas principalmente de Marrocos, derivado da sua proximidade à Península Ibérica. Com 85 mil habitantes, estima-se que 30% (25500 hab.) sejam imigrantes[17], ainda que seja difícil definir valores concretos quando uma grande parcela possui estatuto ilegal e como tal é invisível às estatísticas. São imigrantes à procura do sonho europeu, adquirido sob a forma de vistos falsificados e um lugar numa *patera*[18] improvisada na qual não é garantido o sucesso da viagem, em troca de uma dívida de milhares de euros. Ao desembarcar em solo espanhol, depressa se deparam com a realidade: a oferta de trabalho é muito inferior à procura, os salários são inferiores ao mínimo nacional estipulado, obter um contrato de trabalho é uma miragem e as condições habitacionais são inexistentes.

"Não sabia que a Europa era assim, enganaram-me. Disseram-me que na Europa se podia rapidamente subir. O que fazia em Marrocos? Tinha uma loja, fiz o sexto ano do liceu. Agora, como fui enganado, não posso voltar. Vão dizer-me que não consegui.[19]*"*

Ramdan, imigrante magrebino

A obtenção dos documentos não é um caminho fácil, levando anos até estarem legais. No entretanto, são elementos anónimos da sociedade, sem a possibilidade de alugar uma casa, nem trabalhar fora desta bolha agro-laboral ilícita, além do risco de deportação a qualquer desacato ou denúncia envolvidos.

Por sua vez, os empreendedores agrícolas justificam-se com as magras margens de lucro, elevados custos de produção e a competitividade de mercados extra-europeus onde a mão-de-obra e outros custos conseguem ser ainda inferiores. A combinação dos fatores expostos empurra os empregadores a recorrer a mão-de-obra ilegal a fim de cortar despesas, perpetuando um círculo vicioso de crime organizado em prol do abastecimento das cadeias mercantis europeias a baixos preços.

16 Autor Desconhecido, "Imigrantes, El Ejido Escravos das Estufas", *Público*, 22 de agosto de 2004. Consultado a 19 de novembro de 2023.

17 Mário Antunes, "El Ejido. O tema da imigração é incontornável na campanha eleitoral", *RTP Notícias*, 18 de julho de 2023. Consultado a 18 de novembro de 2023

18 Palavra espanhola que define pequena embarcação de madeira, sem convés, com fundo plano e utilizada para a pesca em águas pouco profundas.

19 Autor Desconhecido, "Imigrantes, El Ejido Escravos das Estufas", *Público*, 22 de agosto de 2004. Consultado a 19 de novembro de 2023.

Ao observar as condições habitacionais disponíveis para esta população obtém-se um entendimento real da crise social efetiva em El Ejido. Como mencionado, os salários baixos, os meses seguidos sem trabalho disponível nas estufas e o estatuto ilegal refletem-se em soluções improvisadas que se tornam casas permanentes. Denominadas de *chabolas*, tratam-se de bairros de lata autoconstruídos nas periferias das estufas, afastados do centro urbano. Não possuem ligação à rede elétrica, nem água potável, nem saneamento. As paredes e telhados são construídos do que está disponível: paletes, cartão prensado, cobertores, plásticos das estufas, chapas metálicas. Os seus interiores são minúsculos, sem divisões, sem instalações sanitárias nem cozinhas adequadas. A ventilação faz-se pelas brechas expostas, uma vez que janelas não são sequer uma preocupação nestas condições. A recolha e tratamento de lixo é inexistente, e este acumula-se em montes próximos às *chabolas*. Como se pode calcular, os perigos de habitar nestas condições são imensos, tais como o risco de incêndio pelas velas que iluminam a noite, o consumo de água contaminada por pesticidas proveniente das estufas, a insalubridade de habitar o lixo, e o risco de colapso destas estruturas.

A ausência de políticas de integração e planeamento urbano está à vista, e os frutos hoje colhidos por El Ejido são outros: a animosidade entre a população local e a população magrebina não se esconde, havendo inclusive conflitos registados[20]. Da parte dos locais as críticas centram-se nos costumes e tradições distintos, incumbidas de um preconceito face aos atentados de 11 de março de 2004 em Madrid, e outros atentados realizados por grupos islâmicos extremistas na Europa em anos recentes. A comunidade magrebina sente-se marginalizada e alvo racial, impedida de viver uma vida comum sem ser sujeita a julgamentos:

"Querem-nos nas suas estufas e nas nossas casas. Não nos querem ver nos cafés, nem nas ruas, nem nada. Só nos querem ver a trabalhar.[21]*"*

Brahim, imigrante magrebino

20 Autor Desconhecido, "Imigrantes, El Ejido Escravos das Estufas", *Público*, 22 de agosto de 2004. Consultado a 19 de novembro de 2023.

21 Manuel Loff, "Agrocapitalismo de estufa". *ODiario.info*, 12 de maio de 2021. Consultado a 20 novembro 2023



FIG. 4 | *Sumário de Habitar uma Chabola*
Colagem do autor, 2023

Este é o limbo em que se situa El Ejido. A responsabilidade de abastecer o continente europeu trouxe prosperidade económica a uma região subdesenvolvida e de parco investimento. Tudo se altera quando as forças globalizantes se apercebem da notoriedade dos seus solos férteis, e transformam Almería na capital do setor agrícola espanhol. São empresas novas a sediar-se, originárias de mais postos de trabalho, o que por sua vez promove a atividade económica da região. Tudo isto se traduziu no crescimento do PIB,[22] abandonando a última posição a nível nacional para hoje se posicionar entre os valores intermédios de Espanha. É um processo cíclico que em números e percentagens cunha Alméria do tal *"milagre económico"*.

Na esfera social e cultural El Ejido sofre pela irresponsabilidade de permitir a expansão dos agronegócios a qualquer custo e sem supervisão. Os danos estão à vista, são esses a pobreza extrema a que se sujeita a população imigrante sem uma real esperança no elevador social, o fomento do crime organizado e fornecedor contínuo de mão-de-obra ilegal para o setor agrícola, e os conflitos entre locais e imigrantes, nenhum dos lados com real culpa, apenas dependentes deste crescimento económico que lhes trouxe um retrocesso em tantos outros aspetos.

"Aqui lavam-se largas quantias de dinheiro oriundas de crime organizado. Almería está entre as 10 províncias espanholas com maior rácio de crime organizado. Os números indicam a diminuição do nível de vida, um aumento da criminalidade, mas os responsáveis (autarquias, governos regionais), não parecem querer reagir. O silêncio dos funcionários é comprado, a sociedade está a desenvolver-se com enormes problemas. É economicamente rica, mas culturalmente é muito pobre e em termos sociais existe uma lacuna de serviços.[23]*"*

É no choque do mundo rural com o poder alterador das forças globalizantes que se insere o conceito de *Global Countryside*. Um conceito no espectro oposto do rural idílico e que contribui ainda mais para a ambiguidade de territórios que procuram corresponder à expectativa bucólica do setor turístico sem renegar aos agronegócios. Exemplos concretos são os parques de campismo implantados entre as estufas ou as reservas naturais invadidas por campos agrícolas. O uso contraditório dos solos tenta-se camuflar com próteses que preservem a narrativa campestre. Como iremos verificar nos seguintes capítulos, os paralelismos com Odemira são evidentes: os territórios mudam, as personagens mudam, mas a problemática é a mesma, os depoimentos são os mesmos.

22 Silmerion, "Almería's fruit and vegetable competitive advantage and the growth of GDP per capita". *Small Business International Review*, vol. 4, nº 2, p. 18-29
23 Rhalid, *El Ejido, the Law of Profit.* (registo filme-documentário)



FIG. 5 | *O Idílico*
Fotografia do autor, 2023



FIG. 6 | *O Oculto*
© Sílvia Leiria Viegas, 2023

PONTO I.2
ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Odemira é um concelho localizado no Sudoeste Alentejano, sendo o maior do país com 1721 km^2 (por comparação, o município do Porto possui apenas 41.42 km^2). Encontra-se na interseção entre duas regiões, o Alentejo Litoral e o Baixo Alentejo, sendo limitado a poente por 55 km de faixa costeira e a sul pela região do Algarve[24]. O concelho é constituído por 13 freguesias e a sua capital administrativa é a vila de Odemira. Devido à diminuta densidade populacional característica do sul do país, as sedes das freguesias são todas vilas, sendo as principais Vila Nova de Milfontes, Odemira, São Teotónio e São Luís.

24 Terrisirga. Territórios & Redes. LDA. *Estratégia Local de Habitação de Odemira*. p. 7

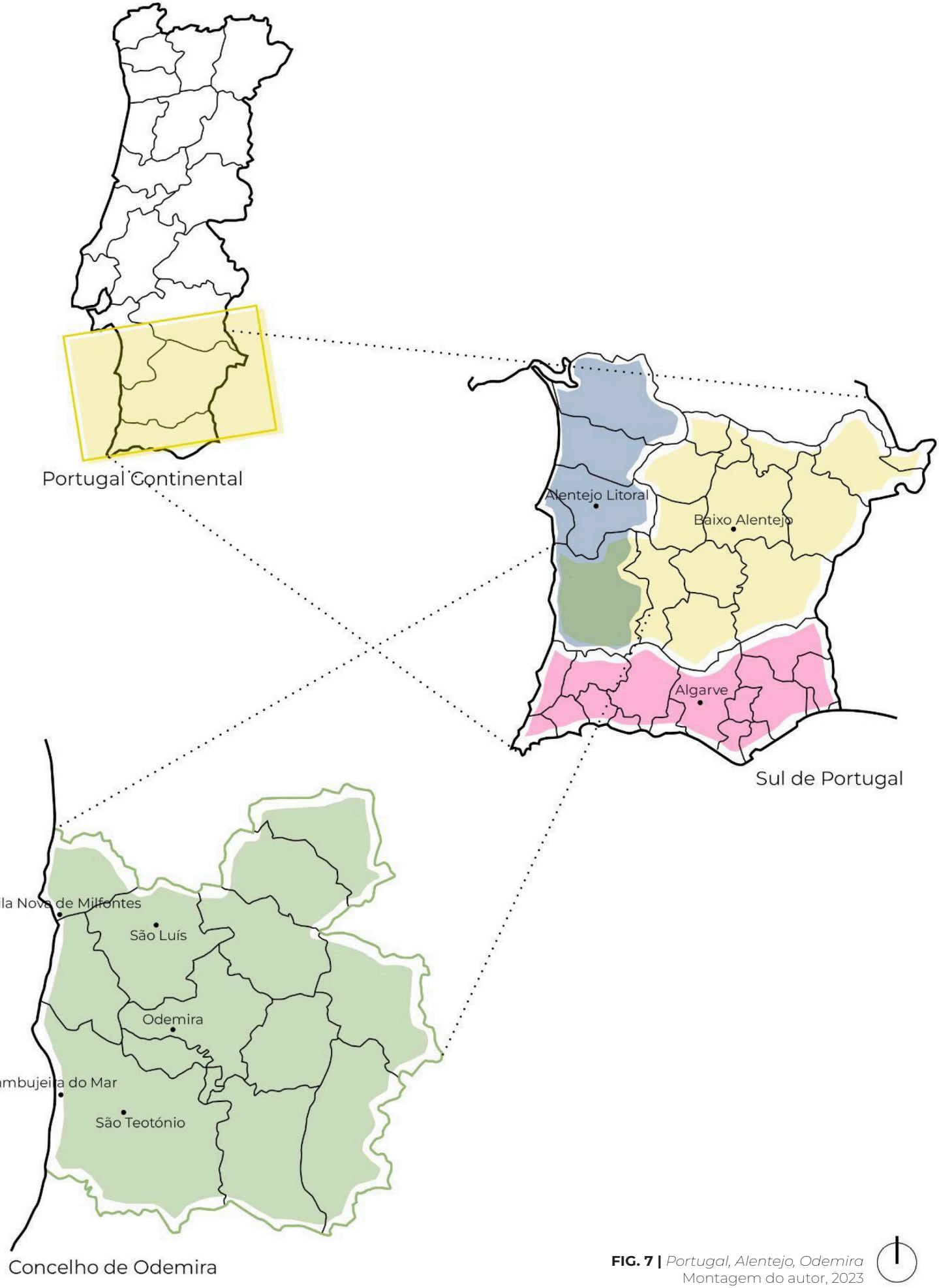


FIG. 7 | *Portugal, Alentejo, Odemira*
Montagem do autor, 2023

O entendimento das condições geomorfológicas e, consequentemente, das dinâmicas socioeconómicas do concelho fazem-se a partir da divisão prévia do território em três grandes faixas de sentido norte/sul: a faixa interior, a faixa central e a faixa litoral (fig.8).

A faixa interior, ao contrário do preconcebido da região alentejana, sofre de uma topografia acidentada por albergar a serra do Cercal e o prolongamento da serra de Monchique. Os reduzidos investimentos autárquicos e a dificuldade de acessos colocam a população do interior do concelho num cenário isolado, o que motiva os locais a migrar em procura de melhores oportunidades. Estas condicionantes fazem da faixa interior a menos ativa a nível económico, onde os seus setores predominantes são a silvicultura e a agropecuária extensiva. A sua vocação para os setores mencionados torna este território na maior mancha florestal do país[25]. As suas espécies predominantes são o sobreiro e a azinheira, incluindo ainda a exploração de eucalipto, num total de 110 000 hectares de mata (1100 km2, equivalente a 64% do território do concelho)[26].

Possui também a barragem de Santa Clara-a-Velha, que veio modificar permanentemente a atividade económica do concelho ao permitir a criação da albufeira de Santa Clara, responsável pelo abastecimento urbano, industrial e agrícola. Aquando da sua construção, definiu-se aquele que seria o *Aproveitamento Hidroagrícola do Mira*[27], nome do rio que percorre o concelho até desaguar no estuário de Vila Nova de Milfontes. O AHM, ou *Perímetro de Rega do Mira* como é usualmente mencionado, funciona como rede de rega que se prolonga por um canal condutor geral ao longo de 38 km até chegar a dois reservatórios, um situado a norte em Vila Nova de Milfontes, outro situado a sul em Odeceixe. Destes reservatórios partem dois canais secundários, que se ramificam numa rede terciária responsável pelo abastecimento hidráulico do setor agrícola implantado na área litoral do concelho.

25 Terrisirga, Territórios & Redes, Lda. *Estratégia Local de Habitação de Odemira*. p.9

26 Comissão Municipal do Imigrante. *ODEMIRA INTEGRA, Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes*. p.44

27 "Aproveitamento Hidroagrícola do Mira". *Associação de Beneficiários do Mira*. Consultado a 3 de dezembro de 2023.

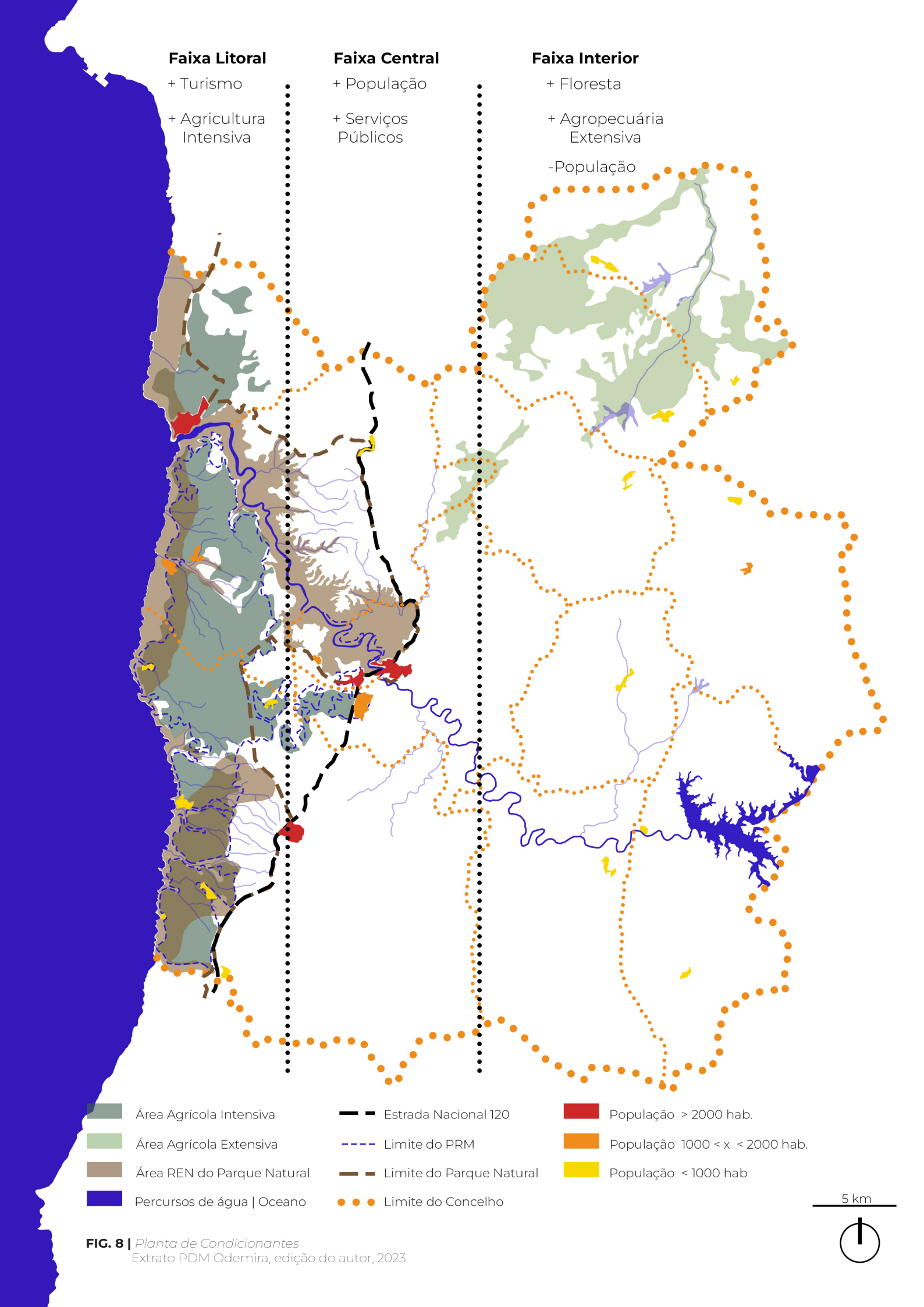


FIG. 8 | *Planta de Condicionantes*
Extrato PDM Odemira, edição do autor, 2023

A faixa central serve como território de transição entre a topografia acidentada das serras do interior e a charneca plana do litoral[21]. A estrada nacional 120 percorre esta faixa e funciona como uma artéria conectora de territórios, o que incentiva o crescimento dos aglomerados urbanos aqui presentes. Daí ser esta a zona mais populosa do concelho, contribuindo para isso as vilas de Odemira, S. Teotónio, Boavista dos Pinheiros e S. Luís. Como sede do concelho, a vila de Odemira concentra em si os serviços públicos e equipamentos urbanos mais exclusivos, exemplo do tribunal, o centro de saúde e a escola pública secundária, o que sujeita a mobilização da população até à vila para o seu acesso.

A faixa litoral coincide com parte do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e é abrangida pela Rede Natura 2000, uma rede ecológica do espaço comunitário da União Europeia fundada com o propósito de preservar as espécies e habitats ameaçados e onde a atividade humana deverá ser de reduzido impacto, partindo de uma gestão sustentável a nível ecológico, económico e social. A acrescentar, paisagens de falésias a irromper pelo oceano, assim como as zonas balneares preservadas e premiadas fazem da costa de Odemira um dos destinos turísticos mais atrativos do país. Vila Nova de Milfontes, Almograve e Zambujeira do Mar são os centros urbanos melhor vocacionados para a procura turística, e por sua vez os mais dependentes do ramo. A força do setor terciário é ilustrada em 59% da dinâmica empresarial do concelho[29], com destaque para a restauração e comércio e um aumento gradual da oferta de alojamento local.

O segundo setor com maior captação empresarial é, naturalmente, o primário: 31% das empresas do concelho[30], a sua maioria agronegócios. A sua origem remonta à década de 80, quando surgem os primeiros investimentos estrangeiros (o início da aproximação das forças globalizantes ao mundo rural) que encontram condições propícias numa região plana, de clima ensolarado e de baixos índices de precipitação anual, aliado à recente instalação do Perímetro de Rega do Mira.

"Só a partir dos anos 80 é que, (...) Odemira tornou-se um fornecedor de produtos frescos para os mercados europeus (...) o sucesso das empresas atraiu novos investimentos estrangeiros, expandindo ainda mais o sector para variedades mais amplas e robustas de pequenos frutos, flores de corte e ornamentais.[31]*"*

28 "Aproveitamento Hidroagrícola do Mira". *Associação de Beneficiários do Mira*. Consultado a 3 de dezembro de 2023.

29 "Dinâmica empresarial por setor de atividade". *CM Odemira*. Consultado a 3 de dezembro de 2023

30 Ibidem. Consultado a 3 de dezembro 2023

31 Fonseca, M.L., Esteves, A. e Moreno, L. "Migration and the Reconfiguration of Rural Places: The Accommodation of Difference in Odemira, Portugal". *Population, Space and Place*, vol. 27, nº8, p.4

À semelhança de El Ejido, a multiplicação dos agronegócios em Odemira permitiu ao concelho a capacidade de se dinamizar fora da bolha turística e recuperar de décadas de recessão demográfica e económica, mas não sem deixar marcas. A sua presença é especialmente evidente quando comparamos as vistas aéreas do litoral alentejano entre 1969 e 2023 (Consultar anexos). São cerca de 4000 hectares ocupados por produções cobertas e descobertas só na área delimitada pelo PRM[32]. O conflito de ocupação dos solos é explícito, e as plantações invadem o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, a Rede Natura 2000 e a faixa de proteção da orla costeira. Essas plantações penetram de modo promíscuo e ilegal fora dos limites do PRM, onde a atividade agrícola é proibída.

A sua ocupação prejudica o património natural, mas também a biodiversidade local e as reservas de água disponíveis. Já é frequente a barragem de Santa Clara apresentar défices nas suas reservas, incapaz de sustentar a demanda das produções agrícolas, que por sua vez abrem furos ilegais para subtraír água dos aquíferos[33]. Considerando ainda a diminuição dos índices de precipitação, a desertificação dos territórios poderá tornar-se inevitável.

Portanto, o setor agrícola transformou-se numa indústria extrativa, que prejudica a paisagem, a biodiversidade e os solos e em última instância, a população local. Após se extraírem todos os recursos aqui presentes, tal como numa mina, avança-se para novas explorações. Consideramos que reconhecer as vantagens económicas da atividade agrícola não deveria facilitar a livre exploração da região, pelo que se reinvidica regulamentação e fiscalização mais assertivas.

"Ninguém neste território tem objecção àquilo que é a actividade agrícola. São produtos altamente rentáveis, exportáveis, que contribuem muito para a riqueza do país, mas que obrigam o Estado a ter uma atitude de cautela, de acompanhamento e de fiscalização. Se existe aqui um parque natural é porque existem bens naturais.[34]"

Hélder Guerreiro, Presidente Câmara Municipal de Odemira

32 Moreira, C. F., Lopes, T. B. "A "imensidão" de habitats na costa do Sudoeste alentejano está coberta de plástico". *Público*, 13 de maio de 2023. Consultado a 4 de dezembro de 2023
33 Ibidem. Consultado a 4 de dezembro de 2023
34 Ibidem. Consultado a 4 de dezembro de 2023

O que se vê...

Esta é uma perspetiva aérea de Odemira, à data de 2023. A vermelho estão identificadas as estufas, a amarelo os campos agrícolas. A verde identificam-se a vila de Zambujeira do Mar, à esquerda, e a vila de S. Teotónio, à direita. As linhas azuis representam os percursos rodoviários públicos. Uma imagem que exibe a força dos agronegócios na costa alentejana (fig.9).

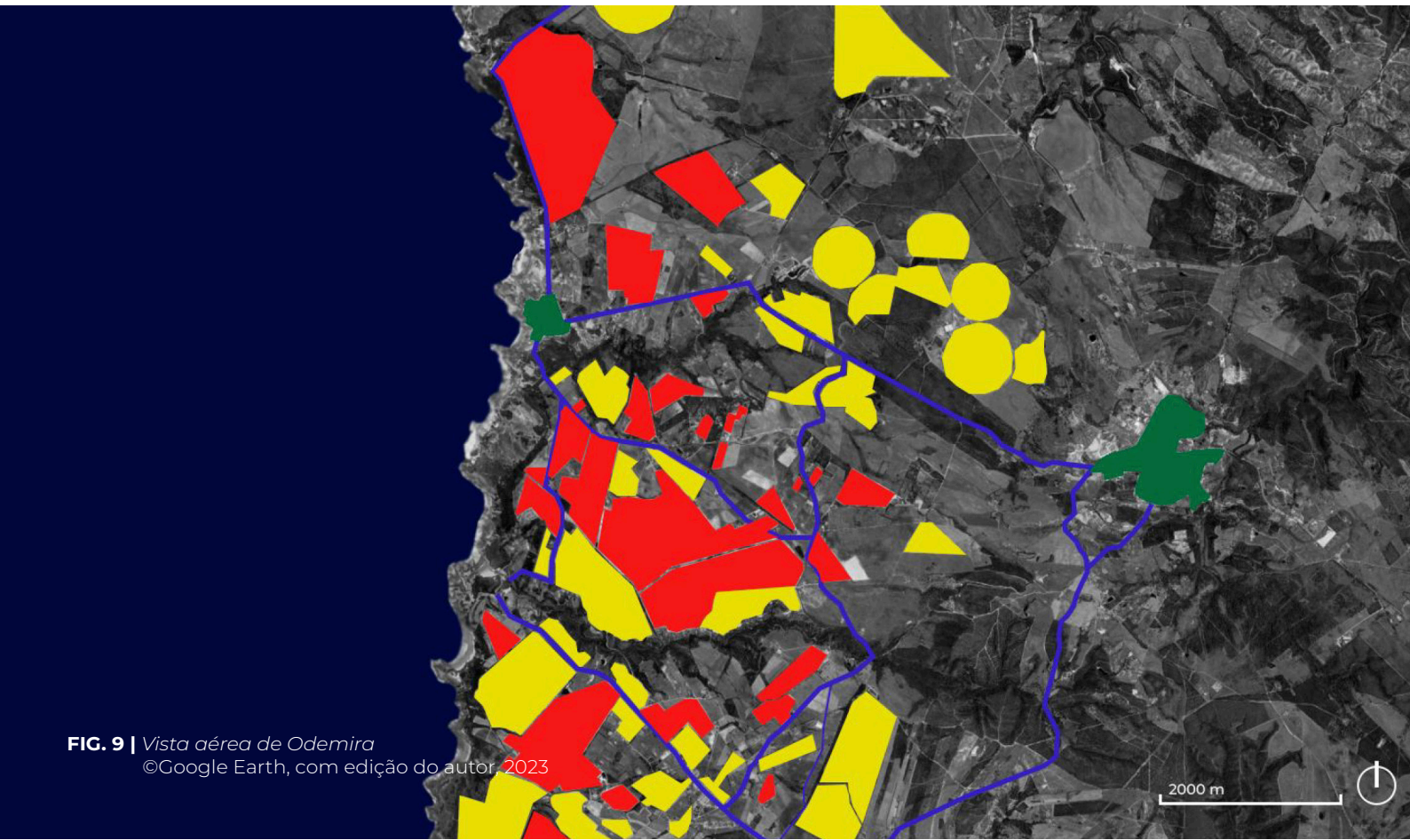


FIG. 9 | *Vista aérea de Odemira*
©Google Earth, com edição do autor, 2023

O que se sente...

Percorrer estas estradas é avançar entre cortinas de vegetação que dirigem o olhar para o seu horizonte. É a sensação de estar num túnel a céu aberto, que pontualmente nos presenteia com equipamentos para a prática de exercício físico, sinalização a indicar zonas balneares ou o próximo turismo rural. Neste entretanto surgem os portões de entrada para as quintas agrícolas. Ocultam-se as estufas, ocultam-se os trabalhadores, oculta-se o que tudo o que não tem espaço nos guias turísticos alentejanos (fig.10).



FIG. 10 | *Secção por Estradas Alentejanas*
Colagem do autor, 2023

PONTO 1.3
ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO

O cenário demográfico atual da região Alentejana apresenta uma séria problemática de manutenção das futuras gerações. Observe-se a figura 11: exceptuando Odemira e Sines, todos os municípios do Baixo Alentejo e Litoral Alentejano sofreram nos últimos 20 anos perdas populacionais, inclusive a capital do distrito, Beja.

A estabilização e até decréscimo populacional são uma tendência da realidade portuguesa, e inclusive europeia. Em Portugal, o índice de envelhecimento, que calcula a população com 65 ou mais anos por cada 100 residentes com menos de 15 anos, atingiu os 178.4, quase o dobro face aos dados de 2001[35]. Para a região alentejana, estes valores elevam-se para 223.1, não sendo raros os municípios em que se atinge os 300. Diz-nos isto que os avanços na ciência e saúde prolongam a nossa expectativa de vida, mas os índices de natalidade não se mostram capazes de acompanhar, traduzindo-se num severo envelhecimento populacional.

Estas questões conseguem ser mascaradas nos grandes centros urbanos, que atraem até si população ativa em busca de melhores oportunidades. Beneficia com isso a faixa litoral Porto-Lisboa, que recebe jovens formados e aptos para setores de alto valor acrescentado. Por sua vez, o território interior, desertificado e envelhecido, é incapaz de competir com o seu contraponto litoral.

Perante esta conjuntura, exibem-se duas alternativas: o contínuo definhar populacional até agora retratado no Alentejo, ou o incentivo ao crescimento de setores de menor valor acrescentado, tais como a agricultura e o turismo. Tratam-se de setores de menor competitividade com a faixa litoral, que contratam mão-de-obra pouco qualificada em massa, gerando uma elevada procura por população ativa. Desta forma se justifica a inversão protagonizada por Odemira e alguns municípios do Algarve.

35 Dados INE, Censos 2021

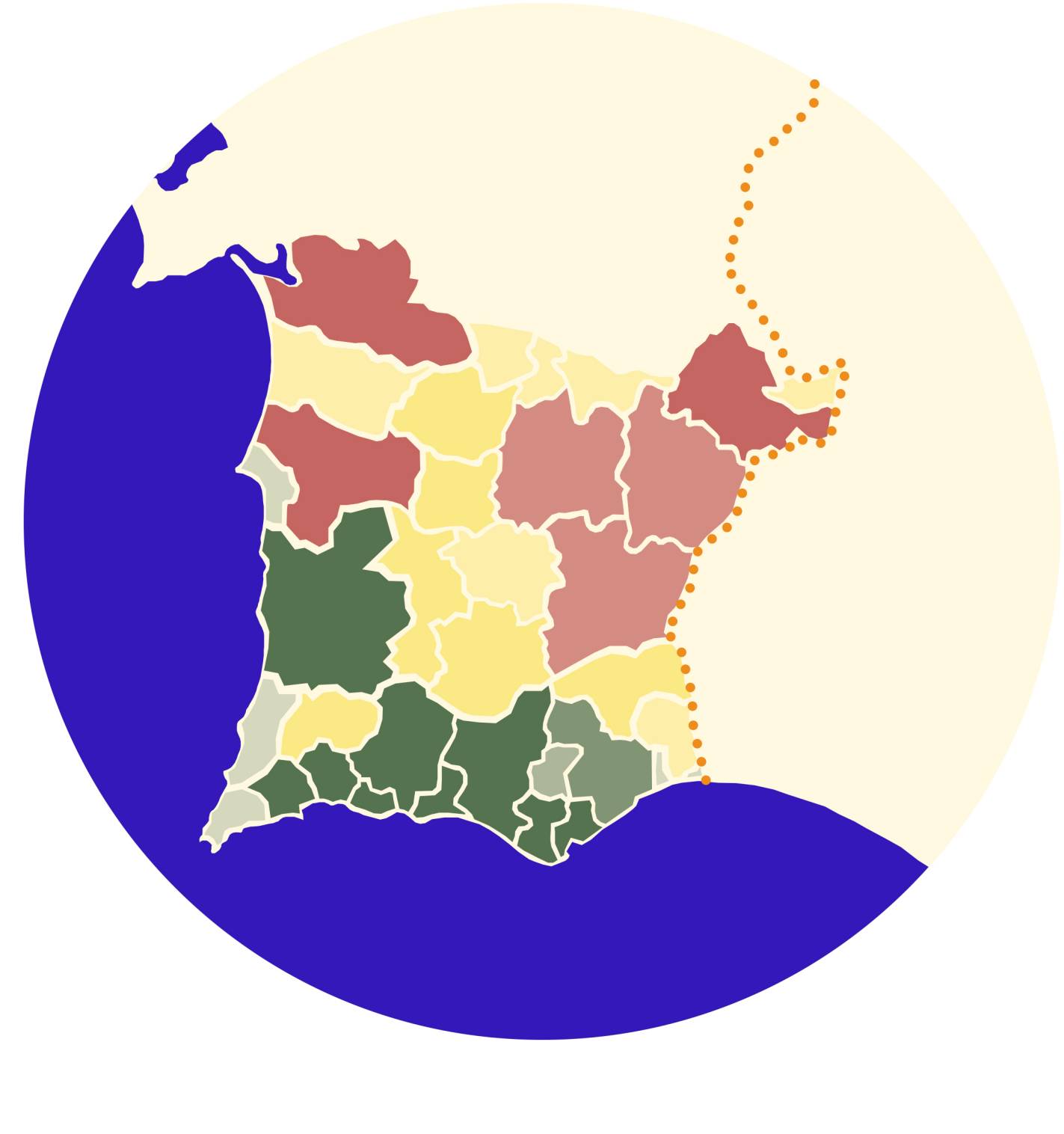


FIG. 11 | *Variação População Total Residente em Portugal, 2001-2021*
Dados INE, montagem do autor, 2024

Ao reconhecer o êxodo demográfico do interior, coloca-se a dúvida: que população está o sul de Portugal a captar? A sobreposição homogénea das figuras 11 e 12 não resulta de uma coincidência, e é a (mais que) provável responsável pela não-desertificação da região.

De acordo com os resultados dos Censos 2021, à data residiam em Portugal 542165 pessoas de nacionalidade estrangeira, mais 147 mil do que no recenseamento de 2011[36]. Por sua vez, outro estudo por parte da Pordata concluiu que em 2022 eram 798480 cidadãos estrangeiros residentes em território nacional, 7.6% da população[37]. A volatilidade dos números evidencia a escalada súbita dos últimos 15 anos em Portugal, que duplicou a sua população estrangeira.

São dois os fatores que auxiliam a justificar o caudal migratório: o primeiro deve-se à introdução da lei nº 59/2017 de 31 de julho, que alterou os estatutos prévios para o regime jurídico de entrada, permanência e saída de estrangeiros residentes em território nacional, na qual se decretou no artigo 88 o seguinte:

"Possua um contrato de trabalho ou promessa de contrato de trabalho ou tenha uma relação laboral comprovada por sindicato, por representante de comunidades migrantes com assento no Conselho para as Migrações ou pela Autoridade para as Condições do Trabalho;

Tenha entrado legalmente em território nacional;

Esteja inscrito na segurança social, salvo os casos em que o documento apresentado nos termos da alínea a) seja uma promessa de contrato de trabalho.[38]*"*

O segundo fator, mais recente, deve-se à lei nº 18/2022, igualmente incidente sobre o regime jurídico de entrada, permanência e saída de estrangeiros residentes em Portugal[39]. A alteração veio em seguimento do acordo sobre a mobilidade entre estados-membros da CPLP, no qual se celebrou a introdução de vistos de residência exclusivos a cidadãos da CPLP, válidos pelo prazo de um ano e atribuídos de forma mais célere, permitindo ainda o acesso à segurança social, saúde e número fiscal.

36 Dados INE, Censos 2021

37 "Pordata divulga retrato da população estrangeira e dos fluxos migratórios em Portugal", *PORDATA*, 2022. Consultado a 25 de março de 2024

38 Assembleia da República. *Diário da República nº146/2017, Série I de 2017-07-31.* Lei nº59/2017, de 31 de julho

39 Assembleia da República. *Diário da República nº164/2022, Série I de 2022-08-25.* Lei nº18/2022, de 25 de agosto

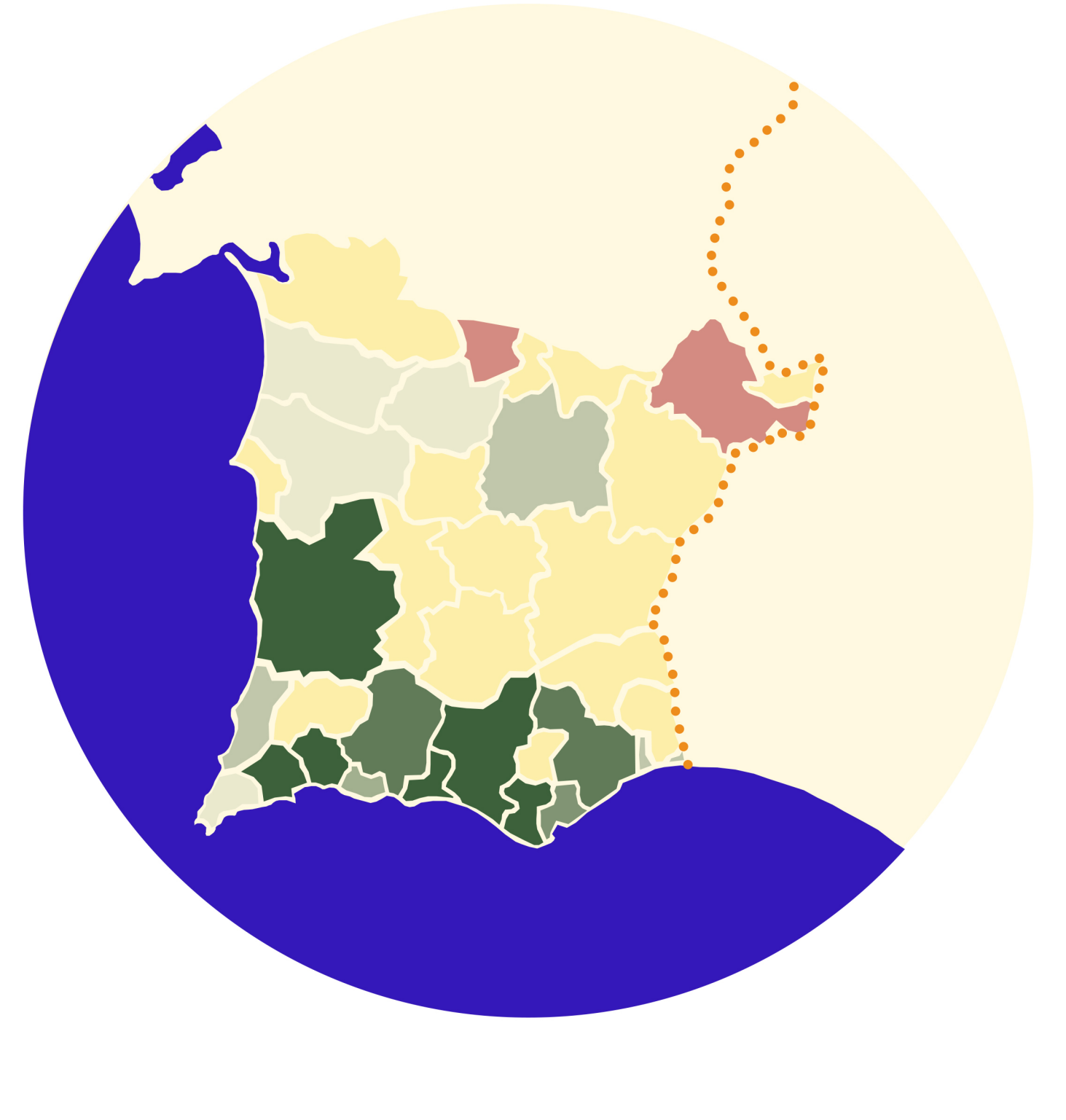


FIG. 12 | *Variação População Total Estrangeira Residente em Portugal, 2001-2021*
Dados INE, montagem do autor, 2024

A medida traça a ambição de um espaço de circulação livre para a comunidade lusófona, e que a par da medida anteriormente citada, reduz as burocracias ao processo de legalização de residência em território nacional, o que permite uma integração agilizada da população imigrante e reduz os cidadãos com estatuto ilegal que vivem à margem dos direitos humanos, como se comprova pelo exemplo danoso de El Ejido.

Neste contexto, Odemira é, como já subentendido, um dos concelhos do panorama nacional com maior manifestação do fluxo migratório atual. Não é, porém, um evento inédito para o mesmo, no qual se distinguem 4 grandes vagas. A primeira, com início na década de 80, foi composta por cidadãos do norte da Europa em idade de reforma (ingleses, dinamarqueses e holandeses), entre os quais os empresários fundadores da indústria agro-alimentar intensiva na bacia hidrográfica do Mira[40]. A seguinte vaga, de estudantes PALOP em intercâmbio na Escola Profissional de Odemira, preservou poucos vestígios da sua existência. Por sua vez, a terceira vaga é reconhecida como a primeira grande manifestação intercultural do concelho, com um elevado volume populacional oriundo do Leste Europeu (Ucrânia, Bulgária e Roménia) e inclusive do Brasil, motivados pelas oportunidade de trabalho emergentes no setor hortícola. A quarta e atual vaga preserva a lógica de abastecimento do aparelho hortícola com aquela que é a maior massa migratória testemunhada em todo o Alentejo, oriunda da Ásia[41].

De modo a interiorizar a parabólica ascenção asiática, em 2014 a nacionalidade búlgara era a mais significativa em Odemira (1074 cidadãos), seguida da tailandesa (567 cidadãos) e alemã (381 cidadãos)[42]. A população nepalesa era composta por 55 pessoas e a população indiana somente 13 pessoas.

Conforme os dados do SEF (fig.13), enquanto que as restantes nacionalidades estabilizaram, a Índia tornou-se o país com maior representativade (3000 pessoas), com ligeira vantagem sobre o Nepal (2790 pessoas). A adicionar a Tailândia em terceiro lugar (1776 pessoas), e os três países asiáticos totalizam 7566 cidadãos residentes legalizados no concelho, cerca de 69% da população estrangeira, ou 25.6% da população total.

40 Terrisirga, Territórios & Redes, Lda. *Estratégia Local de Habitação de Odemira.* p.14
41 Ibidem, p.14
42 Dados SEFSTAT, 2014

Variação População Estrangeira 2015-2022 +6952

População Estrangeira Residente em Odemira 10927

Ásia 7246

Europa 3170

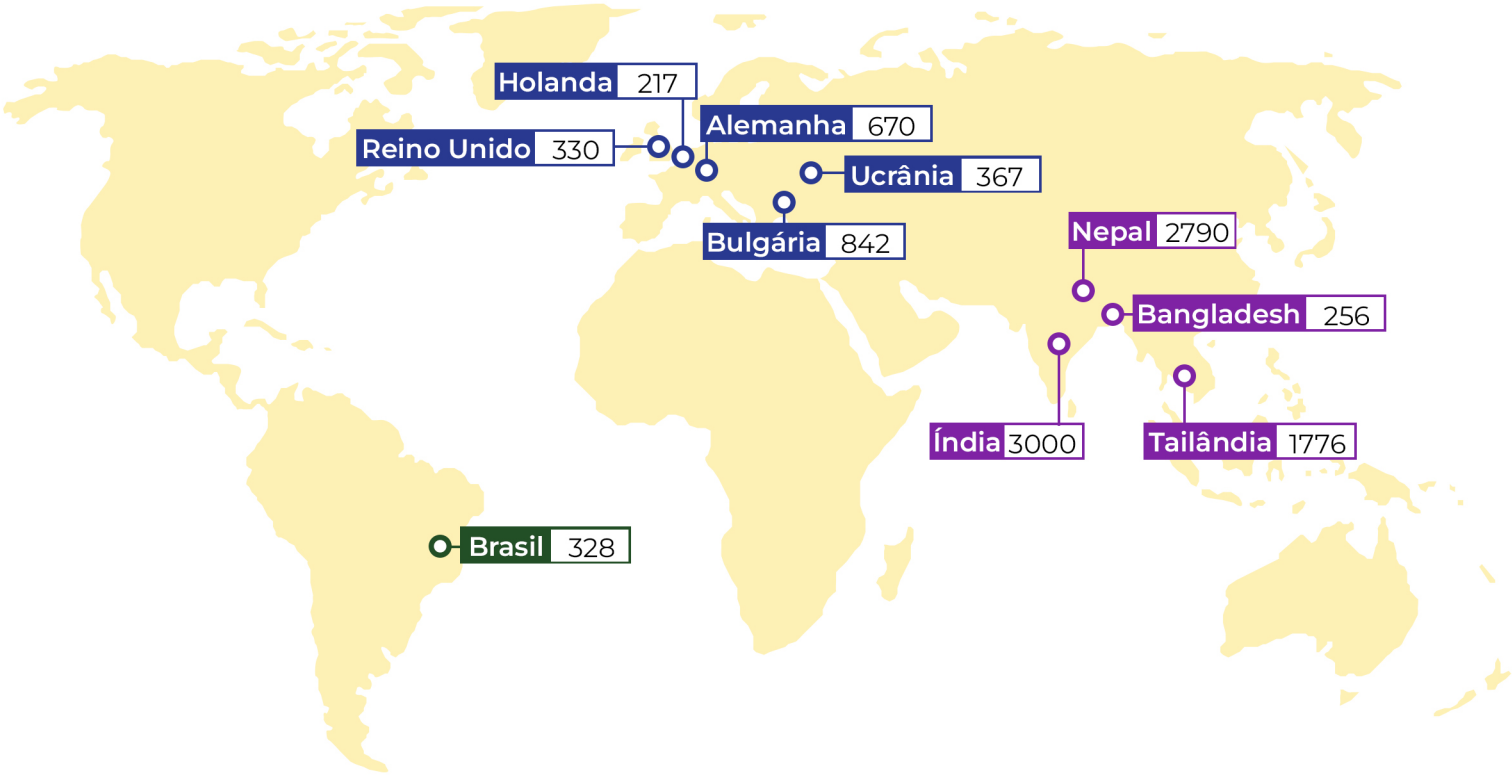
África 67

Oceania 8

América do Norte 52

América Central 48

América do Sul 336



Primeira Vaga	Segunda Vaga	Terceira Vaga	Quarta Vaga
Norte da Europa	**PALOP**	**Europa de Leste**	**Ásia**
Reino Unido	Angola	Ucrânia	Índia
Dinamarca	Cabo Verde	Bulgária	Nepal
Holanda	Moçambique	Roménia	Tailândia
Alemanha			Bangladesh

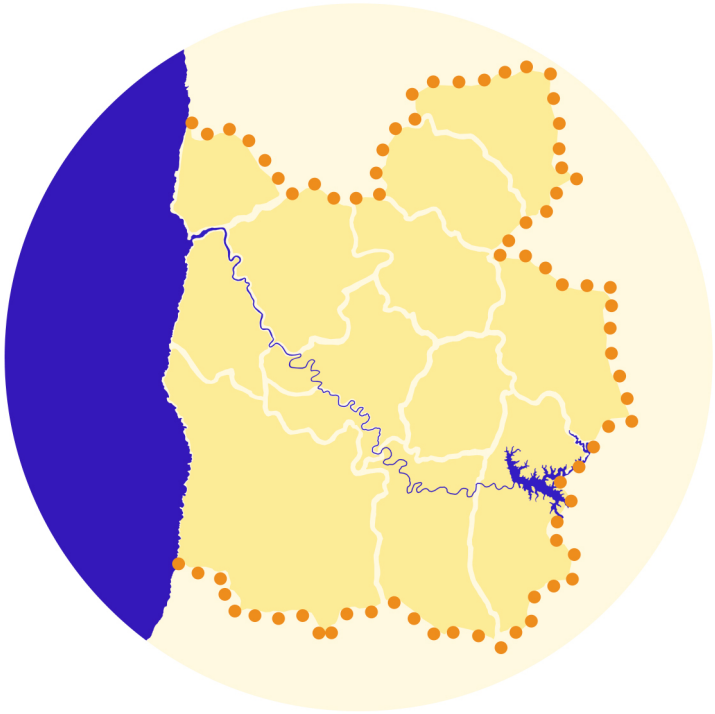
FIG. 13 | *Origem População Estrangeira Residente em Odemira, 2021*
Dados SEFSTAT, montagem do autor, 2024

Adquirida uma perceção da composição demográfica imigrante, é também necessário tomar noção da sua distribuição territorial. Para esse propósito, a figura 14 apresenta a percentagem de população residente de nacionalidade estrangeira por freguesia, desde 2001 até 2021. Efetivamente, os dados de 2001 indicam a sua diminuta concentração, natural face aos meros 731 migrantes residentes à época, resultando numa distribuição uniforme e dispersa.

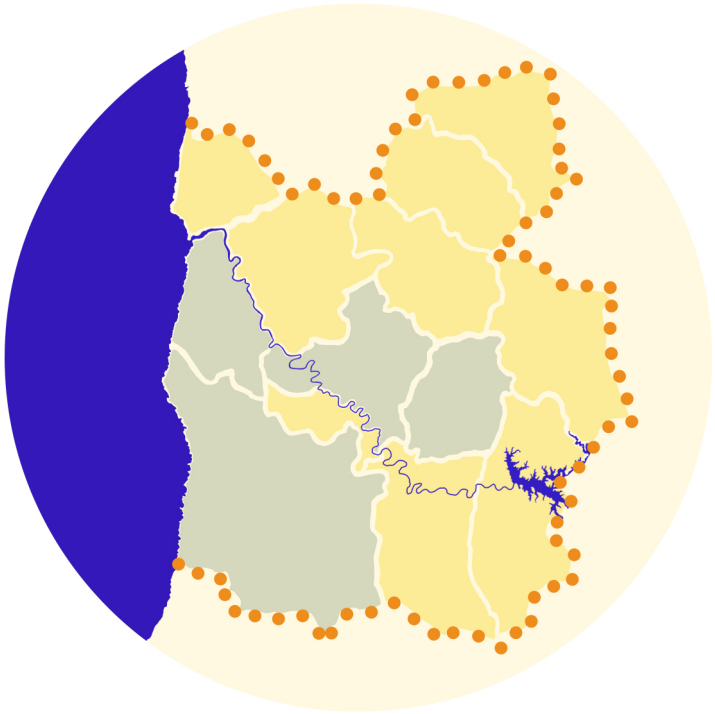
Os valores de 2011 dão sinais de manifestação da terceira vaga, na qual a população migrante dedicada ao trabalho hortícola se concentra em freguesias estratégicas. São elas Longueira/Almograve e São Teotónio, pela sua proximidade às produções agrícolas no litoral, São Salvador e Santa Maria, onde se localiza a vila de Odemira, maior aglomerado urbano do concelho e por sua vez com mais infraestruturas, e Luzianes-Gare, possivelmente pela indústria agrosilvopastoril extensiva.

O fenómeno asiático reflete-se nos dados de 2021, cuja presença em comparação com a população local evidencia o seu crescimento brutal. No período de 10 anos, quase todo o município beneficiou de um aumento da comunidade imigrante, mas com particular ênfase para as freguesias litorais e Boavista dos Pinheiros, cujas vilas possuiam *à priori* aglomerados urbanos mais densos que a sua contraparte interior. Longueira/Almograve e São Teotónio atingem valores próximos dos 50% de população local estrangeira, enquanto que Boavista dos Pinheiros situa-se nos 23%.

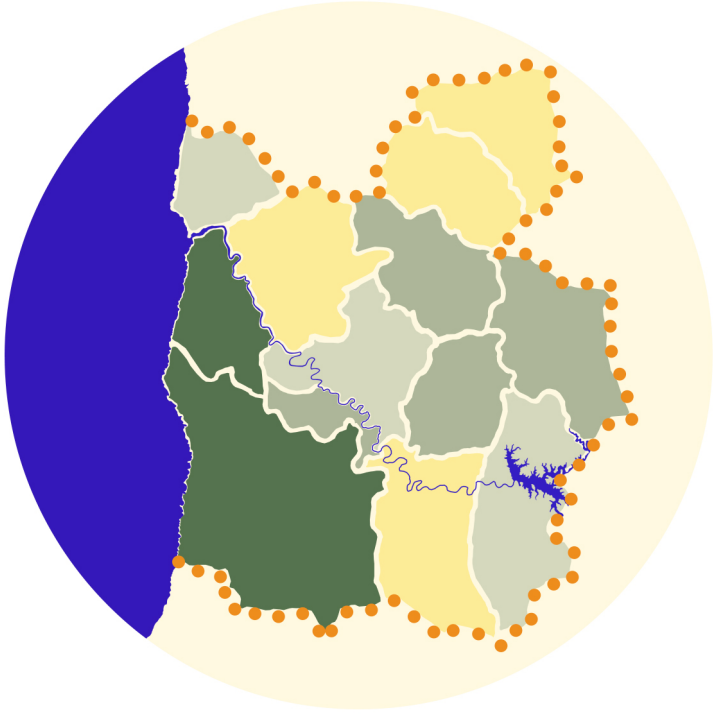
Em Vila Nova de Milfontes, apesar de se situar no litoral e próxima de grandes superfícies de estufas, como mencionado anteriormente, o peso do turismo na sua atividade económica funciona como um repelente à desconstrução do rural idílico. Como tal, os migrantes instalam-se em freguesias de baixa procura turística, nas quais o acesso a habitação terá melhor custo/benefício, e que sejam próximas dos postos de trabalho. Neste contexto, as vilas de São Teotónio e Longueira/Almograve são a resposta óbvia, resultado de um abandono a que foram sujeitas pelas políticas municipais, tema que será aprofundado nos seguintes capítulos.



Odemira, **2001**



Odemira, **2011**



Odemira, **2021**

FIG. 14 | *% População Estrangeira Residente em Odemira*
Dados INE, montagem do autor, 2024

- 0-10% População Local Estrangeira
- 11-20% População Local Estrangeira
- 21-30% População Local Estrangeira
- 31-40% População Local Estrangeira
- 41-50% População Local Estrangeira

5 km

Os indicadores apresentados não têm precedentes na realidade portuguesa, sendo acompanhados de um potencial transformador para uma região que sem imigrantes em tudo se assemelharia à incógnita que assola o restante Alentejo.

De acordo com a Fig. 15, mesmo com esta massa imigrante, só quatro freguesias aumentaram de população entre 2001 e 2021. Semelhante ao interior do país, também o interior da freguesia caminha para a desertificação, preferindo a população concentrar-se onde se dão mais oportunidades. Assim, uma vez que o município assume o turismo e a agricultura como as principais locomotivas da atividade económica[43] e geograficamente estes setores têm melhor rentabilidade no litoral, é nesse sentido que a população se move.

Identifica-se um mutualismo entre a atividade económica e fixação populacional, do qual se demonstra que o crescimento de um implica o crescimento do outro. Tendo em conta as críticas já aqui feitas ao setor hortícola sediado no PRM, e não o absolvendo dos seus abusos, é inevitável também reconhecer a sua importância para a subsistência do município e no combate ao êxodo rural. Prova disso são as declarações do antigo Presidente da Câmara Municipal de Odemira, José Alberto Guerreiro:

"A principal actividade económica em Odemira é a actividade agrícola. A agricultura é um sector que continua a ser o pilar da economia de Odemira, porque acaba por não ser só o emprego directo e indirecto que cria, mas também tudo o que a ele está relacionado. Não podemos esquecer que muitas destas actividades são para exportação. Hoje há cerca de 90 milhões de euros que saem das produções de Odemira e são exportados, portanto criam riqueza(...).[44]"

José Alberto Guerreiro, antigo Presidente da Câmara Municipal de Odemira

43 Terrisirga, Territórios & Redes, Lda. *Estratégia Local de Habitação de Odemira.* p.16-17
44 Autor Desconhecido, "Agricultura é o pilar da economia de Odemira." *Jornal Sudoeste*, 15 de julho de 2016. Consultado a 20 de abril de 2024

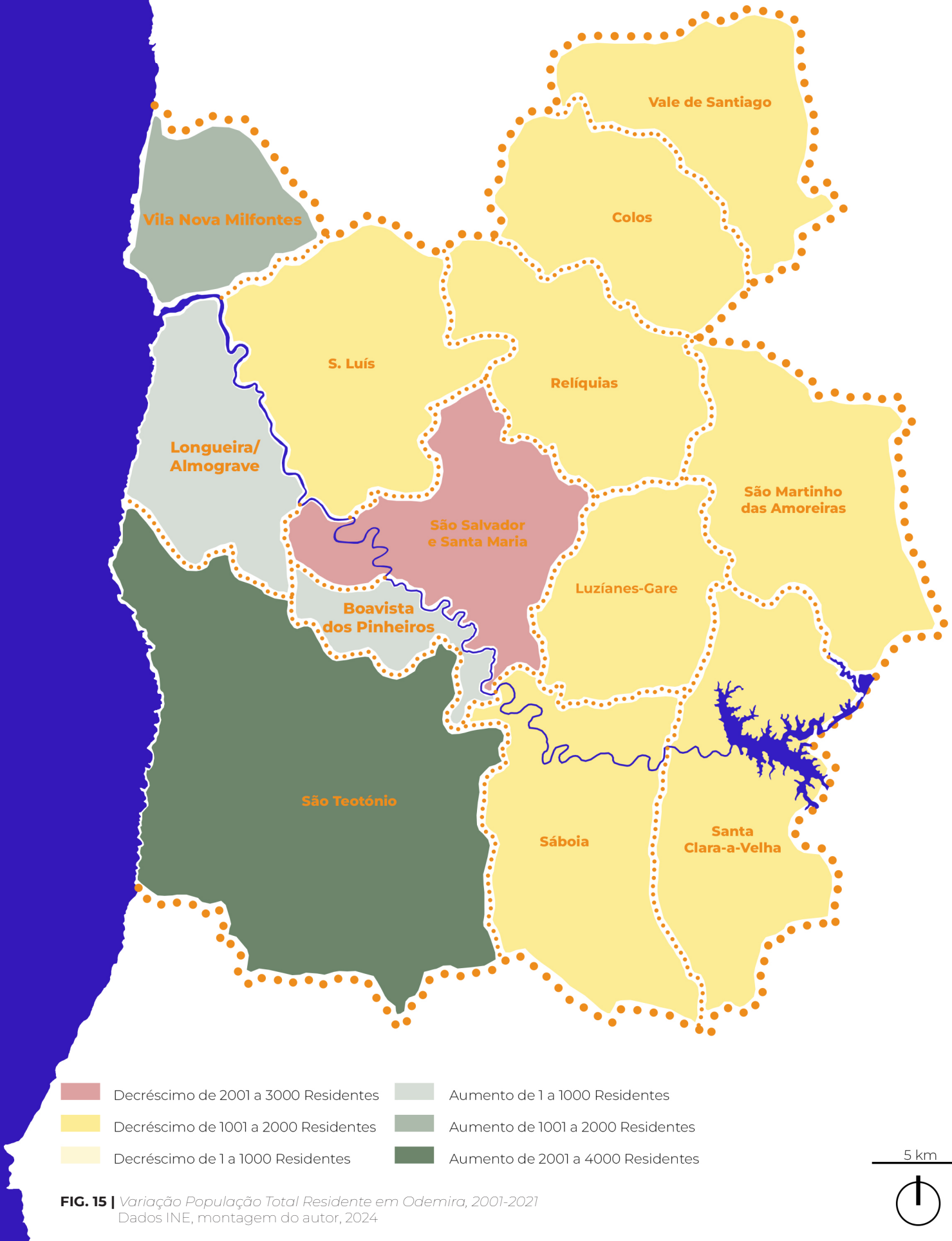


FIG. 15 | *Variação População Total Residente em Odemira, 2001-2021*
Dados INE, montagem do autor, 2024

Assim, compreende-se a demanda de população imigrante como abastecimento do mercado laboral, promotor de uma economia local próspera, aliado ao amparo do decaímento demográfico do sul português. Como indicam os dados, a importação de mão-de-obra trouxe melhorias nos índices de natalidade, diminuição da taxa de envelhecimento, diminuição da idade média e um aumento do PIB do concelho. Tudo isto são fatores a valorizar, naquele que é um setor para o qual é difícil captar portugueses.

Os índices em prol da imigração não se refletem somente na economia odemirense, mas nas contas públicas nacionais. Segundo o último relatório do *Observatório das Migrações*, em 2023 a população imigrante contribuíu com 1.861 milhões de euros para a Segurança Social, recebendo em retorno 257 milhões de euros, um saldo positivo de 1.604 milhões de euros[45]. Ou seja, falamos de um *superavit* de relevo para as contas públicas. É justificação para isso a percentagem de população estrangeira contributiva, 87 em cada 100, enquanto que a populaçao nacional ronda os 48 contribuintes em cada 100, o que demonstra o volume de população estrangeira em idade ativa na economia portuguesa.

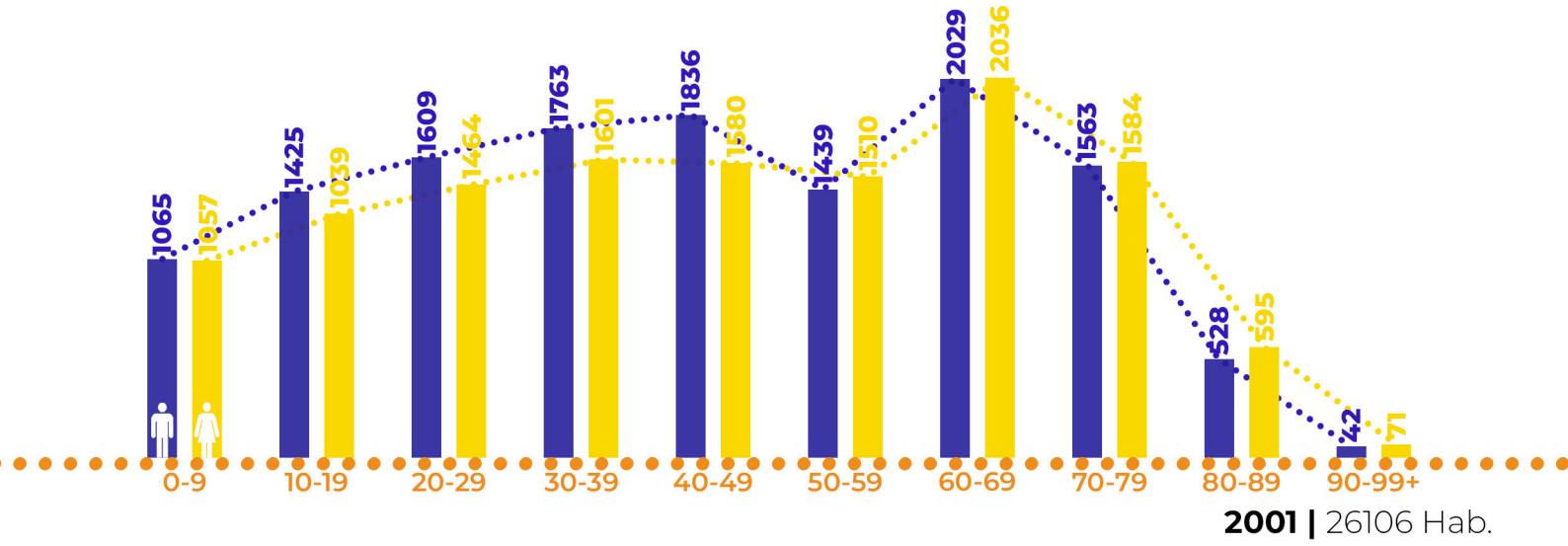
Em suma,
"Quantity has a quality all its own.[46]*"*

Posto isto, é igualmente necessário discutir os desafios e cautelas deste novo paradigma demográfico. Atente-se à figura 16. Segundo dados do INE, em 2001 contabilizavam-se 26106 habitantes no município de Odemira, com a faixa etária de maior representatividade entre os 60-69, apontando para um registo cronicamente envelhecido.

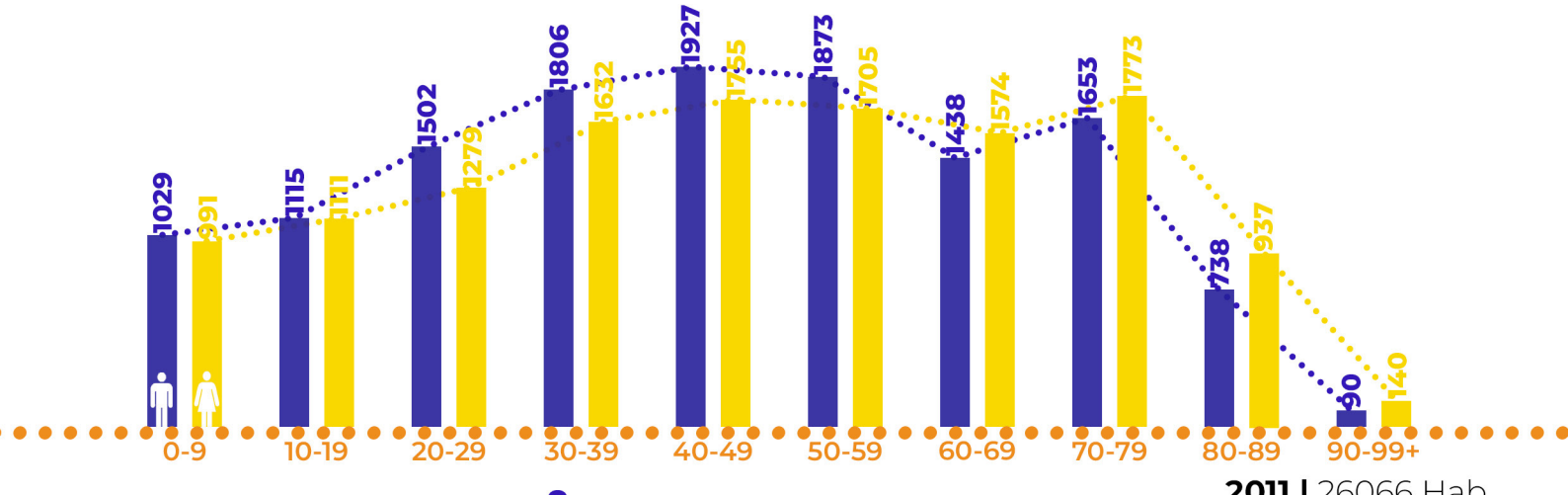
Uma década após, denota-se estagnação, mas uma distribuição mais homogénea pelas faixas etárias, sendo agora a de maior representatividade os 40-49 anos. Este padrão coincide com os primeiros indícios de vagas migratórias em território alentejano, ocultando o envelhecimento local, com um ligeiro pendor para a população masculina até aos 60 anos e da população feminina dos 60 em diante.

Outros 10 anos volvidos, e em 2021 o concelho vive o seu pico migratório e angaria 3472 habitantes. Todavia, gera-se um debate em torno da sua distribuição por sexo. Na faixa etária dos 20-29 anos, são mais do dobro os homens face às mulheres. Nos 30-39 anos a situação assemelha-se, índices que contagiam até à faixa dos 40-49 anos.

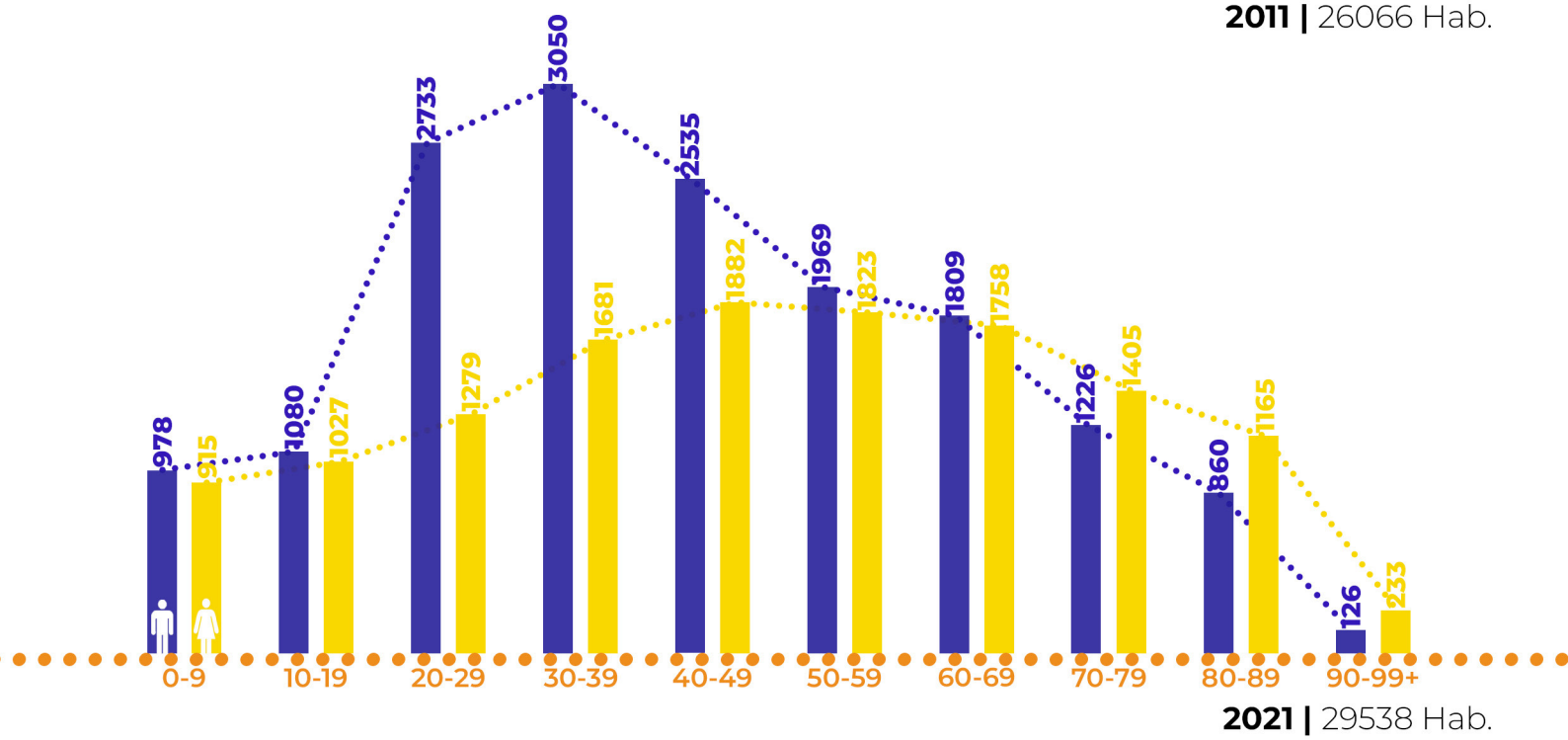
45 Autor Desconhecido, "Imigrantes dão excedente de 1.600 milhões à Segurança Social." *ECO*, 18 de dezembro de 2023. Consultado a 4 de maio de 2024
46 Testemunho comumente atribuído a Joseph Stalin



2001 | 26106 Hab.



2011 | 26066 Hab.



2021 | 29538 Hab.

FIG. 16 | *Comparação População Masculina vs Feminina*
Dados INE, montagem do autor, 2024

Uma assimetria tão severa dos sexos acaba por se a traduzir no desconforto da população local. Mulheres e crianças relatam sentimentos de insegurança[47]. Apesar das denúncias de incidentes permanecerem baixas, as tensões entre comunidades crescem, e um volume tão notório de pessoas com hábitos, costumes e idioma distintos não consegue ser camuflada, nem integrada através de protocolos adequados.

"Se eles viessem numa quantidade que fosse fácil de gerir, em termos de integração, não haveria grande problema. Mas quando se passa de uma quota superior a 50% da população, isso vai ser difícil. Vai provocar choques, mais cedo ou mais tarde. Já os está a provocar.[48]*"*

Francisco Lampreia, Presidente Freguesia V.N. Milfontes

Por se tratarem de áreas pouco densas, de população envelhecida, ideias fixas e rotinas inalteradas, o ceticismo face aos "exteriores" é latente, seja nas notícias ou nas conversas quotidianas. A acrescentar, de acordo com um estudo realizado em 2013 em 6 cidades europeias sobre a integração ao nível dos bairros, e com uma amostra de 3600 indivíduos (nativos e estrangeiros), uma das conclusões foi justamente a preponderância do domínio do idioma local para a integração na comunidade:

"Os resultados obtidos indicam que os imigrantes que falam fluentemente ou como língua materna a língua do país de acolhimento, por exemplo os das ex-colónias, tendem geralmente a interagir mais com os nativos. No entanto, no caso dos imigrantes que não partilham afinidades culturais tão fortes, os que têm um nível mais elevado de proficiência na segunda língua mostram claramente laços mais fortes com a população nativa.[49]*"*

Se isto não parte como uma surpresa, vale ressalvar que as cidades selecionadas foram Lisboa, Bilbau, Salónica, Roterdão, Viena e Varsóvia. Portanto, cidades cosmopolitas, nas quais o conhecimento médio de inglês é expectavelmente superior ao de Odemira, o que por si só revela a altura da barreira para o concelho alentejano.

47 Garrido, Maria José. "40% da população de Odemira é de origem estrangeira. Locais estão desconfortáveis". *Reporter TVI*, 14 de junho de 2023.

48 Cunha, João. ""Já é gente a mais". Milfontes passou a ser plataforma giratória para imigrantes". *Renascença*, 2 de junho de 2023. Consultado a 10 de maio de 2024

49 Fonseca, M. L., McGarrigle, J. e Esteves, A. "Neighbourhood Integration in European Multi-Ethnic Cities. Evidence From the Geitonies Project". *Finisterra*, vol. 48, n.º 96, p. 14

"Também vivi fora, eles têm direito a estar cá"
Georgina Francisca
Cidadã de Odemira
Diário de Notícias, 17 abril 2021

"Já é gente a mais"
Francisco Lampreia,
Presidente Junta Freguesia V.N. Milfontes
Renascença, 2 junho 2023

"A casa é grande, dá para 10 pessoas. São boas pessoas, portam-se bem, limpos, impecáveis"
Manuel Martins
Cidadão de Odemira
Diário de Notícias, 14 novembro 2021

"O que se passa neste território é uma espécie de bomba-relógio, porque há uma enorme frustração dos que cá vivem por não se conseguir fazer nada."
Teresa Saraiva
Cidadã de Odemira
Renascença, 2 junho 2023

"Se não fosse esta gente, o que seria? Não havia quem trabalhasse nas estufas, nos campos, e dão vida à terra"
José da Silva Jesus
Cidadão de Odemira
Diário de Notícias, 14 novembro 2021

Ofereço 800 euros por mês e [os portugueses]não querem, preferem receber o subsídio de desemprego"
Pedro Loução
Empresário
Diário de Notícias, 14 novembro 2021

"Isto mudou muito e para melhor"
Maria Francisca
Cidadã de Odemira
Diário de Notícias, 14 novembro 2021

FIG. 17 | *Caleidoscópio de Opiniões*
Montagem do autor, 2023

Este sentimento de divisão fez-se mensurável aquando das legislativas de 2024. A ascenção da extrema-direita, sectorizadora da população segundo visões maniqueistas do bem e mal, ganhou largos passos junto do eleitorado a nível nacional. Odemira não fugiu a este padrão, mas se há fenómeno digno de realçar é como as três freguesias litorais, abrangidas pelo PRM (Vila Nova de Milfontes, Longueira/Almograve e São Teotónio) deram dos melhores resultados no concelho ao partido CHEGA (fig.18). Repare-se que são freguesias de dinâmicas bastante distintas, uma vez que V.N.Milfontes é vocacionada para o turismo e as restantes evoluíram para camaratas dos imigrantes ao serviço da indústria hortícola.

Não significando o voto num partido o compromisso pleno do eleitorado ao programa e ideias desse mesmo partido, face às interações com os locais, e tendo em conta o caleidoscópio de perceções, parece-nos que de facto se exibe como um voto de revolta, fruto de um fustigar generalizado da população local perante as políticas migratórias, e que procura agora medidas mais austeras para um reequilibrar da balança.

Se é factualmente aceite que a imigração tem contribuído muito para o país, é igualmente necessário apontar o abuso das políticas migratórias para fins criminosos. Aquilo que foram medidas implantadas para a facilitação do processo de inclusão de migrantes na sociedade portuguesa, são manipuladas por redes de tráfico humano que iludem indivíduos em procura de melhores oportunidades.

"O que temos aqui é um negócio de importação e exploração de pessoas, que querem vir para a Europa à procura de uma vida melhor. [Esse negócio] é controlado por máfias, que ganham muito dinheiro com a vinda de imigrantes.[50]"

À semelhança dos depoimentos de El Ejido, os imigrantes odemirenses são pessoas que trocam as suas vidas por uma oportunidade, pagando elevados montantes[51]. Quando em Portugal, defrontam uma dívida permanente a estas redes e os seus (poucos) rendimentos vão diretamente para as mãos do crime organizado.

Segundo Dário Guerreiro, presidente da Freguesia de S. Teotónio, a solução passa por uma intervenção estatal na procura e oferta de mão-de-obra sobre as produções agrícolas, a fim de cessar o tráfico humano:

50 Cunha, João. ""Já é gente a mais". Milfontes passou a ser plataforma giratória para imigrantes". *Renascença*, 2 de junho de 2023. Consultado a 5 de maio de 2024

51 Cruz, Raquel Matos. "Repórter TVI: 40% da população de Odemira é de origem estrangeira. Locais estão desconfortáveis". *TVI Player*, 14 de junho de 2023. Consultado a 20 de maio de 2024

52 Cunha, João. ""Já é gente a mais". Milfontes passou a ser plataforma giratória para imigrantes". *Renascença*, 2 de junho de 2023. Consultado a 5 de maio de 2024

"É ao Estado português que cabe a responsabilidade de proteger os imigrantes. Da forma como está a lei atualmente, abre-se a porta a que estas pessoas venham indiscriminadamente e sabe-se lá da forma que cá chegam. É-lhes prometido o 'El Dorado' e neste momento chegam a Portugal e encontram uma realidade completamente diferente. Porque o governo não protege estas pessoas.

Se temos necessidade de mão-de-obra, o Governo tem a responsabilidade de chegar a esses países com disponibilidade de pessoas para vir para a Europa e trazê-los de forma ordenada, com contratos de trabalho feitos, com a habitação programada e com a legalização tratada. Assim evitaria que estas pessoas fossem apanhadas por estas ditas redes.[52]"

No propósito desta dissertação, e conscientes do mínusculo raio de ação sobre a problemática, os próximos capítulos debruçar-se-ão no relato das condições habitacionais miseráveis existentes e da lacuna de serviços e infraestruturas, incluindo as iniciativas municipais, e respetivas propostas elaboradas na sua *Estratégia Local de Habitação*.

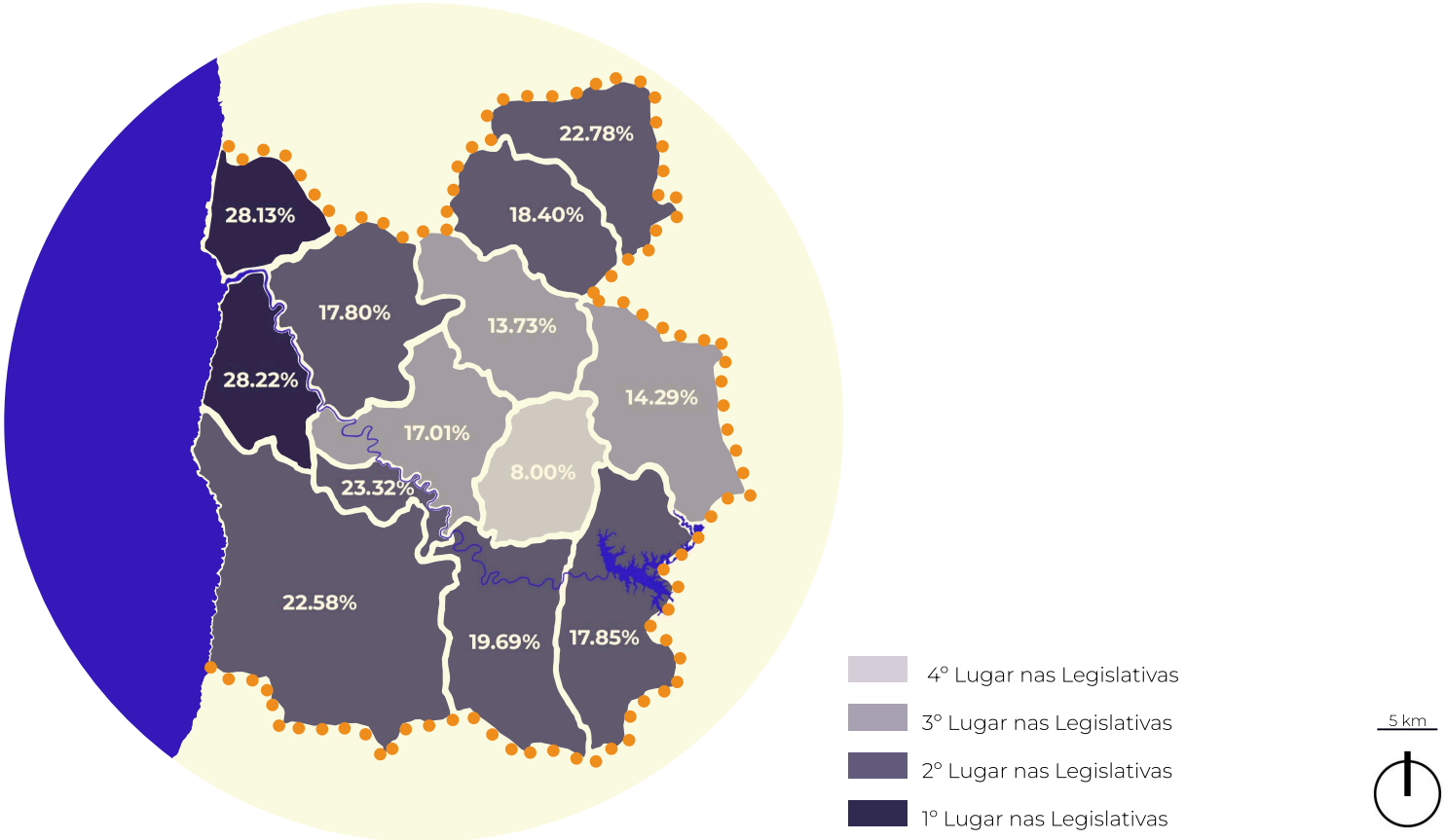
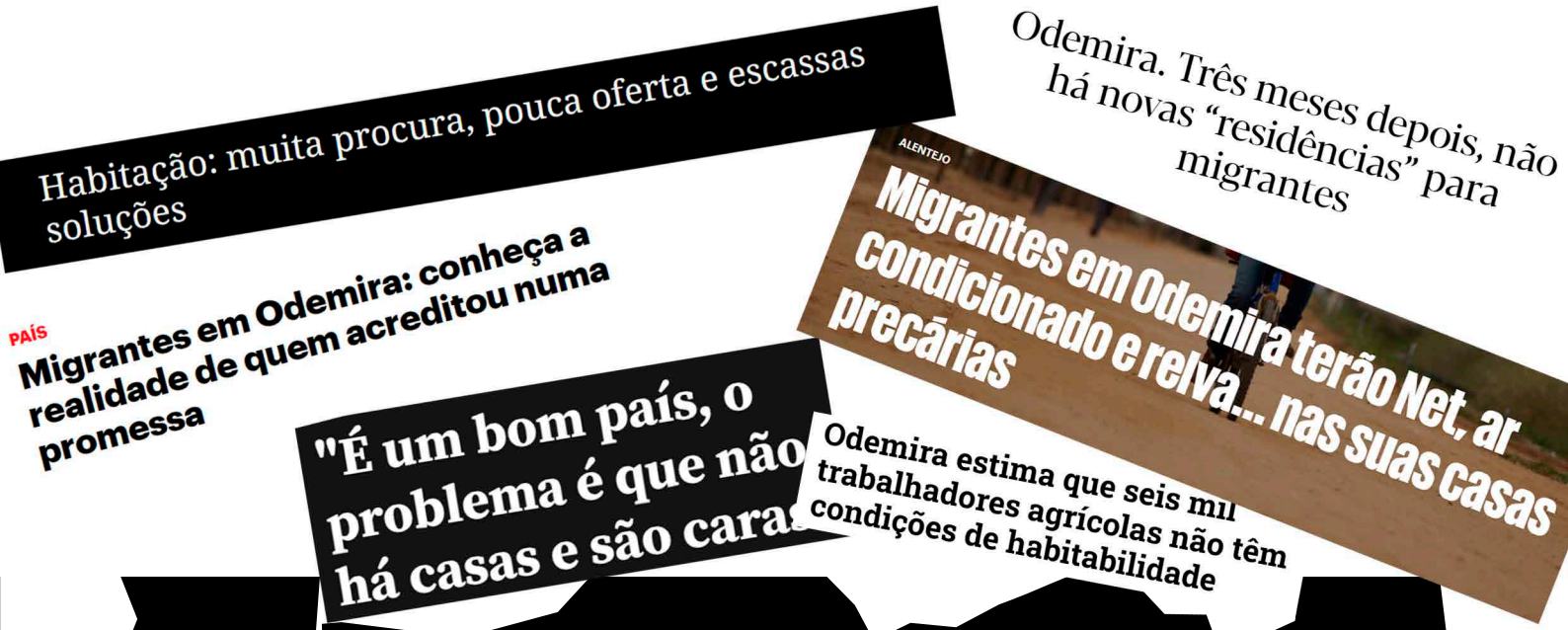


FIG. 18 | *Resultados Eleitorais do CHEGA*
Dados Legislativas 2024, montagem do autor, 2024

PONTO I.4
O PROBLEMA DA HABITAÇÃO



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA
Artigo 65

"Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar."

FIG. 19 | *Artigo 65*
Montagem do autor, 2024

A crise no acesso a habitação em 2024 não se coloca já como novidade, sendo um dos assuntos dominantes na esfera pública e para o qual a classe política é mais convocada a dar resposta. São várias as justificações dadas para a conjuntura atual, e não se limitam só a Portugal, mas sim a toda a Europa.

Entre os fatores identificados estão:

I) A subida da taxa de juros por parte do Banco Central Europeu de modo a combater a inflação galopante, mas que se reverte sobre a população comum em aumentos insuportáveis nas prestações sobre os empréstimos bancários[53];

II) A cativação de investimento estrangeiro para o setor do imobiliário de luxo. Apresentado como um mercado com margem de crescimento em Portugal e bastante procura, não só direciona o investimento realizado a uma pequena parcela da população, como se reflete na desregulação e inflação de preço da habitação comum, principalmente nas regiões do Porto, Lisboa e Algarve[54];

III) O alojamento local como alternativa de rendimento ao arrendamento tradicional. Voltado para o setor do turismo, que como já se verificou, conquistou enorme preponderância para a economia nacional, mostrou-se como uma fonte de rendimento bastante lucrativa e que desicentivou o arrendamento comum[55];

IV) Mais população, oferta reduzida: sejam os vistos Gold, sejam os expatriados e nómadas digitais cativados pela cultura, clima e preços ainda acessíveis face aos seus países de origem, ou ainda os imigrantes até agora aqui retratados. O pico de população estrangeira, coincidente com a inflação galopante e escassa oferta imobiliária proporcionam a desregulação do mercado livre[56];

Esta combinação de desregulação, ausência de ação e oportunismo também atingiu Odemira, que se mostra incapaz de corresponder a todos os grupos-alvo: família comum, estadias turísticas e trabalhadores agrícolas. Veremos de seguida como cada um destes grupos é afetado, e as alternativas (precárias) que têm servido de resposta para a população local.

53 Siza Vieira, Pedro. "A crise da habitação, um fenómeno europeu agravado em Portugal", *ECO*, 20 de setembro de 2023. Consultado a 30 abril 2024
54 *Ibidem*. Consultado a 30 abril 2024
55 *Ibidem*. Consultado a 30 abril 2024
56 *Ibidem*. Consultado a 30 abril 2024

PONTO I.4.1
ALOJAMENTOS CLÁSSICOS

O que se entende como alojamento familiar clássico? Pressupõe-se a existência de alojamento familiar não-clássico? Qual o significado destas denominações para o debate do acesso à habitação?

Estes termos integram o método de categorização do parque habitacional na recolha de dados do Instituto Nacional de Estatística. O alojamento familiar clássico pressupõe a noção convencional de casa, seja ela apartamento, moradia, ou outra tipologia normalizada. São habitações de cariz permanente e cumprem com os desígnios para o bem-estar condigno do agregado familiar:

"Local distinto e independente, constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de caráter permanente, ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural), que considerando a maneira como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado se destina a servir de habitação, normalmente, apenas de uma família/agregado doméstico privado. Deve ter uma entrada independente que dê acesso (quer diretamente, quer através de um jardim ou um terreno) a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, etc.). As divisões isoladas, manifestamente construídas, ampliadas ou transformadas para fazer parte do alojamento familiar clássico/fogo são consideradas como parte integrante do mesmo.[57]"

O Alojamento familiar não-clássico por sua vez apresenta-se como uma antítese do anterior, que se destina a etiquetar as construções precárias, ilegais e desadequadas ao habitar, servindo esse propósito normalmente por uma carência de alternativas e pobreza de meios da população vigente.

"Alojamento que não satisfaz inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção, porque é móvel, improvisado e não foi construído para habitação, mas funciona como residência habitual de pelo menos uma família no momento de referência.[58]"

57 Definição INE. Consultado a 30 de abril 2024.
58 *Ibidem*. Consultado a 30 de abril 2024.



FIG. 20 | *Habitação em São Teotónio*
©Sílvia Leiria Viegas, 2023

Mediante os conceitos dispostos, estará evidente que um parque habitacional saudável deverá ser plenamente composto de alojamentos clássicos, cada qual consignado a uma família. O seguinte capitulo irá justamente averiguar as condições de acesso a habitação clássica, a bolha imobiliária odemirense e os atores por ela lesados, assim obrigados a recorrer a alternativas distantes do aceitável.

"(...)em Odemira, com a chegada imprevista e repentina dos intensos fluxos migratórios, a qualidade das condições habitacionais, tornou-se um problema para os residentes, sejam nacionais locais, sejam cidadãos migrantes. O parque habitacional não estava, e ainda não está, preparado para a receção de tantos contingentes populacionais. A escassez de habitação é assim sentida por todos, e é tida como um problema estruturante e condicionador ao bom acolhimento e integração, bem como à qualidade de vida da generalidade da população residente no concelho.[59]"

Se existe problemática para a qual são recrutados os desíginios de arquitetura e urbanismo, em Odemira essa é certamente a carência de habitação. O próprio município confessa a sua incapacidade de resposta à demanda por residências dignas para a população, tanto local como estrangeira. A avalanche migratória, trazendo bastantes pontos positivos ao concelho, mostra de igual modo as adversidades que os territórios enfrentam na captação de novos habitantes, em particular quando a oferta não consegue corresponder à procura.

A fim de enquadrar a situação, a figura 21 apresenta-nos as formas de ocupação de alojamentos familiares clássicos em 2021. O primeiro ponto em evidência, e até pouco expectável, é a baixa percentagem de alojamentos como residência habitual. Considerando a emergência habitacional corrente, a expectativa seria a disposição de todos os meios para a colmatar. No entanto, observa-se que são poucas as freguesias que suplantam os 50% de residências habituais (São Teotónio, Boavista dos Pinheiros e São Salvador e Santa Maria). As restantes padecem de um dramático abandono, os tais alojamentos vagos, que é o caso de larga parte do interior e centro do concelho, ou do escoar de propriedades para uso sazonal, sejam elas casas de férias ou dividendos turísticos.

Por um lado, um interior em recessão, onde existem as propriedades mas faltam as pessoas. Por outro lado, um litoral lotadíssimo, ao qual ainda acresce a forte demanda turística, mas com valores de residências habituais semelhantes às restantes freguesias.

59 Comissão Local Para a Interculturalidade, "ODEMIRA INTEGRA_3G, Plano Municipal para a Integração de Migrantes", 2022, p.46

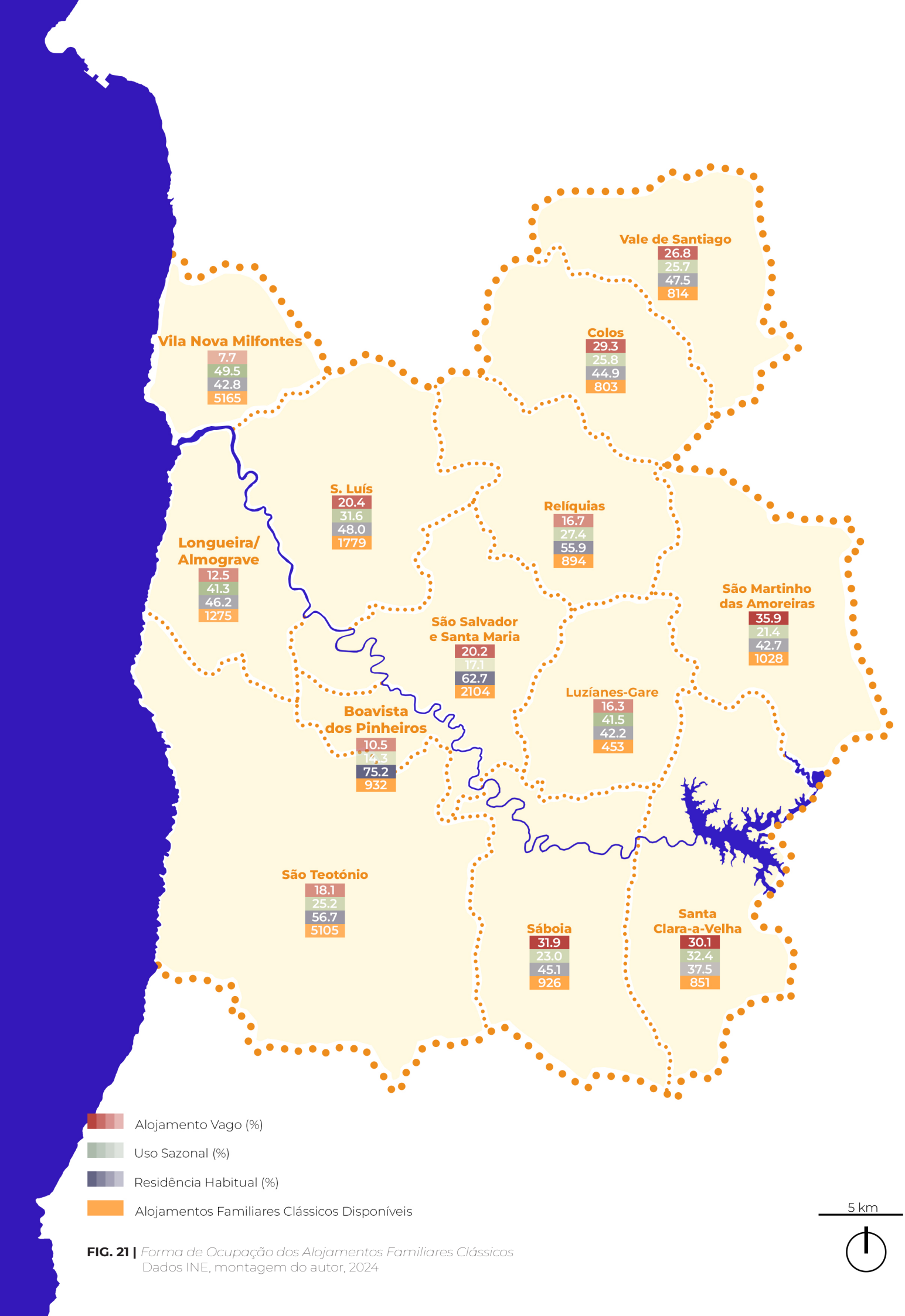


FIG. 21 | *Forma de Ocupação dos Alojamentos Familiares Clássicos*
Dados INE, montagem do autor, 2024

O levantamento de edifícios com necessidades de reparações, por parte do INE, serve como outro indicador da situação atual do concelho, e que nos pode dar pistas para a estratégia de reabilitação urbana a tomar. O interior, fruto do seu abandono, sofre como sequelas o decaímento do seu parque habitacional, ainda que com algumas freguesias a preservarem valores minimamente aceitáveis, entre os 20-29% do edificado com necessidades de reparações. Contudo, São Teotónio, posicionado no litoral, ascende aos 30-39% do edificado a intervir, valores bastante díspares daqueles que Vila Nova de Milfontes e Longueira/Almograve apresentam. O que justifica este desiquilíbrio?

A justificação está no incentivo ao investimento.

Vejamos quais os grupos-alvo genéricos que habitam/visitam Odemira:

- Imigrantes laborais do setor hortícula
- Turistas/Casa de férias
- População local

Se, como já vimos em capitulos anteriores, é reconhecível o peso do turismo para Vila Nova de Milfontes e Longueira/Almograve, é também a competitivade deste setor que incentiva os proprietários à manutenção das suas propriedades, sejam alojamentos locais ou *hostels*. Este processo incentiva à regeneração do parque habitacional de ambas as freguesias, onde uma larga parte das casas estão dispostas para uso sazonal e a procura é elevada.

Contudo, e relembrando que São Teotónio não possui as mesmas qualidades atrativas ao turismo (exceptuando a vila de Zambujeira do Mar, onde vive uma pequena parte da população), é estrategicamente próximo das produções agrícolas, funcionando como vila dormitório. Nesta situação, em que o incentivo à reabilitação é reduzido devido ao menor poder negocial da população imigrante, o mercado imobiliário adota uma postura radicalmente diferente: a indiferença em relação ao inquilino.

"Casas sem o mínimo de condições. Se derem mil euros ao senhorio, é um bom negócio para muitos proprietários de casas abandonadas ou degradadas em vilas ou aldeias. E depois cobram 120 euros por cabeça, metendo lá 20 ou 30 imigrantes. Rapidamente fazem entre dois a quatro mil euros, obtendo margens de lucro absolutamente impensáveis só na habitação.[60]"

60 Cunha, João. "Imigrantes em Odemira. Um ano depois, pouco ou nada mudou", *Renascença*, 23 de maio de 2022. Consultado a 5 de maio 2024

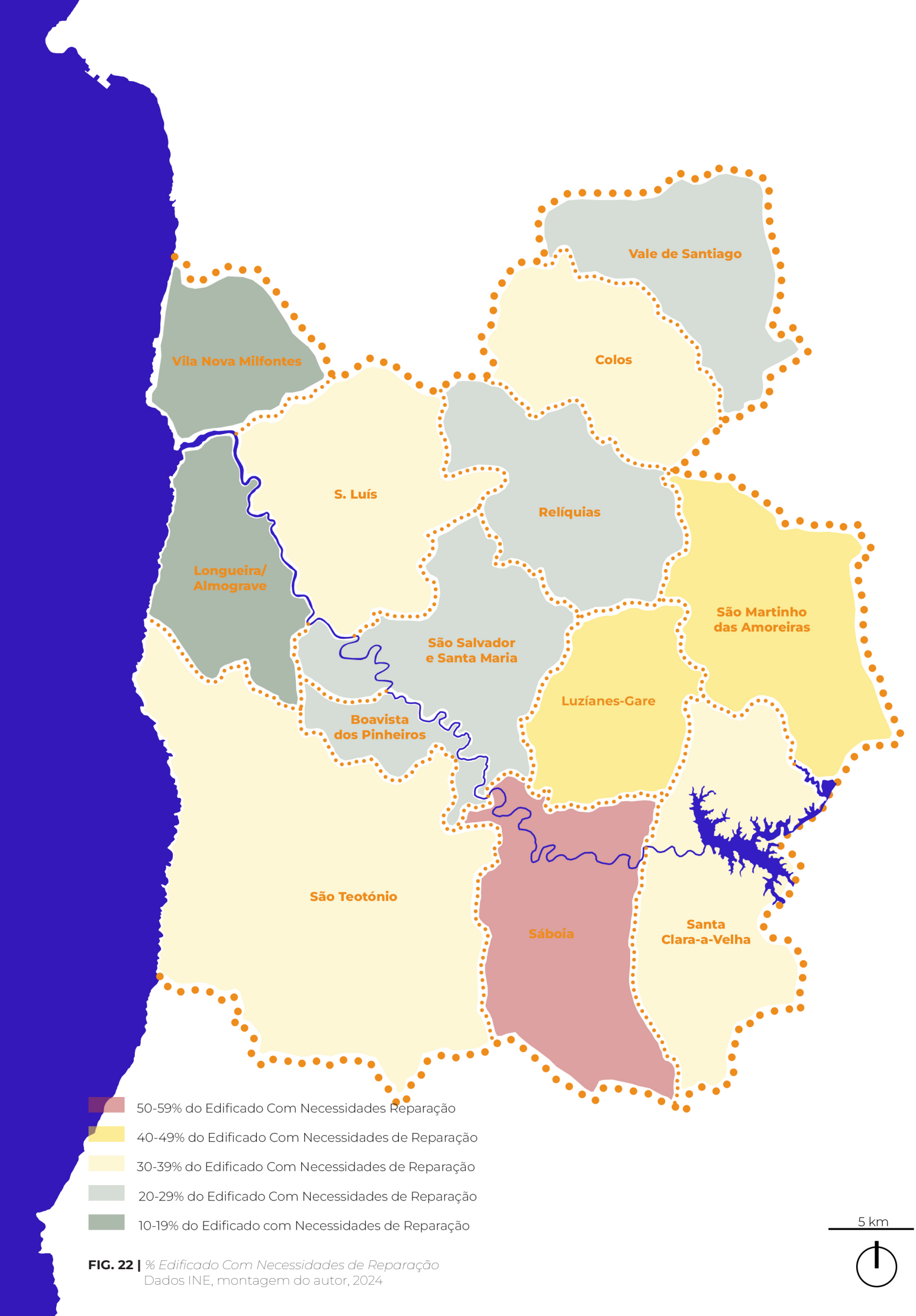


FIG. 22 | *% Edificado Com Necessidades de Reparação*
Dados INE, montagem do autor, 2024

São inúmeros os testemunhos idênticos a este, e todos mostram um oportunismo exploratório dos senhorios sobre os inquilinos migrantes. É uma forma de capitalizar propriedades que, sem eles, estariam ao abandono ou então seriam obrigatoriamente sujeitas a reformas para serem disponibilizadas no mercado.

"É o senhorio, muito satisfeito com o rendimento extra dos inquilinos imigrantes. Quando lhe perguntamos se tem a certeza se habitam apenas 10 pessoas, responde já em passo rápido. "Alugo a casa a um e ele é que mete lá os outros. Se estão 10 ou 15, não me interessa, desde que cumpram.[61]"

O inquérito realizado para o *Plano Estratégico para a Coesão e Integração* (PECI), por parte da TAIPA Odemira revelou que dos 1383 inquiridos, apenas 160 não partilham quarto, e que 553 destes partilham o quarto com duas ou mais pessoas. Sentimos ainda assim o dever de frisar, como será exposto adiante, que a gravidade destes sintomas se faz sentir além do que os próprios dados apresentam, e não são raras as situações retratadas nas figuras 23 e 24.

Os rendimentos baixos e a incerteza laboral fazem destas as únicas alternativas. Ocupam-se espaços comerciais, partilham-se quartos sobrelotados com beliches, uma cozinha e uma instalação sanitária servem dezenas de residentes. A insalubridade instala-se neste meio, a vida entrega-se ao trabalho e o afastamento dos locais perpetua-se. Vivem como cidadãos de segunda classe, e a dificuldade para se integrarem começa quando nem posse do seu próprio espaço conseguem tomar.

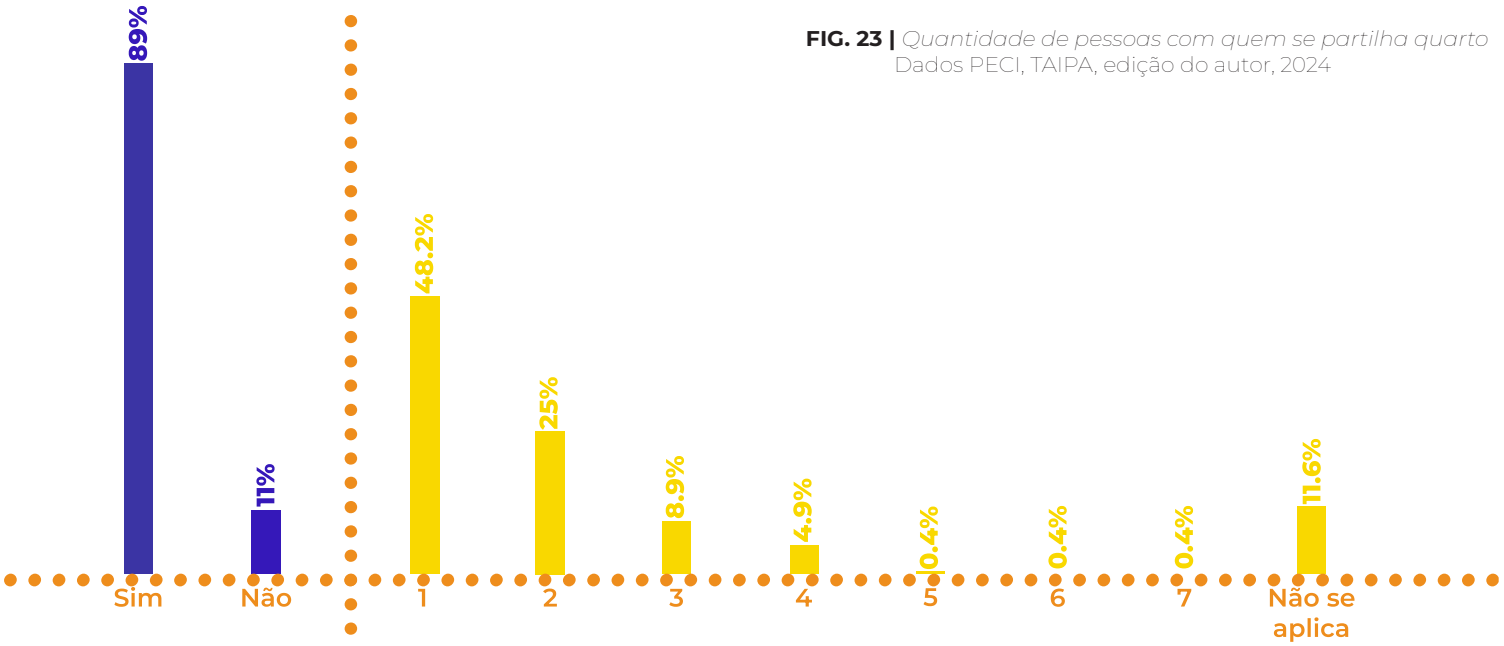


FIG. 23 | *Quantidade de pessoas com quem se partilha quarto*
Dados PECI, TAIPA, edição do autor, 2024

61 Neves, Céu. "Odemira. Pandemia escancarou feridas, mas casas continuam caras e superlotadas", *Diário de Notícias*, 14 de novembro de 2021. Consultado a 5 de maio 2024



FIG. 24 | *Distribuição de quartos numa moradia em Odemira*
Fotografia do autor, 2023

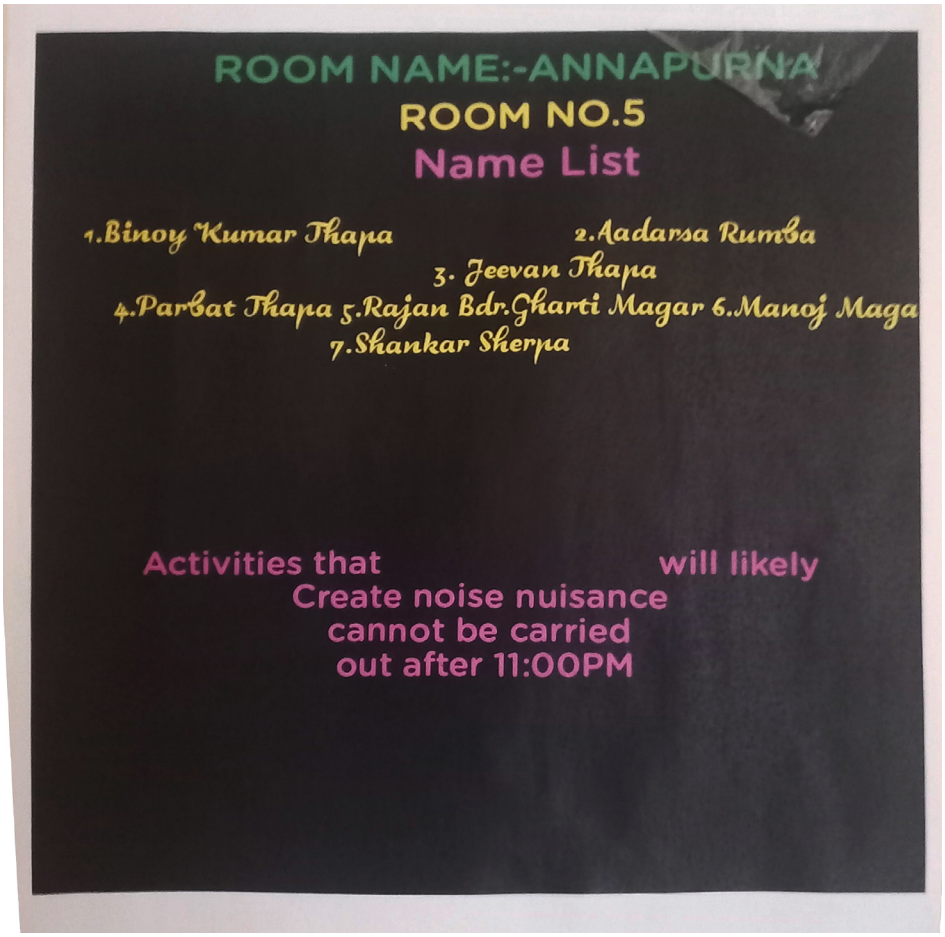


FIG. 25 | *Distribuição de quartos numa moradia em Odemira*
Fotografia do autor, 2023

Neste contexto o mercado imobiliário demonstra-se igualmente asfixiante para a população local. O interesse dos proprietários em maximizar lucros coloca as rendas em valores proibitivos para a ampla maioria, apenas acessíveis mediante os esquemas de sobrelotamento supramencionados.

"Ocuparam todas as habitações disponíveis, a preços inatingíveis para qualquer casal português. O objetivo deles é colocar 20 pessoas dentro de um T2, por exemplo, em que até os corredores são ocupados por colchões. E pagam preços por aluguer de casas a que os portugueses não conseguem chegar.[62]"

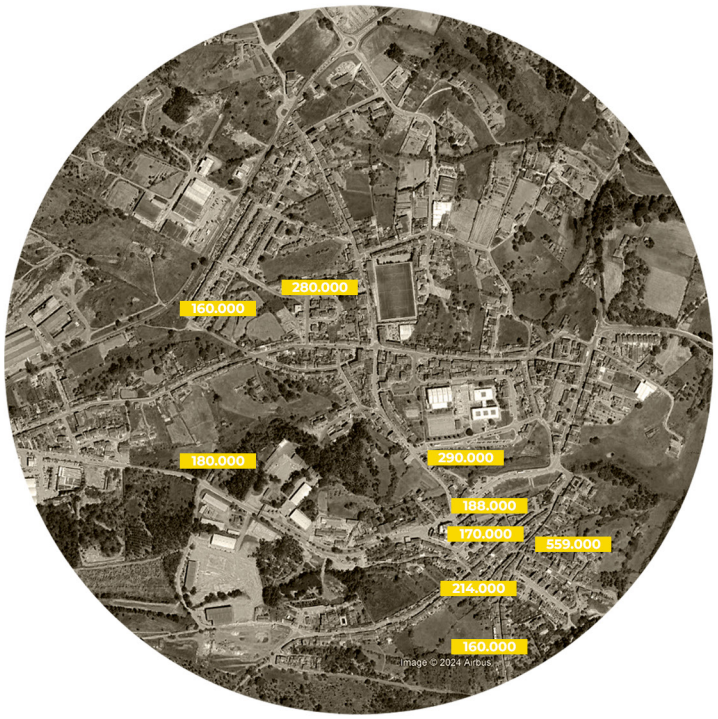
A adicionar, a aquisição de imóveis, fiel ao paradigma nacional, tornou-se inatíngivel nas freguesias que resistem ao abandono do território alentejano. Veja-se o estudo de mercado proposto, no qual se averiguou o preço de habitações T2 em três vilas no Litoral Alentejano, publicadas numa plataforma online (Fig.25). Tanto Zambujeira do Mar como Vila Nova de Milfontes, pela sua imensa cativação turística para habitação sazonal demonstram-se altamente exclusivas. São Teotónio sonda valores pouco inferiores, pois apesar de não ter a mesma procura turística, é uma mina de ouro para o mercado de arrendamento ilegal.

A questão que se coloca é: qual o caminho para Odemira? O investimento na recuperação e reabilitação do parque edificado interior, movendo para aqui a população que mais beneficia da proximidade aos campos hortofrutícolas? Ou centralizar esforços em freguesias críticas, aceitando o destino fatídico das restantes? Investir no financiamento do parque habitacional público, ou criar os incentivos aos privados para que se modifique o paradigma atual? Estas são as decisões que o município tem que encarar.

62 Cunha, João. ""Já é gente a mais". Milfontes passou a ser plataforma giratória para imigrantes". *Renascença*, 2 de junho de 2023. Consultado a 5 de maio de 2024



Zambujeira do Mar
Preço médio T2: 297.310 euros
Habitação mais cara: 400.000 euros
Habitação mais barata: 150.000 euros



São Teotónio
Preço médio T2: 244.555 euros
Habitação mais cara: 559.000 euros
Habitação mais barata: 160.000 euros



Vila Nova Milfontes
Preço médio T2: 263.010 euros
Habitação mais cara: 420.000 euros
Habitação mais barata: 175.000 euros

FIG. 26 | *Preço Habitação T2 Vilas*
Dados Idealista, montagem do autor, 2024

PONTO I.4.2
ALOJAMENTOS NÃO-CLÁSSICOS

"Quantas barracas há em Portugal? São 4.042 e Odemira lidera a lista"[63]

Derivado da morosidade no aumento do parque habitacional público e dos preços inacessíveis no mercado imobiliário odemirense, a habitação familiar não-clássica disponibilizou-se como uma indesejada, mas inevitável, alternativa para conter a sobrelotação dos aglomerados urbanos. A sua existência não resulta de um plano estratégico de desenvolvimento urbano, ou sequer cumpre as exigências do RMUE local; é meramente o efeito colateral de um aumento demográfico que cresceu precipitadamente além dos limites infraestruturais do concelho.

Assim se justifica que, à data do recenceamento de 2021, Odemira tenha identificados 191 Alojamentos Não-Clássicos, mais do que Lisboa, Porto, Braga, Aveiro e Coimbra somados[64]. Não significa isto que sejam *"barracas"* idênticas às *chabolas* que circundam as explorações agrícolas de El Ejido, essas auto-construídas e representativas de um panorama de precariedade e insalubridade que ainda não se manifestou em Odemira.

As estruturas que descrevemos na Costa Alentejana são intituladas de IATAs (Instalações de Alojamento Temporário Amovíveis), construções modulares, ligeiras e compactas, semelhantes a contentores, frequentemente adotadas como solução de curto/médio prazo para realojamento de população desalojada.

Em Odemira, a sua implantação verifica-se no interior das propriedades hortofrutícolas, isoladas dos aglomerados urbanos e espaços públicos. Por se tratarem de áreas de uso restrito à luz do *Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina* (POPNSACV), a legítimidade para a sua implantação adveio do seguinte ponto:

"5-Nas áreas agrícolas, a autorização de edificações depende da verificação dos seguintes requisitos:

b) construções para o alojamento de trabalhadores agrícolas temporários (...), obedecendo às seguintes características:

i) Estejam tipificadas como construções amovíveis ou ligeiras;(...)[65]*"*

63 Autor Desconhecido, "Quantas barracas há em Portugal? São 4.042 e Odemira lidera a lista", *idealista/news*, 23 de dezembro de 2021. Consultado a 5 de maio de 2024

64 *Ibidem*. Consultado a 5 de maio de 2024

65 Presidência do Conselho de Ministros, *Diário da República nº25/2011, Série I de 2011-02-04*. Resolução do Conselho de Ministros nº11-B/2011



FIG. 27 | *IATA´s instaladas numa exploração agrícola*
©Observador, 2023

Esta solução improvisada nas explorações agrícolas correspondia a 270 alojamentos precários[66] que, apesar de viabilizados pelo ponto anterior, em larga parte não garantiam padrões de higiene, conforto, privacidade e segurança. Neste contexto, o crescente descontrolo da situação despertou a intervenção do governo, que em 2019 emitiu a Resolução do Conselho de Ministros nº 179/2019. De cariz polémico, a resolução não apresentou alternativas robustas às IATAs, ao invés disso, estabeleceu um regime especial transitório para as mesmas que permite a sua permanência e acréscimo até 2029, sob o estatuto de construções complementares à atividade agrícola[67].

Todavia, foram estipulados requisitos a cumprir para as IATAs, inclusive as que já se encontrassem construídas, baseados num modelo integrado na Resolução do Conselho de Ministros. De acordo com a memória descritiva disponibilizada, o modelo é modular e dotado de sistemas autónomos de abastecimento de água, drenagem e recolha de águas residuais, eletricidade e comunicação. Outra restrição imposta foi a capacidade máxima de alojamentos permitidos por exploração agrícola, limitando as maiores quintas a um máximo de 400 trabalhadores alojados[68].

De mencionar que, em paralelo, se criou o *Grupo de Projeto do Mira*, ao qual foi confiada a capacidade de propor soluções para que, findo o prazo de 10 anos do regime especial de IATAs, todos os trabalhadores agrícolas do *Aproveitamento Hidroagrícola do Mira* sejam integrados nos aglomerados urbanos[69]. Compreende-se o cerne da resolução em adquirir tempo para que se possa ponderar uma estratégia mais fundamentada, além da morosidade inerente ao ato de projetar e construir nova habitação.

Relativamente ao modelo prestado para as IATAs, cada unidade de alojamento deverá ser composta por quatro quartos, com dois beliches por quarto, num total de 16 habitantes por unidade. Incluem-se quatro instalações sanitárias completas, uma cozinha, uma sala e dois pátios, um deles exterior para convívio e outro interior para cuidado da roupa[70].

66 Presidência do Conselho de Ministros, *Diário da República n.º 205/2019, Série I de 2019-10-24*. Resolução do Conselho de Ministros 179/2019.
67 *Ibidem.*
68 *Ibidem.*
69 *Ibidem.*
70 *Ibidem.*

Áreas de Referência RCM 179/2019
Unidade de alojamento | 121.55 m2
Habitantes | 16 pessoas
Área de referência por pessoa | 7.60 m2
Área de referência pessoa/quarto | 3.43 m2
Pátio exterior | 18.75 m2
Pátio interior | 8.90 m2
Sala/cozinha | 28.50 m2
Quarto | 13.70 m2
Instalação sanitária | 2.65 m2

Áreas IATA exibida
Unidade de alojamento | 102.30 m2
Habitantes | 20 pessoas
Área por pessoa | 5.11 m2
Área por pessoa/quarto duplo | 4.35 m2
Área por pessoa/quarto triplo | 2.90 m2
Pátio exterior | n.d.
Pátio interior | n.d.
Sala/cozinha | 14.35 m2
Quarto | 8.70 m2
Instalação sanitária | 2.70 m2

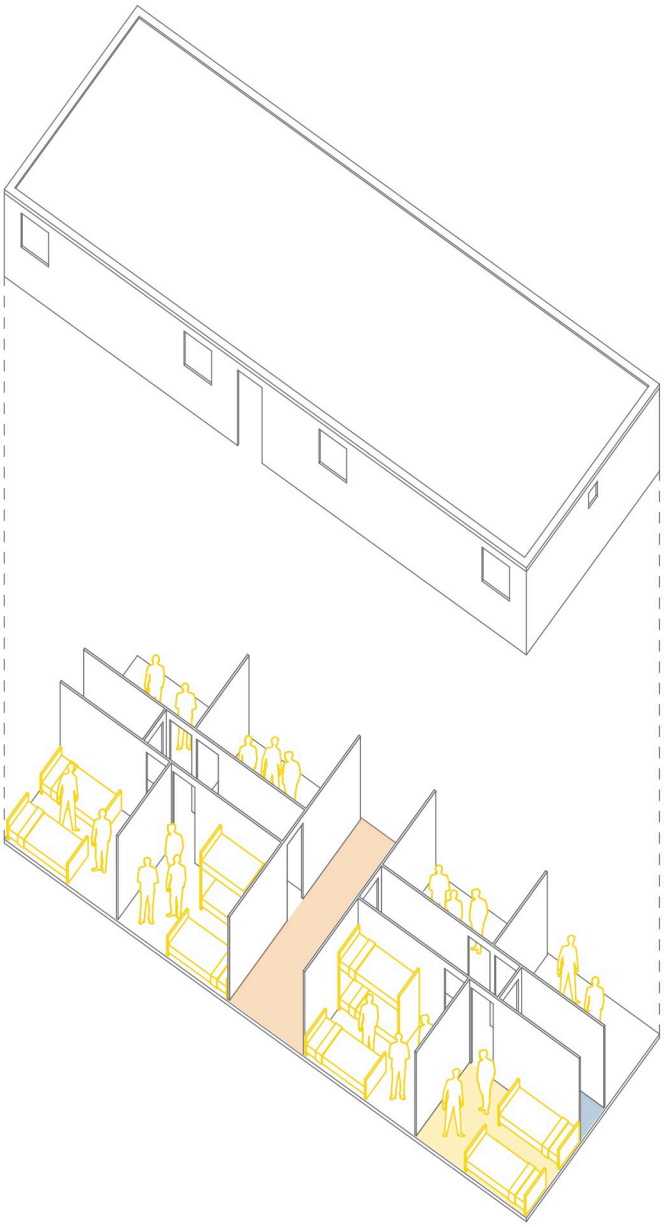


FIG. 28 | *Axonometria IATA aplicada em produção agrícola*
Montagem do autor, 2024

Conforme fica demonstrado pela fig. 28, as instalações providenciadas são um curto salto qualitativo face aos exemplares de sobrelotação avistados nos núcleos urbanos. A partilha de quartos permanece densa, com uma área de 4.35 m2 por pessoa nos dormitórios duplos e 2.90 m2 nos dormitórios triplos. Para que sirva de referência, em 2022 foi aprovada a portaria 35-A/2022, referente ao *Plano Nacional de Alojamento Para o Ensino Superior,* onde são reguladas as futuras residências disponibilizadas para os estudantes universitários. Aqui, é imposta uma área mínima de 8.5m2 para os quartos individuais e 13.5 m2 para os quartos duplos, não permitindo mais de dois habitantes por quarto[71]. Este paralelismo ressalta a escassez de espaço e privacidade que permanece na solução de IATAs, e que nos leva a questionar: não seria possível aceder a modelos mais espaçosos, nos quais as condições de dignidade fossem melhor estabelecidas?

A instalação das IATAs não pressupõe o acrescento de equipamentos adicionais. Não obstante, foi-nos dado acesso a um projeto de licenciamento de IATAs para 300 trabalhadores, composto por 15 unidades de alojamento, instalações sanitárias, refeitório onde se cozinham as três principais refeições, lavandaria, sala de formação, um pequeno ginásio, sala de jogos, campo de futebol e campo de volei. A fundação de comunidades parcialmente autossuficientes no interior das produções agrícolas invoca memória de um modelo praticado no final do séc. XIX em França: O familistério de Guise.

O familistério é uma variante do falanstério, conceito criado pelo filósofo francês Fourier nos seus escritos de 1822[1]. As suas motivações derivam da instatisfação para com as limitadas conquistas da Revolução Francesa. Apesar da alteração nos protagonistas, as ordens política, social e económica pouco modificaram, o que lhe fez conceptualizar um aparelho físico e social verdadeiramente revolucionário nos modos de habitar e produzir da espécie humana. Seria a criação de uma nova comunidade autossustentável, absolutamente remota e desconexa das cidades industrializadas da época[72]. Nesta comunidade, onde poderiam habitar até 1600 pessoas[73], cada indivíduo é incentivado a explorar o seu potencial dentro das sete áreas disponibilizadas para a autossuficiência do aparelho: o trabalho doméstico, agrícola, manufatoreiro, comercial, ensino, estudo das ciências e estudo das artes.

71 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. *Diário da República nº 10/2020, 1º suplemento, Série I de 2022-01-14.* Portaria n.º 35-A/2022, de 14 de janeiro

72 Vasques, Ruben Amorim. *Ideologia e Espaço Social: a utopia do falanstério e a evolução da cidade contemporânea.* [Dissertação de mestrado]. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2022, p.28

73 *Ibidem,* p.44

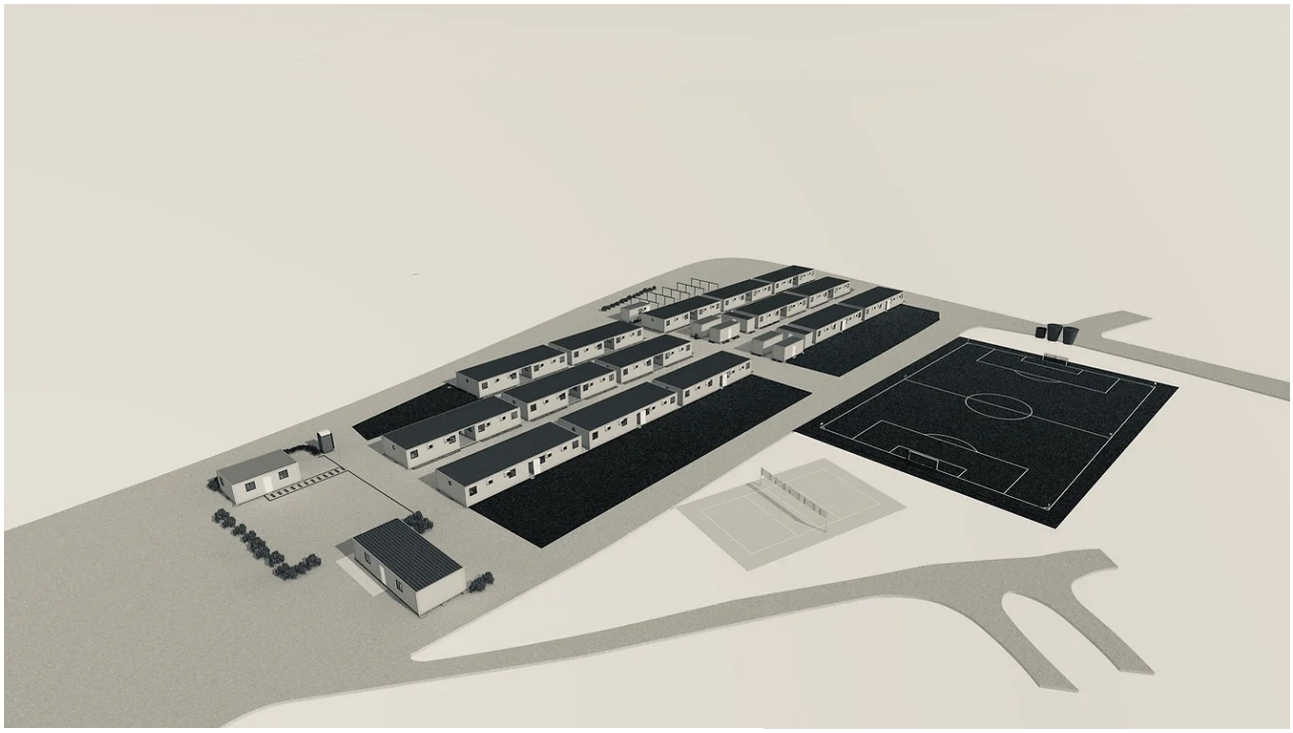


FIG. 29 | *3D de Instalação executada numa produção agrícola*
©LookAlgarve, 2020

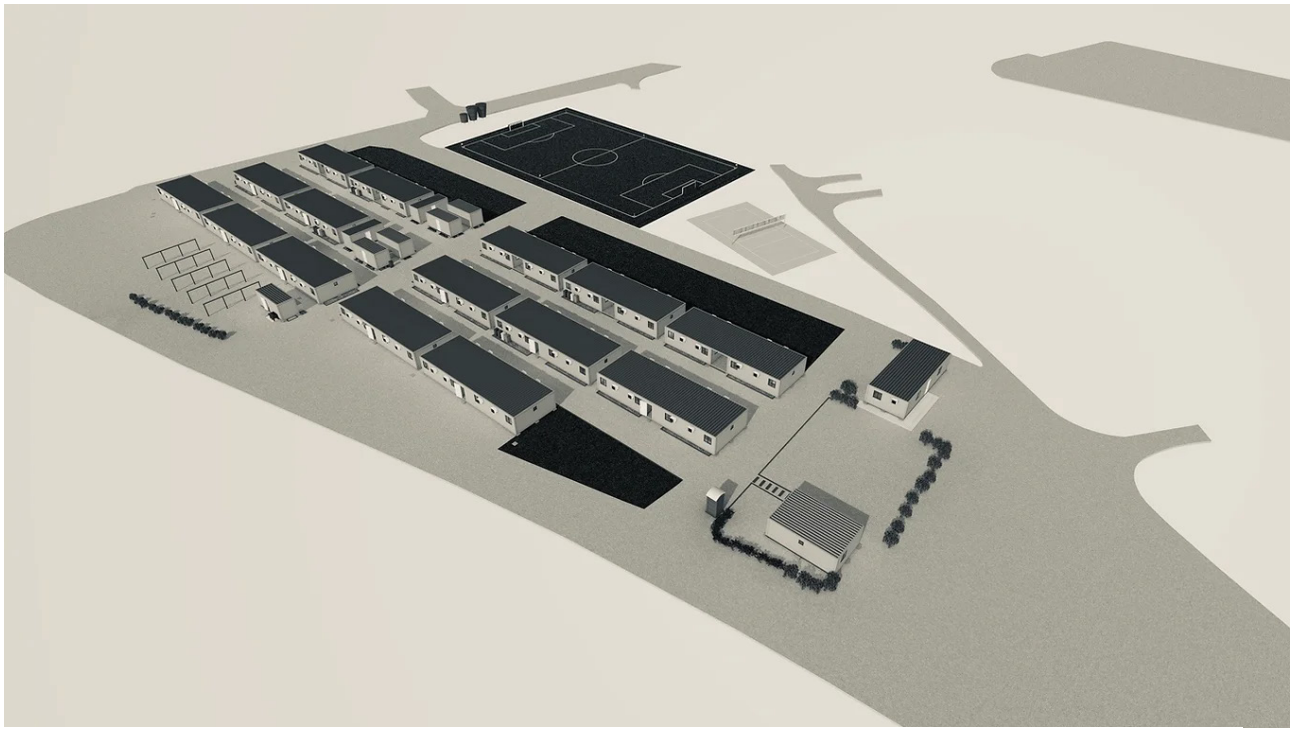


FIG. 30 | *3D de instalação executada numa produção agrícola*
©LookAlgarve, 2020

Aquilo que era meramente teórico, saltou para a realidade com Jean-Baptiste André Godin, um industrial francês, que instalou em Guise uma fábrica e o respetivo familistério, uma adaptação autoral das ideias de Fourier. A postura de Godin é entendida como socialista, pela elevada preocupação com as condições do seu corpo laboral. Relata o próprio que:

"Vi nitidamente as misérias do operário e as suas necessidades, e foi no meio do desespero que senti que, apesar da minha falta de confiança nas minhas próprias capacidades, continuei a dizer a mim próprio: Se um dia me elevar acima da condição do operário, procurarei os meios para tornar a sua vida mais suportável e mais doce, e para elevar o trabalho do seu ponto mais baixo.[74]*"*

Á época, os direitos laborais eram renegáveis, pelo que a execução deste projeto representava a ambição de mudança. A Fig.30 exibe desenhos originais do familistério, em que era disponibilizado aos funcionários habitação, infantário, serviços de consumo e um teatro. A mudança para familistério pressupunha justamente a valorização da família neste ceio.

Todavia, uma visão mais atual sobre este conceito coloca interrogações sobre a liberdade do funcionário, o distanciamento da cidade e a dependência da entidade patronal. As condições proporcionadas visavam a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, mas em troca estes entregavam a sua perpétua serventia, sob a ameaça de represálias.

É neste ponto que as IATAs e o familistério são, enquanto conceitos, coincidentes. É proporcionado ao trabalhador uma habitação, da qual deverá pagar renda à entidade empregadora. Esse trabalhador fica sob a alçada do empregador enquanto trabalha, mas também nas suas horas de descanso, sujeito às regras que sejam impostas nas IATAs, e sem alternativas realistas nas vilas de Odemira.

Acerca deste assunto, a autarquia emitiu um comunicado no qual revela sérias preocupações com a Resolução do Conselho de Ministros nº 179/2019, pela sua permissão da simplificação do processo de licenciamento das IATAs, inclusive obtendo financiamento do PDR (Plano de Desenvolvimento Rural), para colmatar lacunas habitacionais[75].

74 Godin, Jean-Baptiste André. Solutions Sociales. Bruxelas: Le Chevalier et Guillaumin & Cie éditeurs, 1871, p.11

75 Município de Odemira. "Posição Política – Estratégia Local de Habitação". 20 de maio de 2021, p.4

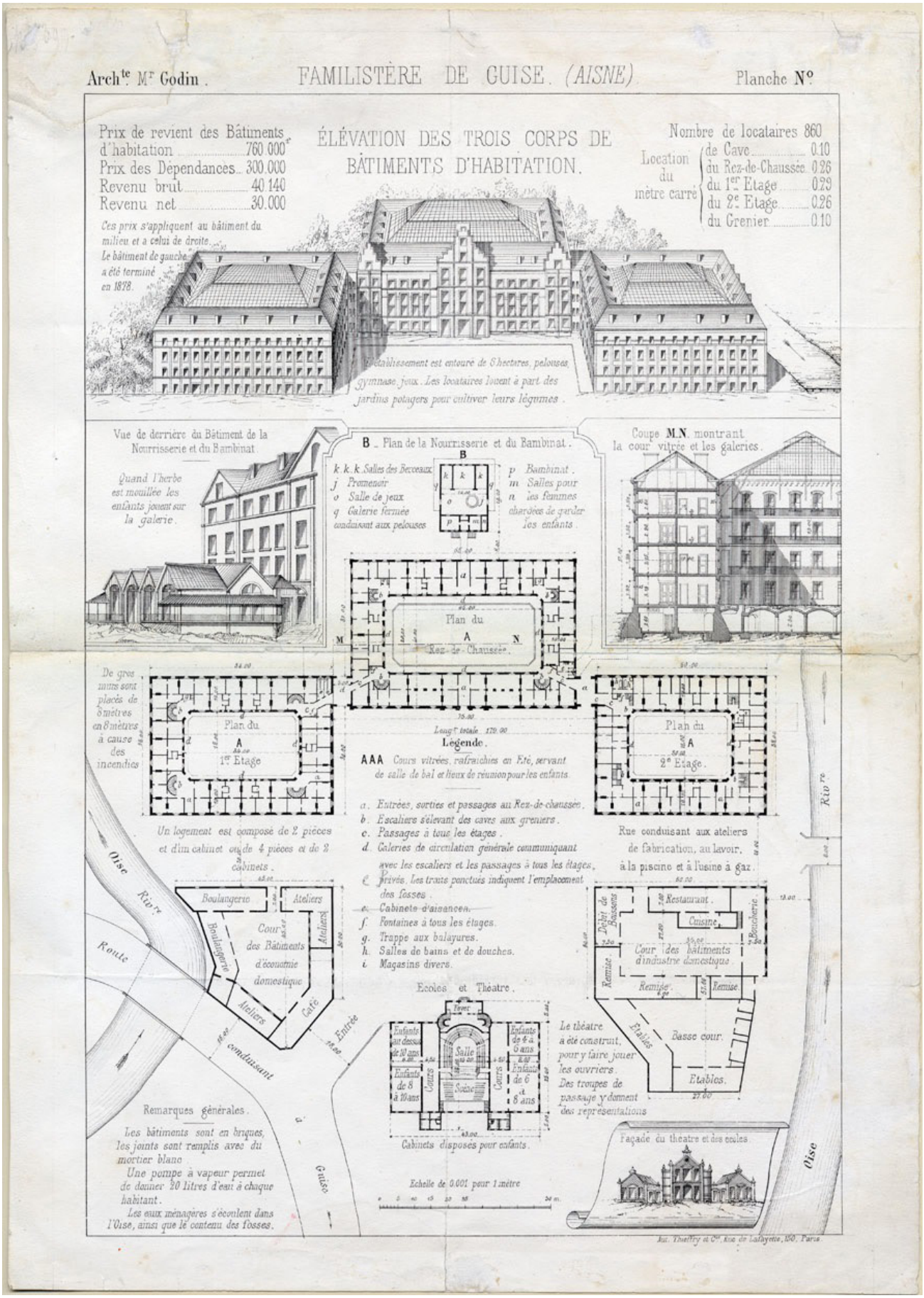


FIG. 31 | *Plantas e alçados do Familistério de Guise*
Impressão de Thierry & Cie, 1884. ©Coleção do Familistério de Guise.

São dadas todas as ferramentas aos agronegócios para que a exploração agrícola e humana se perpetue, tendo acesso a fundos monetários e um prazo alargado até 2029 para que sustentem indevidamente a sua atividade. Prazo esse que, face à problemática habitacional nas vilas, quiçá poderá a ser alargado de forma indefinida, como alerta a autarquia:

"Com esta solução tão "flexível", esperamos que ela não dispense o devido tratamento de efluentes das IATA e respetivo licenciamento pela APA e que não venha a ser o alojamento permanente de famílias em condições desadequadas, pois ele está vocacionado só e apenas para trabalhadores sazonais.[76]*".*

Assiste-se a uma subversão dos poderes, dos quais o capital agrícola dita as regras e a autarquia apela ao governo por intervenção, constatando a sua incapacidade de resposta face à falta de habitação.

"Não temos hoje dúvidas, que a solução defendida pela AHSA (novas habitações) só estará ao alcance do Governo de Portugal, e que esta solução, pela dimensão que já hoje mostra e a determinação do Governo em pretender continuar a fazer crescer para o futuro, só encontra paralelo no exemplo do complexo industrial de Sines, em que à data, o Governo assumiu as necessidades de alojamento que o projeto implicava, promovendo a construção de uma nova cidade, a cidade de Vila Nova de Santo André.[77]*".*

Em suma, as instalações temporárias que segregam centenas de trabalhadores funcionam como tampão para a crise habitacional, que poderá ser reforçado por conta da inaptidão do governo em colmatar o problema da habitação em Odemira. No entretanto, a displicência mostrada só tenderá a secundarizar mais estes trabalhadores, que encerrados numa bolha (as produções agrícolas são propriedades privadas e inacessíveis à entrada a estranhos) estão sujeitos à supressão dos seus direitos e coagidos ao silêncio pelo receio de perda da sua habitação. O reforço desta condição só resultará na criação de comunidades alienadas dos polos urbanos de Odemira, cada vez maiores e mais autossuficientes, ao ponto em que falar em integração será apenas uma miragem.

76 Município de Odemira. "Posição Política – Estratégia Local de Habitação". 20 de maio de 2021, p.4
77 *Ibidem*, p.4

CAPÍTULO II
ESTRATÉGIAS PARA O MUNICÍPIO

PONTO 2.1
NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

A Nova Geração de Políticas de Habitação foi um programa apresentado em 2018 a nível nacional[78], com o propósito de rever os 44 anos prévios de políticas públicas de habitação, assim como fundar os princípios orientadores que colmatem os desafios atuais e se aproximem das melhores práticas da União Europeia.

A preocupação corrente por um desenvolvimento urbano sustentável enfatizou o declínio das datadas políticas públicas habitacionais. São inegáveis os progressos atingidos no acesso à habitação no Pós-Estado Novo, exponenciados pelos dois principais instrumentos disponibilizados pelo Estado: o incentivo à construção nova e o apoio à aquisição de casa própria.

"Com efeito, no período entre 1987 e 2011, perto de três quartos do apoio do Estado foi direcionado para apoiar a compra de casa própria (por via, essencialmente, do crédito bonificado), sendo muito inferior o valor despendido com programas de promoção de habitação de interesse social ou com o apoio ao arrendamento.[79]"

Reconhecendo o seu sucesso em providenciar habitação de forma célere e livre-arbitrária à população, é também nítida a falta de critério no planeamento urbanístico que acompanhou esta rápida expansão da urbe na segunda metade do século XX. Isto porque os subúrbios, em particular das grandes cidades, não tiveram em conta a demanda de infraestruturas, tansportes, equipamentos e espaços de lazer, como nos explica Jorge Malheiros:

"...as ditas classes médias, melhor ou pior, iam conseguindo aceder à habitação (...) muitas vezes na periferia e em bairros densos, com poucos equipamentos, por exemplo, com um espaço público pouco cuidado ou inexistente e mau acesso aos transportes públicos. Isto fez com que, na Área Metropolitana de Lisboa, as pessoas passassem muito tempo em autocarros, comboios ou no automóvel, na IC19 ou nos acessos a outros sítios. A cidade expandida reduziu a qualidade de vida destas pessoas.[80]"

78 Presidência do Conselho de Ministros. *Diário da República nº84/2018, 1º suplemento, Série I de 2018-05-02,* Resolução do Conselho de Ministros, n.º 50-A/2018, de 2 de maio

79 Secretaria de Estado da Habitação. *Por uma Nova Geração de Políticas de Habitação: sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação*, 2017 p.9

80 Sílvia Leiria Viegas, Sílvia Jorge, '"Eu pertenço ao grupo de pessoas que acha que deve haver intervenção pública na habitação privada.' Entrevista com Jorge Malheiros", *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 45, p. 114

Outro fator a considerar é a discrepância de Portugal para os padrões da União Europeia, referentes ao parque habitacional de apoio público. A figura 32 demonstra que o peso da habitação pública em Portugal é inferior a 5%, e indexada como *Modelo Orientado Residual*[81], portanto destinada em exclusivo a população de classes desfavorecidas. Face à liberalização do mercado, a estratégia de apoio ao crédito não muniu o Estado de um parque público capaz de oferecer alternativas à subida galopante dos preços na habitação, Poderá dizer-se que inclusive incentivou a este mesmo desenlace, ao promover a aquisição de propriedade privada com apoios públicos, propriedade essa que valorizou e contribuiu para o estado atual do setor imobiliário.

O término deste modelo dá-se por força da crise financeira de 2008, da qual os bancos retrocederam no facilitismo do crédito bonificado. Verificava-se a sua continuidade como insustentável, mas também se desproviam jovens gerações de beneficiar do mais prolífico apoio para habitação existente à época.

"Este quadro apoiado na mercadorização da habitação deu-se até 2013-2014, mas agora começa a alterar-se. O contexto mudou muito com a crise de 2007-2008. A solução habitacional que existia à data, com um profuso recurso ao crédito bancário, não podia continuar a funcionar.[82]"

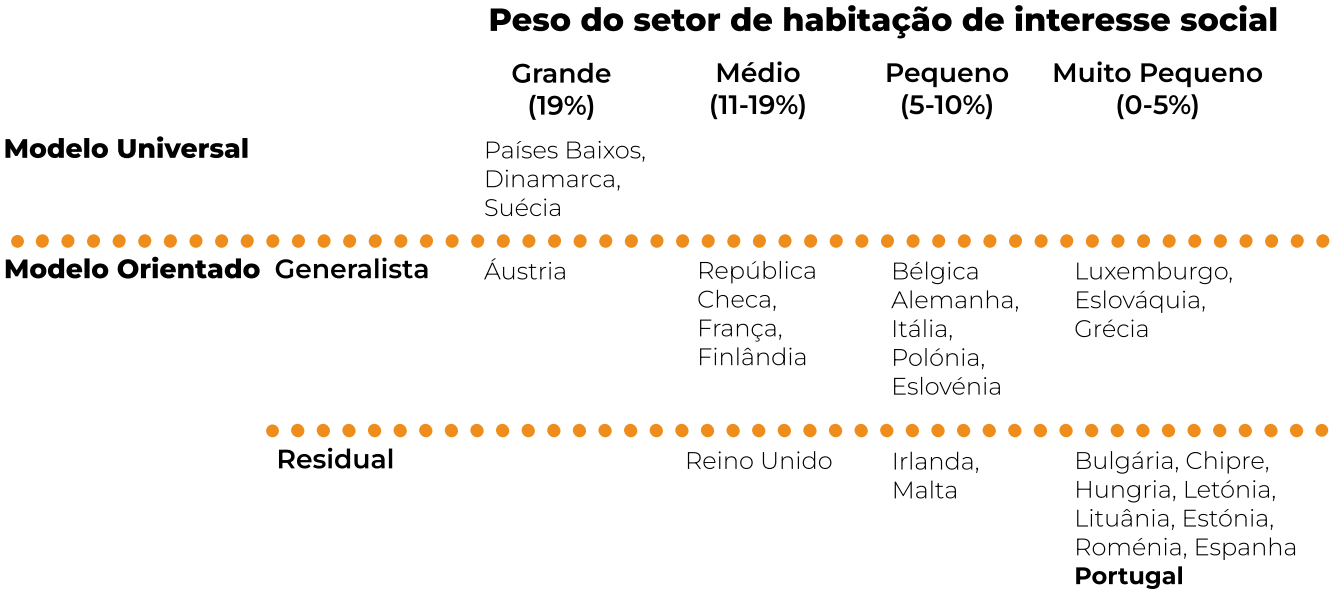


FIG. 32 | *Peso do setor de habitação social*
Dados NGPH, montagem do autor, 2024

81 Secretaria de Estado da Habitação. *Por uma Nova Geração de Políticas de Habitação: sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação*, 2017 p.5

82 Sílvia Leiria Viegas, Sílvia Jorge, "'Eu pertenço ao grupo de pessoas que acha que deve haver intervenção pública na habitação privada.' Entrevista com Jorge Malheiros", *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 45, p. 115

Neste contexto, e identificadas na génese das políticas anteriores lacunas na capacidade de prover habitação e a displicência de critério no planeamento urbanístico, a NGPH manifesta-se com a seguinte missão, que se bifurca por cinco objetivos:

Missão[83]

Garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, *entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as pessoas, passando por um alargamento significativo do âmbito de beneficiários e da dimensão do parque habitacional com apoio público;*

Criar as condições para que tanto a reabilitação do edificado como urbana passem de exceção a regra *e se tornem nas formas de intervenção predominantes, tanto ao nível dos edifícios como das áreas urbanas.*

Objetivos[84]

Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional *através dum parque habitacional público capaz de dar resposta às necessidades mais graves e urgentes de uma forma célere, eficaz e justa;*

Garantir o acesso à habitação aos que não têm resposta por via do mercado, *incentivando uma oferta alargada de habitação para arrendamento a preços acessíveis.;*

Criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano*, passando a reabilitação da exceção a regra, assumindo a generalização da sua expressão territorial e fomentando intervenções integradas;*

Promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais, *apostando em abordagens integradas e participativas nos bairros de arrendamento públicos e no reforço da informação, encaminhamento e acompanhamento de proximidade;*

Convergir com a União Europeia *num alargamento substancial do âmbito dos beneficiários da política de habitação e da dimensão do parque habitacional com apoio público.*

83 Secretaria de Estado da Habitação. *Por uma Nova Geração de Políticas de Habitação: sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação*, 2017 p.3
84 *Ibidem*, p.4

Das ambições da NGPH, é do nosso interesse realçar a mudança de paradigma no tratamento da malha urbana. A anterior conjuntura de medidas, ao cingir o foco na casa própria enquanto unidade de habitar a ser repetida múltiplas vezes, desvalorizou os programas de arrendamento e de reabilitação (cada um obteve respetivamente 8,4% e 1,7% dos fundos públicos para a habitação, entre 1987 e 2011[85]). O reflexo deste desequilíbrio está hoje patente na média minúscula de habitação pública nacional (apenas 2%), na prolongada degradação do parque edificado e na elevada proporção de alojamentos vagos[86].

A NGPH devolve a aposta a essas estratégias, mas com um olhar reformado sobre a reabilitação. Colocam-se dois domínios de atuação, a reabilitação do edificado e a reabilitação urbana. A primeira convoca todas as especialidades técnicas requeridas para a devida recuperação, alteração ou ampliação do imóvel. O resultado final será uma habitação que cumpra os requisitos legais de habitabilidade e esteja pronta a ser ocupada. Em casos particulares de edifícios notoriamente devolutos, a sua reabilitação adquire importância social, *"na medida em que diminui a oferta de fogos e de solo disponível, aumentado por esta via artificialmente os preços, o que dificulta o acesso à habitação e promove a insegurança, a desertificação e o declínio urbano.*[87]*"*

A reabilitação urbana destina-se à escala territorial, e pressupõe a intervenção em áreas onde se concentram dinâmicas de instabilidade, degradação e precariedade, que por sua vez se refletem na qualidade do espaço urbano, mas também no declínio económico, social e demográfico. A complexidade destas questões requer uma intervenção de foro multidisciplinar, na qual a arquitetura e urbanismo se manifestam na sua dimensão física, mas aliados de estímulos económicos, culturais, ambientais, entre outros, para que se possa efetivamente ser bem sucedido na recuperação da comunidade local.

Ambos os domínios são valiosos na preservação de um parque habitacional qualificado e acessível, e na manutenção da malha urbana e dinâmicas da população vigente. A escolha por estratégias de desenvolvimento mais sustentáveis é igualmente incentivadora, não se justificando os investimentos e recursos dispendidos em construção nova quando a reabilitação é uma hipótese[88].

85 Secretaria de Estado da Habitação. *Por uma Nova Geração de Políticas de Habitação: sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação*, 2017 p.9
86 *Ibidem*, p.5
87 *Ibidem*, p.10
88 Os arquitetos Lacaton & Vassal são pioneiros desta visão de requalificação da habitação já existente, em particular a social, com o seu manifesto PLUS publicado em 2007.

Para os objetivos em conta na NGPH foram introduzidos uma série de programas e instrumentos. Um dos mais importantes será o *1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação*, do qual se concentram as *Estratégias Locais de Habitação*.

O que é o 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação?

O Programa *1º Direito* é orientado a agregados familiares com graves carências habitacionais, ou incapazes de suportar as exigências do mercado livre e para os quais se visa conceber uma alternativa condigna apoiada pelo Estado.

A sua implementação faz-se através da concessão de apoio financeiro diretamente aos agentes locais (municípios, IPSSs, empresas municipais), salientando os princípios de descentralização e autonomia local da NGPH. A alocação dos apoios deverá seguir em consonância com os restantes princípios da NGPH, e como tal focar na aquisição e reabilitação de imóveis para posterior arrendamento acessível[89].

O que é uma Estratégia Local de Habitação?

A fim de aceder ao financiamento estipulado pelo *1º Direito*, é obrigatório por parte dos municípios a produção de uma *Estratégia Local de Habitação*. Serve esta como enquadramento do plano estratégico municipal que, de seguida, avance para a criação de um modelo de intervenção conciliador da visão da NGPH e das carências locais.

O município deve apresentar *à priori* um diagnóstico das carências populacionais, em que se identificam os agregados familiares débeis e se consideram as dinâmicas prejudiciais que propiciam estes contextos.

Daqui, deverão ser formalizadas as *"metas e os objetivos a atingir no período da sua vigência, especificar as soluções habitacionais a desenvolver e a sua priorização.*[90]*"*. Após a sua elaboração e aprovação para concessão do *1º Direito*, cabe também ao município concretizar os planos formalizados, e prestar parecer de concordância do maneio dos fundos disponibilizados face ao proposto na ELH. Atribui-se aos munícipios a autonomia de desenvolver propostas condicentes com as exigências locais, com a respetiva responsabilidade da gestão atentiva e transparente dos fundos públicos.

89 Secretaria de Estado da Habitação. *Por uma Nova Geração de Políticas de Habitação: sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação*, 2017 p..15

90 Portal da Habitação, *"Estratégias Locais de Habitação"*, 2019. Consultado a 15 de julho de 2024



FIG. 33 | *Missão da Nova Geração Políticas de Habitação*
Fonte NGPH, montagem do autor, 2024

PONTO 2.2
ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE ODEMIRA

Com base na nossa análise territorial, demográfica e habitacional até aqui exposta, aliada à ELH, recapitulamos os padrões repetentes que orientaram o concelho para a conjuntura atual, da qual entendemos a precariedade e escassez habitacional como uma consequência de décadas de políticas erróneas, incluindo a nível autárquico, mas visando fundamentalmente o modelo de governabilidade central que encaminhou a região alentejana para o declínio.

A sobreposição das seguintes figuras oferece-nos as últimas pistas para compilar o diagnóstico da região, das quais se aponta:

- A concentração crescente de população nas três freguesias litorais, por arrasto dos setores turístico e hortícola, bandeiras do concelho e que a própria autarquia reconhece como o seu motor económico.
- Este eixo separador evidencia-se na idade do tecido urbano. O território litoral possui uma proporção saudável de construção recente relativamente à construção anterior a 1960, sinónimo de expansão. Todas as restantes freguesias, à exceção de Relíquias (uma proporção de 266 edifícios anteriores a 1960 para cada um pós 2001 em Santa Clara-a-Velha), estagnaram numa paisagem estática que remete para um alentejo a preto e branco.
- A cobertura dos equipamentos apresenta melhor equidade territorial, ainda que se reconheça algum défice do interior. Longueira/Almograve é aqui a exceção, na qual todo o crescimento populacional e investimento privado não teve um acompanhamento dos serviços públicos.

Quanto à estratégia de habitação pública, após o 25 de abril focou-se na distribuição de loteamentos infraestruturados a baixo custo[91], para respetivo licenciamento e construção de habitação, na sua maioria de cariz unifamiliar. Após 2010, com os primeiros indícios de maior procura no litoral, reforçam-se as medidas através do apoio ao arrendamento e apoio à reabilitação de habitação própria.

91 Terrisirga, Territórios & Redes, Lda. *Estratégia Local de Habitação de Odemira*, 2021, p.51

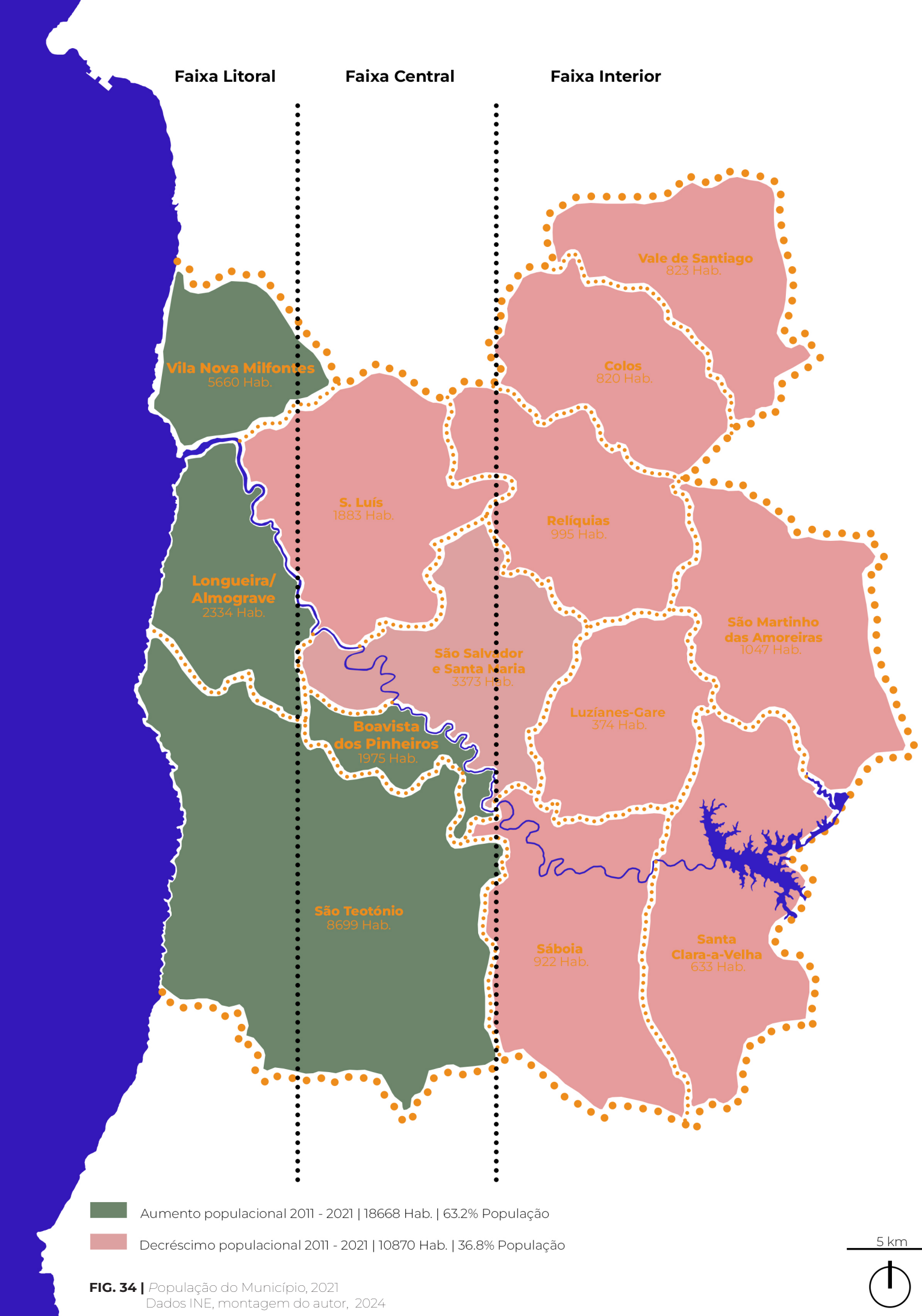


FIG. 34 | *População do Município, 2021*
Dados INE, montagem do autor, 2024

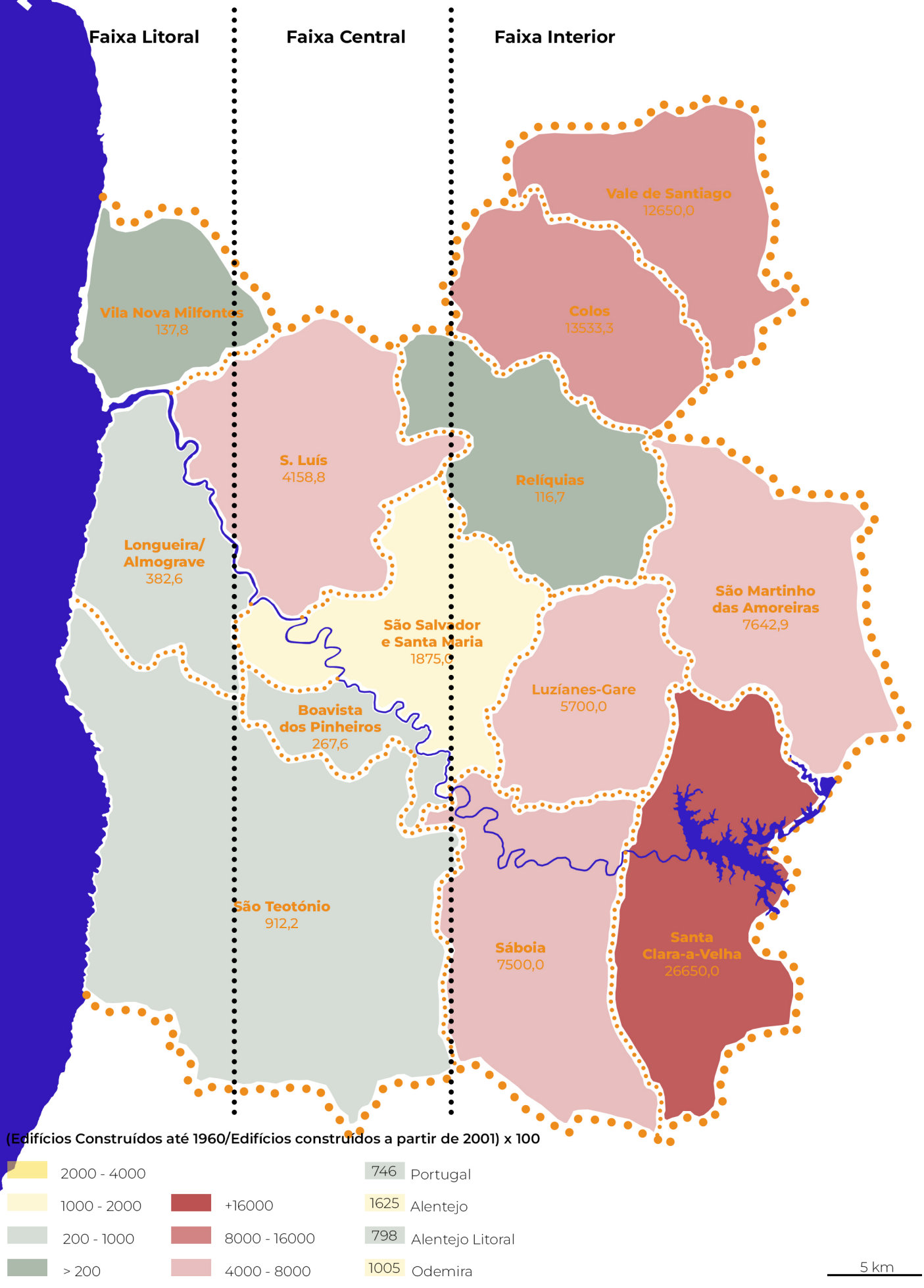


FIG. 35 | *Índice de Envelhecimento dos Edifícios*
Dados INE, montagem do autor, 2024

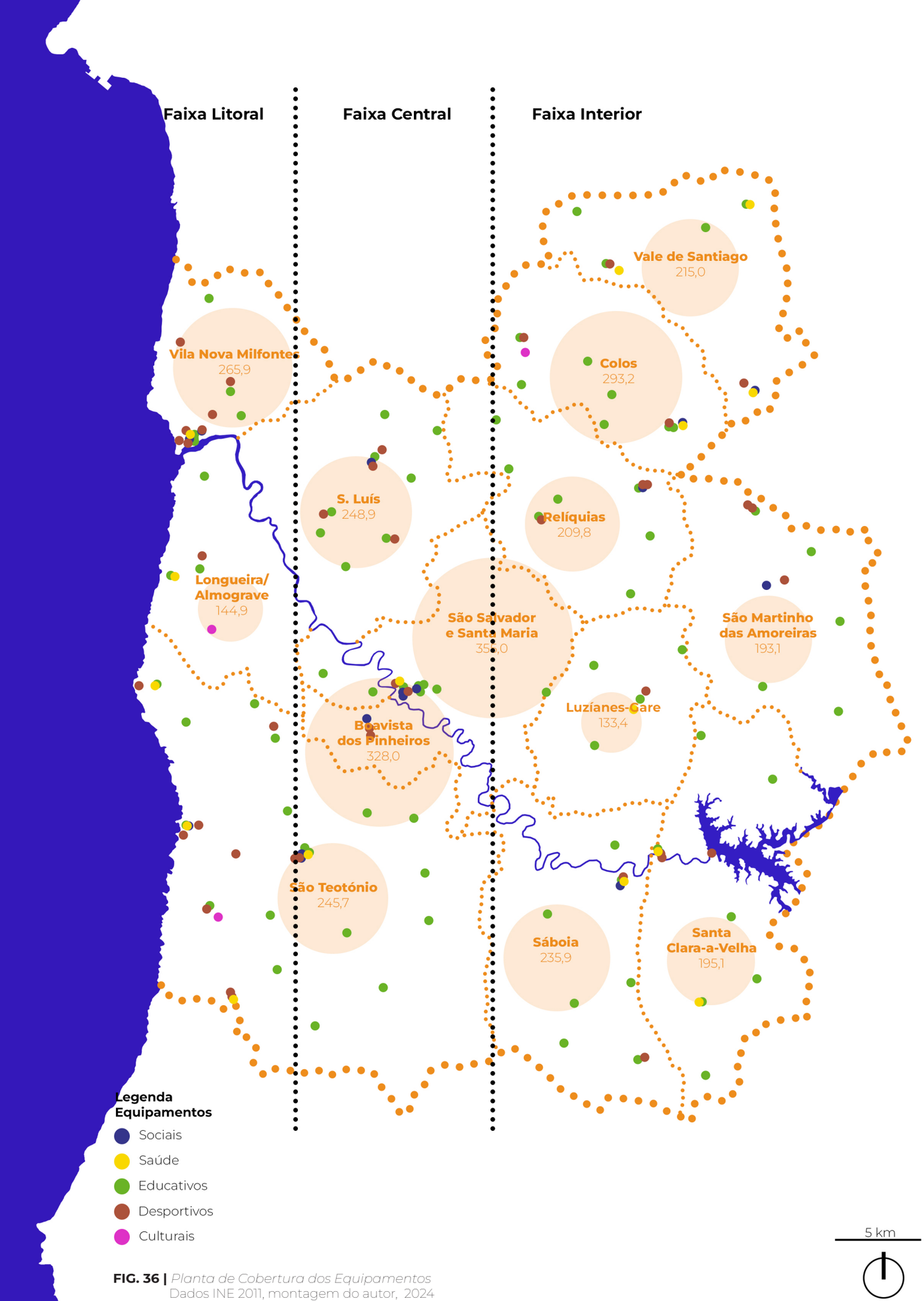


FIG. 36 | *Planta de Cobertura dos Equipamentos*
Dados INE 2011, montagem do autor, 2024

Equipamentos	V.N.Milfontes	Longueira/ Almograve	São Teotónio	S. Luís	S. Salvador e S. Maria	Boavista dos Pinheiros	Sabóia	Santa Clara-a-Velha	Luzíanes-Gare	S. Martinho Amoreiras	Relíquias	Colos	Vale Santiago
Sociais	53,6 %	0,0 %	44,9 %	39,6 %	71,1 %	90,3 %	50,5 %	30,7 %	0,0 %	23,2 %	34,8 %	57,8 %	21,7 %
Saúde	47,2 %	27,3 %	54,4 %	39,6 %	66,3 %	0,0 %	50,5 %	50,5 %	30,5 %	23,2 %	34,8 %	57,8 %	67,3 %
Educativos	70,1 %	58,9 %	69,5 %	80,1 %	88,2 %	90,3 %	57,8 %	59,7 %	58,0 %	76,1 %	69,8 %	77,9 %	72,2 %
Desportivos	85,5 %	36,8 %	63,1 %	71,1 %	73,2 %	88,4 %	55,5 %	30,7 %	39,6 %	45,6 %	57,7 %	69,1 %	41,3 %
Culturais	9,5 %	21,9 %	13,8 %	18,5 %	56,2 %	59,0 %	21,6 %	23,5 %	44,5 %	25,0 %	12,7 %	30,6 %	12,5 %
Total	265,9	144,9	245,7	248,9	355,0	328,0	235,9	195,1	133,4	193,1	209,8	293,2	215,0

Reconhece-se a adequação deste plano num período prévio a 2010, enquadrado com a visão nacional de aquisição de habitação própria, em particular numa região onde a média de rendimentos da população é inferior aos grandes centros urbanos, pelo que a obtenção de património serve como mais-valia para as gerações futuras destas famílias.

Porém, a exposição do concelho ao mercado exportador horto-frutícola mostrou a curta eficácia destas medidas em termos de acessibilidade e escalabilidade. Acrescenta-se a lenta e exígua capacidade autárquica de efetuar alterações, em parte pelas limitações jurídicas e administrativas inerente às mesmas[92].

O encargo da ELH de contabilizar as carências habitacionais, para admissão ao 1º Direito, teceu uma noção realística da escala do problema, à data de 2021. As pessoas identificadas foram categorizadas consoante a condição habitacional em que se encontram. Esses valores estão descriminados na figura 37, dos quais se destaca então, um largo grupo de cidadãos em condição de sobrelotação sob habitação arrendada. Outro grupo vulnerável expressivo são os 780 cidadãos em sobrelotação sob *outras situações.* São essas situações os trabalhadores permanentes em quintas e aqueles que ocupam habitações indignas ilegalmente.

Dito isto, foram identificadas 2964 pessoas em situação de carência habitacional, 10% da população do município, a sua maior expressão em V.N. Milfontes, S. Luís, Longueira/Almograve e São Teotónio[93]. Dessas, cerca de metade são imigrantes em casas arrendadas e sobrelotadas. Falamos de 1 em cada 20 habitantes a residir numa casa sobrelotada.

Com a apresentação deste retrato de Odemira, um concelho que se reformulou radicalmente nos últimos 15 anos, serve a ELH para a autarquia não só dar resposta as carências evidentes, mas apresentar um caminho com pouca margem para ambiguidadades, entre o litoral próspero ou a recuperação do interior, entre a economia dual turismo/agricultura ou o empreendorismo diversificado, e na integração da população estrangeira e respetiva reabilitação do património.

92 *"Não basta só ter mais actividades agrícolas, é necessário ter respostas e os municípios não têm capacidade financeira, nem do ponto de vista técnico-administrativo, para responder a investimentos privados que exigem mais habitação e melhoria de serviços."*
José Alberto Guerreiro, *in* Lusa. "Autarca quer reforço de serviços públicos em Odemira devido ao número de imigrantes". *Público*, 13 de novembro de 2019. Consultado a 25 de julho de 2024
93 Terrisirga, Territórios & Redes, Lda. *Estratégia Local de Habitação de Odemira,* 2021, p.52

Habitação Arrendada
(1575 Pessoas)

Precariedade | **40 Pessoas**

Violência Doméstica | **52 Pessoas**

Sobrelotação | **1483 Pessoas**

Habitação Cedida
(138 Pessoas)

Inadequação | **9 Pessoas**

Insalubridade | **105 Pessoas**

Precariedade | **6 Pessoas**

Violência Doméstica | **18 Pessoas**

Habitação Própria
(322 Pessoas)

Insalubridade | **9 Pessoas**

Sobrelotação | **6 Pessoas**

Violência Doméstica | **14 Pessoas**

Precariedade | **293 Pessoas**

Outras Situações
(858 Pessoas)

Insalubridade | **28 Pessoas**

Núcleos Degradados | **27 Pessoas**

Núcleos Precários | **11 Pessoas**

Precariedade | **12 Pessoas**

Sobrelotação | **780 Pessoas**

Habitação Própria - Reabilitação
(71 Pessoas)

Inadequação | **7 Pessoas**

Insalubridade |**64 Pessoas**

Total Carências Hab.:
2964 Pessoas

Habitação Arrendada - Sobrelotação | **1483 Pessoas**

Restantes Condicionantes | **1481 Pessoas**

FIG. 37 | *Diagnóstico de Carências Habitacionais no Município de Odemira em 2021*
ELH Odemira, montagem do autor, 2024

Esse caminho que a autarquia propõe assenta na resposta a quatro desafios estruturantes por si indicados. Cada desafio pressupõe uma resposta personalizada e segmentária de uma visão uníssona do município para 2026[94].

O primeiro e maior desafio será evidentemente a *"necessidade premente de apoiar e integrar as famílias que vivem em condições indignas.*[95]*"*. Neste sentido, a resposta municipal reside nos programas de financiamento das NGPH, contando com a colaboração de agentes públicos e privados para que se produza mais e melhor habitação.

O segundo desafio reforça a importância de garantir a sustentabilidade demográfica do território. Esses indicadores são hoje mais saudáveis do que há 15 anos. Não obstante, a autarquia pretende atrair outros grupos sociais, *"população jovem e qualificada, associada às indústrias criativas e aos nómadas digitais*[96]*",* como pretexto para a dinamização do tecido económico. Neste ponto, parece-nos uma ambição irrealista, na qual invertem a causa pela consequência, ou seja, a fixação de jovens qualificados é atingida a convite de empresas e projetos ambiciosos já sediados em determinados territórios, pelo que a atratividade do concelho é manifestamente pequena. A acrescentar, cativar grupos de nicho tais como nómadas digitais terá pouca influência na economia local.

Em terceiro coloca-se a preocupação em preservar o património natural e paisagístico, conciliando-o com a agricultura intensiva na região. Sobre este tópico não são atribuídas muitas medidas, não sendo uma prioridada ELH mas sim de outras ferramentas e departamentos municipais.

O quarto desafio debruça-se sobre a inclusão social e coesão territorial; ou seja, refere-se à justa integração de novos habitantes no município, mas também ao equilíbrio na disparidade entre o litoral e o interior do concelho.

Em suma, Odemira quer ser *"Um território que investe na habitação para responder às necessidades das famílias que vivem em condições indignas e aposta na reabilitação do edificado e do espaço público para promover um desenvolvimento coeso, inclusivo e sustentável, capaz de fixar população e atrair novos residentes qualificados e gerar benefícios para o tecido socioeconómico local.*[97]*"*.

94 Ano término do financiamento do PRR
95 Terrisirga, Territórios & Redes, Lda. *Estratégia Local de Habitação de Odemira,* 2021, p.59
96 *Ibidem*, p.59
97 *Ibidem*, p.60

Neste sentido, delinearam-se objetivos estratégicos que se desdobram em objetivos operacionais, a fim de enquadrar com precisão os agentes, públicos e privados, a serem convocados, e os beneficiários em questão para cada um dos objetivos operacionais.

Objetivo Estratégico 1[98]

Dar Resposta às Carências Habitacionais do Território

O objetivo mais óbvio visa a produção de habitação pública para procura de médio e longo prazo, em articulação com o *PDM de Odemira* e o *III Plano Municipal Para a Integração de Imigrantes*. A equidade demográfica será algo a ter em conta na distribuição de alojamentos no âmbito do programa *1º Direito,* dando não só resposta às famílias, mas também às freguesias mais desertificadas.

Objetivo Operacional 1.1[99]

Realojar as famílias que vivem em condições indignas com necessidades permanentes de habitação

Propõe-se a construção de habitação nova para o realojamento destas famílias, preferencialmente em freguesias que têm observado maiores perdas populacionais para promover a coesão territorial.

Objetivo Operacional 1.2[100]

Realojar as famílias que vivem nas quintas agrícolas e perímetros urbanos em condições indignas com necessidades de médio prazo de habitação

Eixo dirigido a famílias unipessoais para as quais o município propõe *"soluções habitacionais diferenciadas"*, maioria tipologias T0 e T1, e que suprimem os picos sazonais associados à colheita de frutos vermelhos.

Objetivo Operacional 1.3[101]

Apoiar os beneficiários diretos no acesso ao 1.º Direito

No caso de agregados familiares com habitação própria a reabilitar, deverão submeter as candidaturas para bonificação direta do 1º Direito. Serve este objetivo para fornecer assistência à instrução dos processos.

98 Terrisirga, Territórios & Redes, Lda. *Estratégia Local de Habitação de Odemira,* 2021, p.62
99 *Ibidem*, p.62
100 *Ibidem*, p.62
101 *Ibidem*, p.62

Objetivo Estratégico 2[102]
Melhorar a Atratividade do Ambiente Urbano

Quer-se acompanhar o aumento da oferta habitacional com a respetiva melhoria dos serviços e equipamentos disponíveis, assim como tratamento do espaço público, de modo a tornar o concelho mais atrativo para a fixação dos residentes que aqui ficam a curto-médio prazo.

Objetivo Operacional 2.1[103]
Reabilitar o edificado público e qualificar o espaço público

Aliado à missão da NGPH, serve o primeiro objetivo para recuperar o património municipal em declínio, salvaguardar a qualidade do espaço público e melhorar a atratividade do tecido urbano.

Objetivo Operacional 2.2[104]
Garantir os Necessários Graus de Cobertura de Equipamentos e Serviços

Reforçar a resposta social nos domínios da saúde, educação, equipamentos e mobilidade de modo a equipar as freguesias que maior aumento populacional tiveram.

Objetivo Operacional 2.3[105]
Estimular a reabilitação do edificado por parte dos atores privados

Articular os programas nacionais e municipais (NGPH e *Programa Odemira Reabilita*) como incentivo à recuperação do imenso património privado que se encontra desocupado, ou em aluguer sobrelotado para comunidades migrantes.

Objetivo Operacional 2.4[106]
Atrair população jovem qualificada

A valorização do tecido urbano, a par dos múltiplos programas de apoio ao arrendamento da NGPH, servirem como catalisadores para a atração de população jovem.

102 Terrisirga, Territórios & Redes, Lda. *Estratégia Local de Habitação de Odemira,* 2021, p.63
103 *Ibidem*, p.63
104 *Ibidem*, p.63
105 *Ibidem*, p.63
106 *Ibidem*, p.63

Objetivo Estratégico 3[107]

Implementar um Modelo de Governação Partilhada da ELH

Este objetivo emprega-se sobre a organização e capacitação da autarquia para a administração dos fundos públicos, gestora dos instrumentos disponibilizados pela NGPH, mas também cumprir o importante papel de intermediária entre entidades públicas e privadas. Por isso se justifica a integração de um modelo de governação que hierarquize funções e cuide tanto da comunicação interna (entre departamentos da câmara, entre a autarquia e o IHRU), como da comunicação externa (entre a autarquia e a população).

Objetivo Operacional 3.1[108]

Criar a unidade de missão para a habitação em Odemira

Servirá como equipa responsável pela implementação da ELH, monitorização das metas propostas e gestão dos fundos estatais disponibilizados. Desvios, atrasos e imprevistos que ocorram na execução da ELH deverão ser notificados por esta equipa, que trabalhará para a correção dos mesmos.

Objetivo Operacional 3.2[109]

Capacitar o município para a implementação da NGPH

Criar uma base de dados em constante atualização das carências habitacionais identificadas, o que permitiria uma resposta atempada por parte do município. Pretende-se ainda formar os departamentos autárquicos para agilizar os procedimentos burocráticos dos instrumentos e programas da NGPH.

Objetivo Operacional 3.3[110]

Desenvolver um modelo de comunicação da ELH

Divulgar os progressos na implementação da ELH através das plataformas disponíveis pelo município, essas sendo o seu site, com um separador dedicado à reabilitação urbana, boletins municipais e redes sociais. Serve como demonstração aos residentes do compromisso e transparência da autarquia para com o programa originalmente apresentado.

107 Terrisirga, Territórios & Redes, Lda. *Estratégia Local de Habitação de Odemira,* 2021, p.64
108 *Ibidem*, p.64
109 *Ibidem*, p.64
110 *Ibidem*, p.64

As metas dos objetivos estratégicos e operacionais são formalizadas via um programa de ação, no qual se planifica a distribuição dos fundos disponibilizados. São quatro as políticas designadas no programa como resposta habitacional:

- Construção nova de prédios ou empreendimentos habitacionais
- Aquisição e reabilitação de frações ou prédios habitacionais
- Reabilitação e conversão de património municipal para habitação
- Arrendamento para subarrendamento

Relativamente ao primeiro ponto, prevê-se a construção de 744 fogos em loteamentos infraestruturados na posse do município, destinados a famílias, portuguesas ou migrantes, que seja expectável a permanência no concelho[111]. Por reunirem estas condições, a implantação de parte dos loteamentos deverá ser feita em freguesias despovoadas, "*apostando no repovoamento das freguesias que têm vindo a perder população.*[112]*"*. Inclui-se ainda a construção de 230 habitações para famílias unipessoais, também em lotes municipais.

Para a população em condições de sobrelotação (outras situações), na sua maioria imigrantes sazonais, dos quais não é expectável a permanência a longo prazo, serão aplicadas as restantes três políticas. É uma resposta variada, que se foca na manutenção e reconversão do parque habitacional das freguesias litorais. A medida com maior amplitude será o arrendamento para subarrendamento, que visa arrendar 566 habitações tipo T1. É intuito da autarquia incentivar os privados a reabilitar as suas propriedades e monitorizar o mercado de arrendamento, provendo um valor justo tanto ao proprietário como ao arrendatário.

Tanto a aquisição de frações como a conversão de património público alinham-se com os interesses da NGPH, que vê na reabilitação uma opção válida para acrescentar um total de 200 habitações do tipo T0. A reconversão é especialmente interessante, pois permite adaptar equipamentos abandonados, como escolas, dando-lhes uma nova utilidade como residências para trabalhadores agrícolas.

Este programa só é concretizável com o apoio do IHRU, que em novembro de 2021 homologou um acordo de colaboração para o financiamento da ELH no âmbito do *1º Direito*, estimada em 98.788.884.12€, do qual a sua comparticipação é de 84.675.933.00€[113].

111 Deverão seguir o artigo 29 b) do PDM de Odemira *"b) Adoção de um parcelamento que, como regra geral, faça corresponder cada edifício habitacional existente a um lote autónomo confrontante com uma via pública existente ou a criar no âmbito da operação;(...)"*
112 Terrisirga, Territórios & Redes, Lda. *Estratégia Local de Habitação de Odemira,* 2021, p.67
113 *Acordo de Colaboração entre o IHRU e o Munícipo de Odemira, 2021*

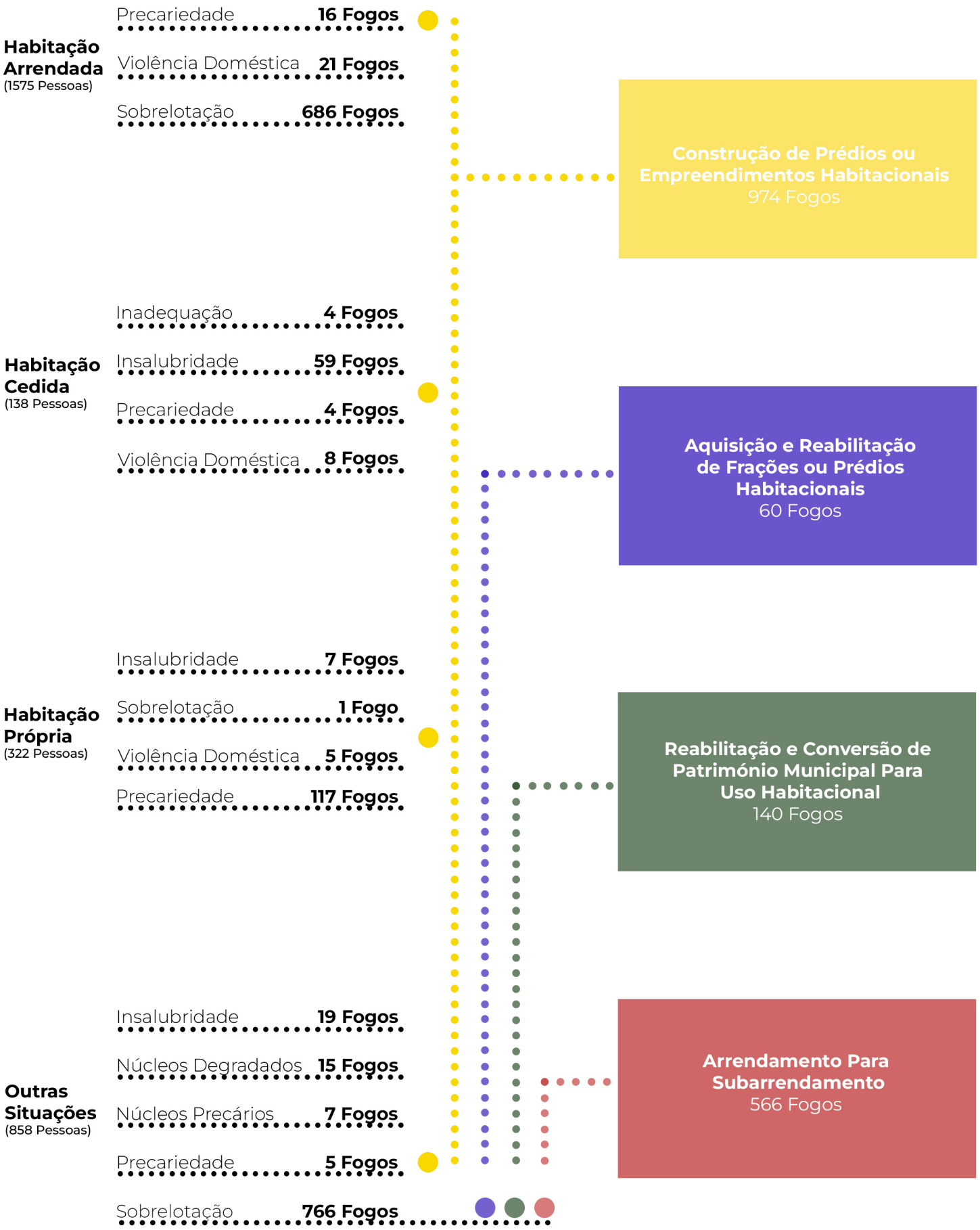


FIG. 38 | *Esquema de Gestão do Programa Habitacional*
ELH Odemira, montagem do autor, 2024

O financiamento do PPR, gerido pelo IHRU, destina-se exclusivamente para fins habitacionais, não implica isso que o município exclua as restantes peças do espaço urbano. Cientes da importância em melhorar a atratividade do concelho, são designados na ELH os equipamentos e intervenções no espaço público em execução por parte do *Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano*, financiado pelo programa *Portugal 2020*[114]. De mencionar também as propostas que aguardam lançamento de concurso, ou que se encontram já em revisão de projeto, mas que por não terem obtido financiamento do *Portugal 2020* foram transladadas para o *Portugal 2030*.

As intervenções em execução/executadas são na sua maioria a dotação de passeios e vias pedonais, implementação de ciclovias e requalificação de núcleos destinados a espaços de convívio, destacando-se a intervenção em ambas as margens da zona ribeirinha de Odemira[115].

Por sua vez, as intervenções destinadas ao *Portugal 2030* incluem a beneficiação de escolas, investimento em infraestruturas para o desporto e construção de equipamentos diversos: um arquivo municipal, uma biblioteca escolar, novo terminal rodoviário em V.N.Milfontes e a criação de um parque verde em São Teotónio[116].

A sua distribuição pelo concelho é assinalada na figura 39. A estratégia de modernização das freguesias do interior, repetidamente mencionada ao longo da ELH, é aqui pouco esclarecedora. Três freguesias conseguem congregar mais propostas do que as restantes dez. Inclusive, duas freguesias são excluídas de qualquer intervenção. É facto que estas três freguesias concentram 60% da população de Odemira, com tendência para o seu crescimento. Todavia, parece-nos que a aposta dos fundos públicos em V.N.Milfontes, São Salvador e Santa Maria, e São Teotónio terão um efeito afunilador da população, ao invés da dispersão homogénea previamente discutida.

Vale ressalvar que estas intervenções são apenas parte de um conjunto maior de incentivos à reabilitação urbana, do qual a autarquia sabe ter um alcance limitado e como tal propor medidas alternativas destinadas aos proprietários privados. A proposta da criação de *Áreas de Reabilitação Urbana*, o que não é exclusivo de Odemira, delimita as zonas que por virtude da insuficiência e degradação urbana se justifique a intervenção integrada de *Operações de Reabilitação Urbana*.

114 Terrisirga, Territórios & Redes, Lda. *Estratégia Local de Habitação de Odemira,* 2021, p.71
115 *Ibidem*, p.71
116 *Ibidem*, p.71

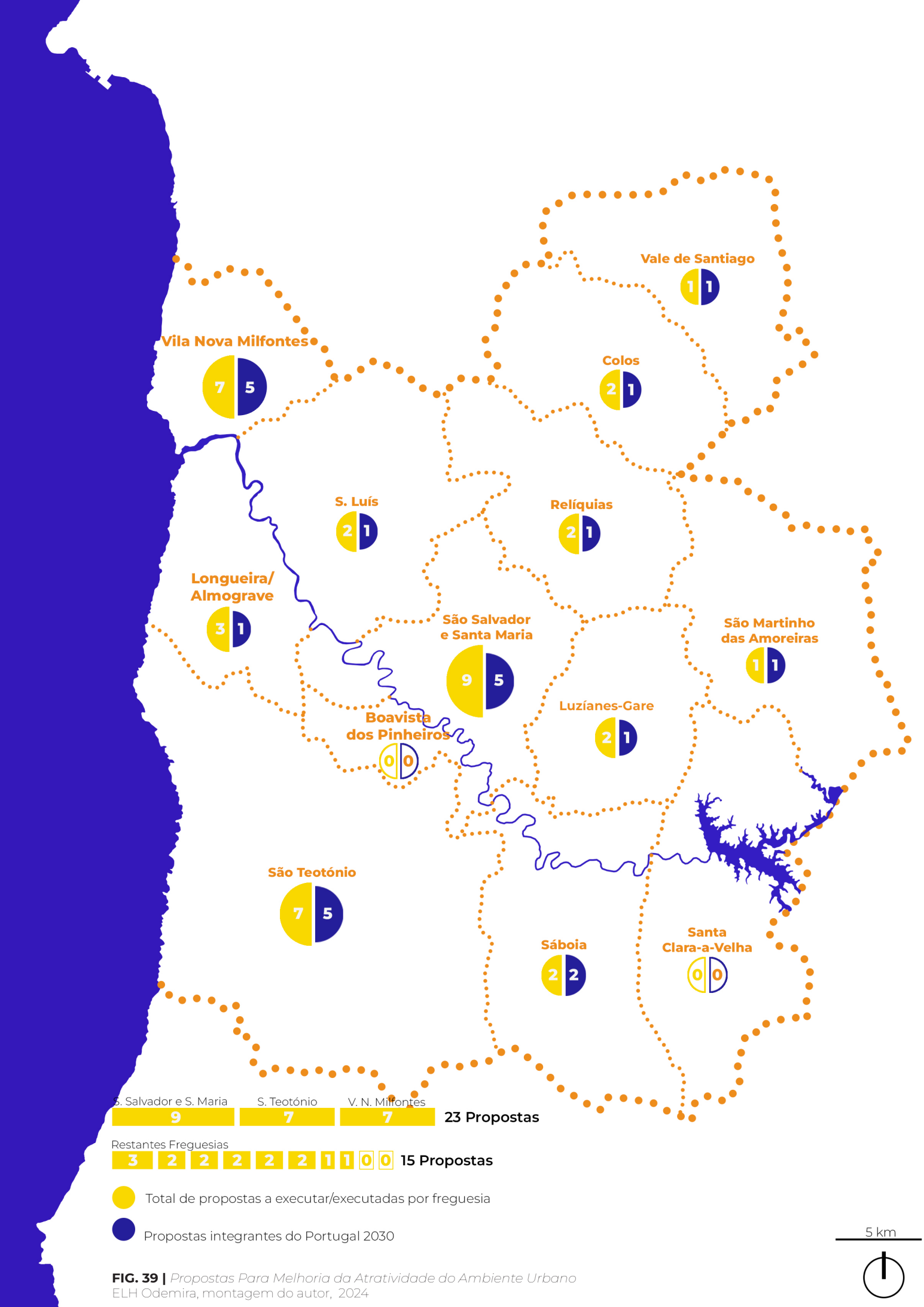


FIG. 39 | *Propostas Para Melhoria da Atratividade do Ambiente Urbano*
ELH Odemira, montagem do autor, 2024

Para o concelho de Odemira foram definidas 14 ARUs, das quais nos iremos focar no seguinte capítulo nas de V.N. Milfontes, Odemira e S. Teotónio. Como parte dos incentivos à revitalização destes centros urbanos, atribuiram-se uma série de regalias aos investidores privados, desde a priorização dos processos de reabilitação nos serviços administrativos, redução do IVA para 6%, redução de IMI, isenção de IMT, e condições de financiamento especiais para reabilitar, limitado a uso habitacional[117].

Esta é uma estratégia de dinamização da economia na qual se facilita o investimento para proporcionar maior oferta e consequentemente diminuir a inflação do mercado imobiliário, insuportável para as famílias com menores rendimentos.

Em suma, entende-se a ELH como um documento deveras completo, capaz de diagnosticar e correlacionar lacunas a nível territorial, demográfico e habitacional. A estratégia e programa de ação são claros e concisos, nos quais é notória a dedicação da autarquia em eliminar a precariedade e degradação que foi plantada em Odemira, sua maioria derivada da exploração da população migrante e difícil de ser contrariada.

Do programa exposto captamos a intenção do município de povoar o interior do concelho com agregados familiares estáveis e fixos em Portugal, que possam aqui crescer as suas famílias e revitalizar algumas destas freguesias, além de atualizar o parque edificado com tão necessária construção nova.

No litoral a abordagem prioriza a reabilitação, tanto do património público como privado, e arrendamento para subarrendamento. As tipologias disponibilizadas são T1 e T0 e visam um contexto de habitação temporária destinada aos trabalhadores sazonais em condições precárias.

Se a distribuição populacional e respetivas estratégias de intervenção nos parecem adequadas, o mesmo não se pode dizer da concentração dos fundos públicos para a melhoria da atratividade urbana em apenas três freguesias. O compromisso para com o interior do concelho é parco, e por sua vez para com as famílias que aqui serão realojadas. A estratégia 1 casa = 1 agregado também revela pouca prevenção futura, ao exigir que a cada novo diagnóstico se some mais despesa em habitação para a autarquia. Vale no entanto ressalvar a atenção prestada ao espaço público na ELH, tema que será investigado no seguinte capítulo.

117 Terrisirga, Territórios & Redes, Lda. *Estratégia Local de Habitação de Odemira,* 2021, p.47

CAPÍTULO III
ODEMIRA, NO TERRENO

PONTO 3.1
VILA NOVA DE MILFONTES

Este capítulo coloca a lupa sobre três das vilas mais pressionadas pelo aumento populacional, das quais serão investigadas as iniciativas de governança local, a partir dos instrumentos de gestão territorial disponibilizados (PU, ARU, ELH). A esses acrescentam-se as considerações tomadas da visita ao local, realizada em setembro de 2023, em que se procurou contactar a população local, verificar a realidade das condições habitacionais expostas e ponderar possíveis intervenções que trouxessem melhorias à região.

O Plano de Urbanização de Vila Nova de Milfontes não é um documento particularmente atual, tendo a sua resolução sido emitida em 2005[118]. Vinte anos depois, permanece válido, como destaca a figura 40, onde se sobrepôs o PU a uma imagem satélite de 2024. Se as áreas a consolidar estão hoje revestidas de construção nova, na sua maioria habitações unifamiliares com piscina, aparentando serem casas de férias, as zonas em expansão permanecem quase intactas. Inclusive, apontamos duas zonas de expansão (1 e 2) com proximidade ao núcleo central e em plena ARU, e que são hoje um estranho vazio urbano.

A rede viária apresenta uma bifurcação à entrada da vila em dois grandes eixos, um ainda por completar e o outro denominado de Rua Custódio Brás Pacheco, a maior rua de V.N.Milfontes. Esse eixo atravessa o núcleo antigo e percorre a marginal até ao farol, ponto mais a sul da vila (3). A evolução da malha urbana da vila preservou uma lógica de densificação, onde se percebe a sucessão de quarteirões entre os dois eixos referidos. As restantes zonas consolidadas colocam-se no perímetro urbano, servindo como demarcações do mesmo. Esta noção deve ser preservada na leitura das seguintes vilas, onde a sua expansão é mais descurada e resulta em malhas dispersas e perímetros urbanos diluídos pelo território.

Em relação aos verdes urbanos, o PU é ilusório, no sentido em que identifica como áreas verdes dois parques de campismo privados (4 e 5), o que não sendo incorreto, diminui consideravelmente a oferta de espaços públicos verdes, que aqui se apresentam apenas como o parque central e a praia da Franquia (6 e 7).

118 Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República n.º 221/2005, Série B de 2005-11-17. Resolução do Conselho de Ministros 179/2005

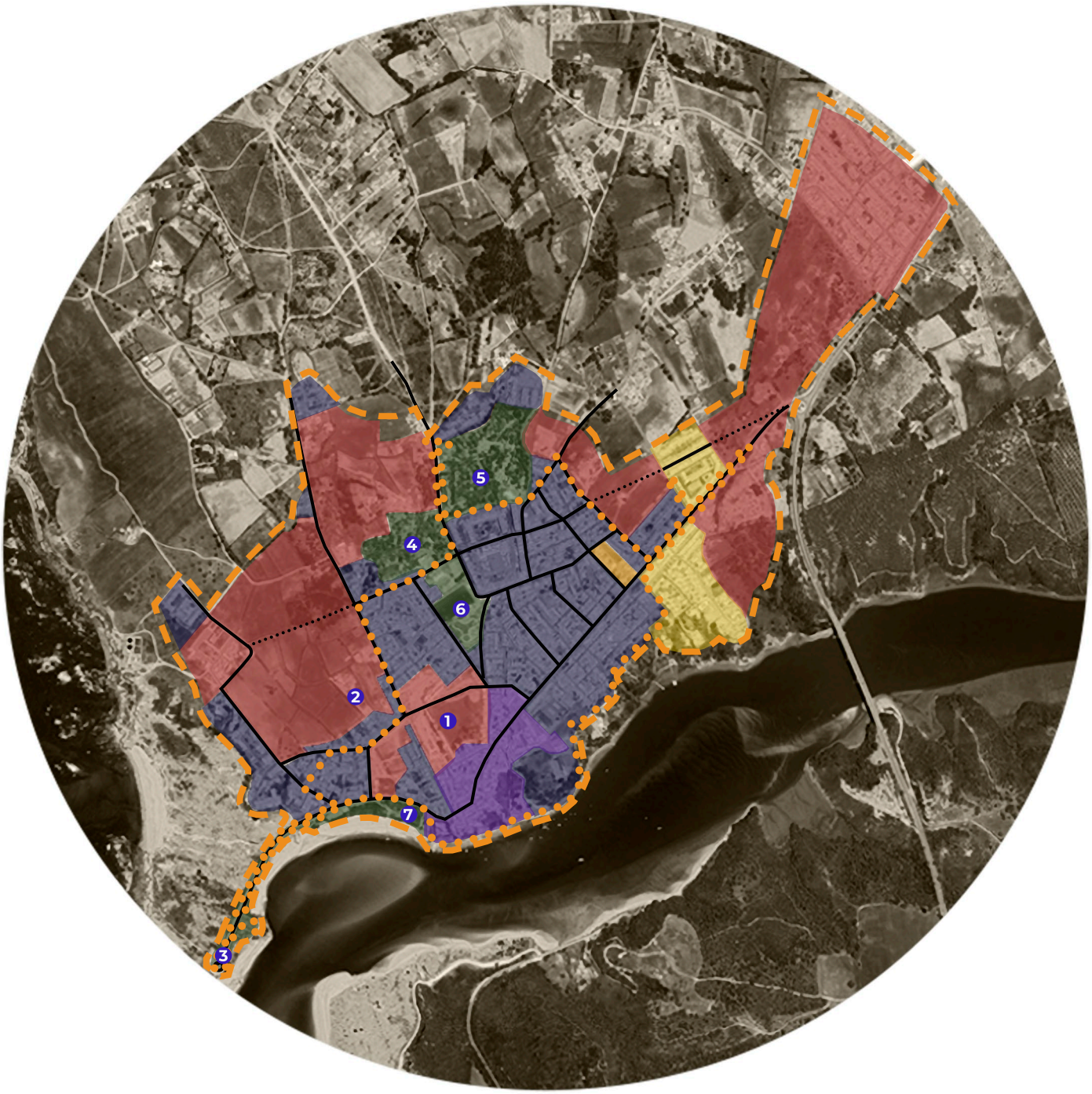


FIG. 40 | *Planta de Ordenamento*
Plano Diretor Municipal, montagem do autor, 2024

As memória descritivas das ARU das três vilas visitadas alinham-se com as premissas da NGPH, enfatizando o foco na requalificação urbana. Em V.N.Milfontes, são apontadas deficiências nas condições de habitabilidade, degradação de alguns edifícios pontuais, desvalorização do património cultural, limitações à mobilidade pedonal e desatualização de infraestruturas urbanas. A execução da ORU[119], além da reparação destes aspetos, aponta à requalificação e ampliação dos parques verdes e equipamentos de uso coletivo, substituição do mobiliários urbanos, melhoria da sinalização e reestruturação das redes de abastecimento e drenagem de águas, assim como renovação da rede de iluminação pública.

O levantamento dos equipamentos e serviços disponibilizados em V.N. Milfontes é exibido na figura 41, da qual podemos captar uma oferta variada de infraestrutura destinada ao desporto, entre os quais dois polidesportivos a céu aberto e gratuitos, um campo de futebol e um pavilhão desportivo. É comum ver parques infantis e equipamento de exercício distribuidos pelos parques urbanos da vila, o que convida a população a ocupar o espaço público e partilha-lo.

Quanto aos serviços de saúde e educação, verifica-se alguma escassez, comum a regiões de menor densidade populacional. O ensino público só é disponibilizado até à primária, havendo uma escola privada para os restantes ciclos. O ensino básico e secundário públicos são apenas assegurados na capital administrativa do concelho, a vila de Odemira. A prática é comum, e justificável por uma questão de gestão de recursos, mas naquele que é o maior concelho do país, requer um serviço de transportes públicos fiáveis e frequentes, o que não é o caso. Foi exemplo disso a nossa experiência no local, com o atraso prolongado da camioneta de um operador privado, o único a fazer a conexão entre V.N.Milfontes e Odemira. Em diálogo com um imigrante nepalês, ele seguia com grande atraso para Odemira, onde teria uma consulta médica, serviço que não era prestado em V.N.Milfontes. Estas ocorrências exibem a privação de serviços em territórios menos densificados de Portugal, mas também sugerem os caminhos a traçar.

Foram consideráveis as intervenções da freguesia nos últimos anos para melhorar as condições de vida da população. A intervenção de maior visibilidade foi concretizada pela *Polis Litoral Sudoeste*, um programa de valorização e requalificação da orla costeira alentejana[120]. Em V.N.Milfontes, interveio-se no núcleo antigo e zona ribeirinha, destacados a azul na figura 41.

119 Município de Odemira. "Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vila Nova de Milfontes: Memória Descritiva e Justificativa." *Divisão de Licenciamento e Gestão Territorial*, novembro 2020, p.4
120 Ibidem, p.4



FIG. 41 | *Equipamentos e Intervenções*
ARU VNMF: Memória Descritiva e Justificativa, montagem do autor, 2024

O produto desta iniciativa foi uma revisão dos espaços públicos e infraestruturas. Desenvolveram-se ações de reforço das redes de abastecimento e drenagem de água, melhorou-se a iluminação pública com novos candeeiros, mais eficientes e com melhor iluminação. Substituiu-se o alcatrão das vias automóveis por calçada de cubo para se coadunar melhor com o núcleo antigo, além de reduzir a velocidade dos veículos e ser mais amigável à circulação pedonal. Requalificaram-se largos e jardins com novo mobiliário urbano e ainda se integraram novas ciclovias[121].

As seguintes figuras ilustram as modificações enumeradas, onde se capta a intenção de unificar o espaço público em toda a área interveniente, com o recurso ao mesmo pavimento, o mesmo mobiliário urbano, e mesma iluminação. Incluiu-se vegetação de fácil manutenção que concede sombra a estes espaços de estar, e ainda se removeu a circulação automóvel para dar lugar a esplanadas, como é o caso do Largo do Rossio.

Este projeto da *Polis Litoral Sudoeste* prevê uma segunda fase, que expandiria a requalificação já concretizada ao longo de todo o eixo da rua Custódio Brás Pacheco, desde o início, na entrada do perímetro urbano, até ao farol, criando uma imagem unificada da principal via de Vila Nova de Milfontes.

De ressalvar também as ações da responsabilidade do município no âmbito do espaço público, que incluem a requalificação do Largo de Santa Maria, que segue diretrizes semelhantes às tomadas nas intervenções já mencionadas, e criação de um espaço multiusos no jardim Pinhal do Moinho (fig. 6) no qual se inclui um parque infantil, aparelhos para a prática de exercício físico e conjuntos de mesas e bancos para refeições.

Outra das grandes lacunas de Vila Nova de Milfontes era a ausência de um terminal rodoviário que oferecesse proteção aos elementos da natureza e servisse como ponto de venda e ajuda ao cliente. Numa freguesia sem acesso à rede ferroviária, para uma parcela da população (idosos, menores de 18, imigrantes sem carta de condução ou viatura) os serviços de transporte rodoviários são a única forma de locomoção. Apesar de aquando da visita ao terreno não estar terminado, na figura 7 pode-se conferir aquele que será o futuro terminal rodoviário da vila, em diante do jardim Pinhal do Moinho, que servirá como porta de entrada para a vila, assim justificando a sua revitalização.

121 Município de Odemira. "Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vila Nova de Milfontes: Memória Descritiva e Justificativa." *Divisão de Licenciamento e Gestão Territorial*, novembro 2020, p.26-27



1 | Largo do Rossio antes da intervenção



2 | Largo do Rossio após a intervenção



3 | Rua Custódio Brás Pacheco



4 | Largo de Santa Maria



5 | Campo desportivo público



6 | Espaço multiusos, jardim do Pinhal do Moinho



7 | Terminal rodoviário, jardim do Pinhal do Moinho

FIG. 42 | *Compilação imagens de VNMF*
Montagem do autor, 2024

Não obstante, V.N.Milfontes é palco de uma expressiva comunidade imigrante asiática, com particular aglomeração num quarteirão no limite norte da ARU, justaposto ao jardim do Pinhal do Moinho.

A escala do quarteirão destaca-se na malha urbana, mas também se distingue da morfologia convencional, que orienta a habitação para a via pública e ocupa o seu núcleo com logradouros privados. Aqui, no seu interior dá-se uma praça de acesso público, elevada da rua, ladeada por edifícios de habitação plurifamiliar. O centro comercial, único na vila, coloca-se ao centro da praça e divide-a em dois hemisférios, um orientado a nascente e outro a poente.

A diferença de cotas da praça para as ruas circundantes varia de 1m, no limite norte, a 2.4m no limite sul. Ao contrário do padrão nos espaços públicos de V.N.Milfontes, esta praça distingue-se pelo seu pavimento duro, em cerâmico branco, e absoluta ausência de vegetação.

A habitação plurifamiliar circundante à praça possui três pisos, uma exceção face ao restante parque edificado, caracterizado por habitações unifamiliares entre um a dois pisos. Deste modo, gera-se uma ambiência mais densa e enclausurada da praça, amplificada pela via automóvel limitrofe e respetiva variação de cotas. Esta perceção de isolamento, aliado ao sentimento de apropriação da população imigrante, levaram os locais a cunhar esta parcela da vila de *"Quarteirão Indiano/Indian Quarter"*[122].

A apropriação da praça justifica-se também pela ocupação do centro comercial com estabelecimentos de proprietários migrantes. Das 20 lojas identificadas no piso-térreo, 13 pertenciam a proprietários estrangeiros (azul), enquanto que as restantes 7 eram de locais (amarelo, Fig.43). Os serviços disponibilizados eram igualmente distintos: os estabelecimentos de migrantes singiam-se a restaurantes, barbeiros, material informático, transferências de dinheiro, agências de viagens e um mercado. Os serviços focados em servir o público-alvo que frequenta a praça, na sua maioria homens adultos e asiáticos.

No entanto, um aspeto salta à vista: uma investigação realizada pelo *Sexta às 9* detetou que em 7 das empresas aqui sediadas, o SEF registou mais de 500 pedidos de legalização[123]. São números alarmantes, que denunciam esquemas evidentes de tráfico humano, e colocam em causa a legalidade destes estabelecimentos.

122 Informação obtida do contacto com a população local

123 Autor Desconhecido, "Sexta às 9. Centro comercial de Vila Nova de Milfontes tem mais de 20 empresas de intermediação laboral". *RTP Notícias*, 21 de julho de 2021. Consultado a 15 de agosto de 2024



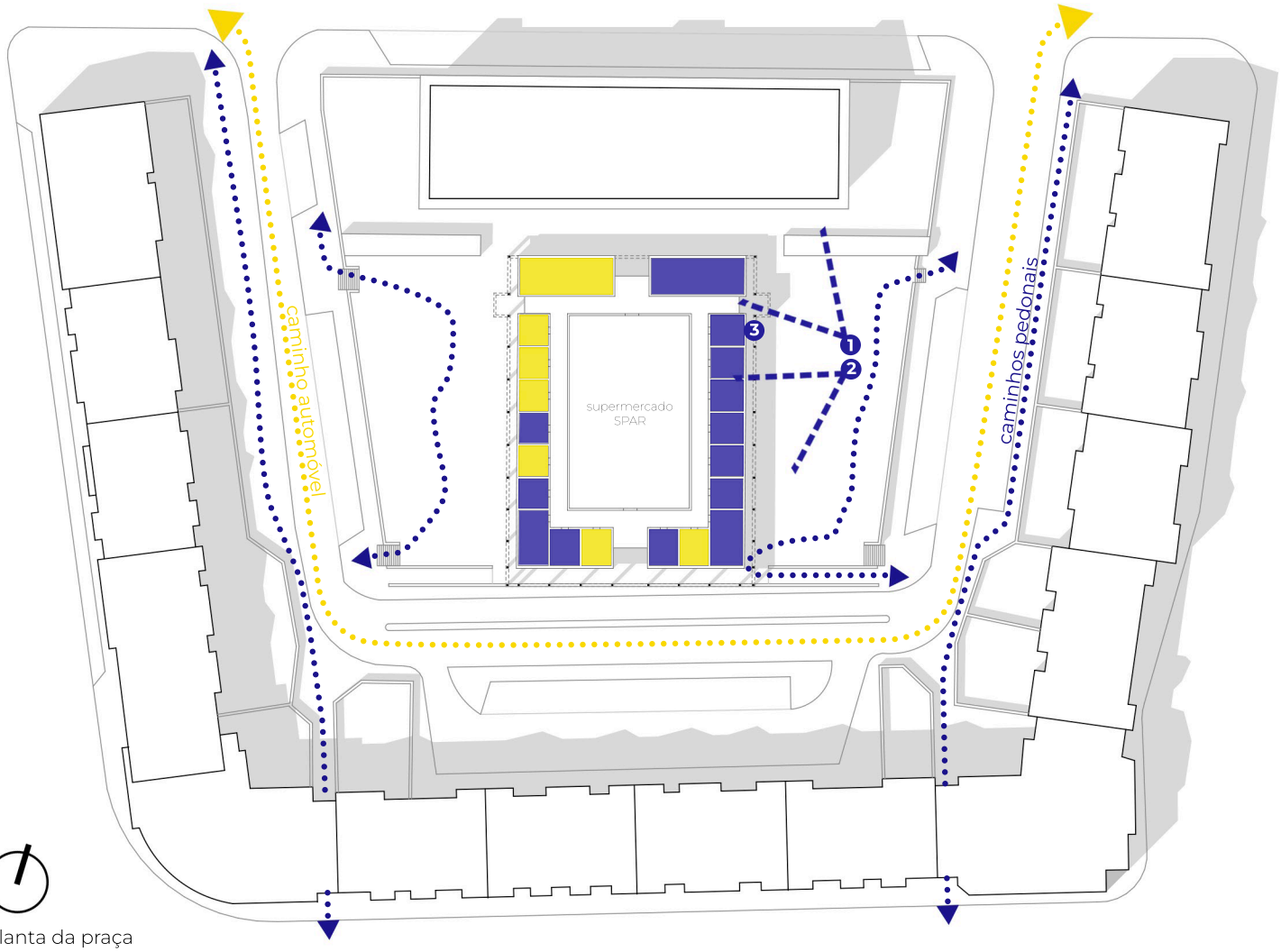
❶ Perspetiva da praça



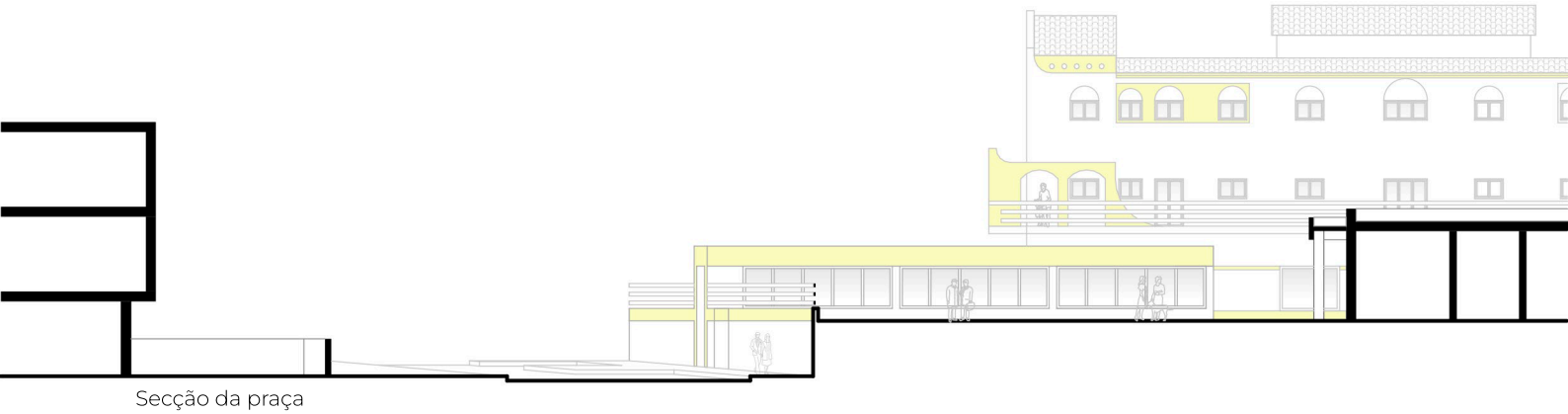
❷ Perspetiva da praça



❸ Espaço comercial da praça



Planta da praça



Secção da praça

FIG. 43 | *Estudo da Praça do Centro Comercial 1*
Montagem do autor, 2024

Da nossa visita a um dos restaurantes, foi percetível a indisponibilidade de muitas das opções no menú, e sendo três os restaurantes na praça, nenhum apresentava volume de clientela que conseguisse justificar tanta oferta. De acordo com a reportagem mencionada, muitos dos espaços estavam disponíveis para arrendar, algo que já não se verifica. A nossa interação com proprietários locais reforçou este testemunho, alguns até mencionando serem pressionados a vender as suas lojas.

É notória a deterioração de valores e a cedência do centro comercial para práticas ilegais. Algo que se reflete na qualidade dos espaços, num centro comercial que se mostra datado, pouco convidativo e por sua vez pouco movimentado. Na praça avistam-se grupos de migrantes que convivem após o horário laboral, mas o seu uso é parco em comparação com outros espaços disponíveis, exemplo do jardim do Pinhal do Moinho. Inclusive o bloco habitacional que encerra a praça a norte mostrava sinais de falta de manutenção, tais como fissuras, corrimentos da chuva e cerâmicos partidos.

V.N.Milfontes extrai bastante do setor turístico, daí todo o investimento na recuperação do núcleo antigo, marginal, e na rua Custódio Bás Pacheco: obterão dividendos destas iniciativas. Já o regulamento do PU remetia para essa prioridade.

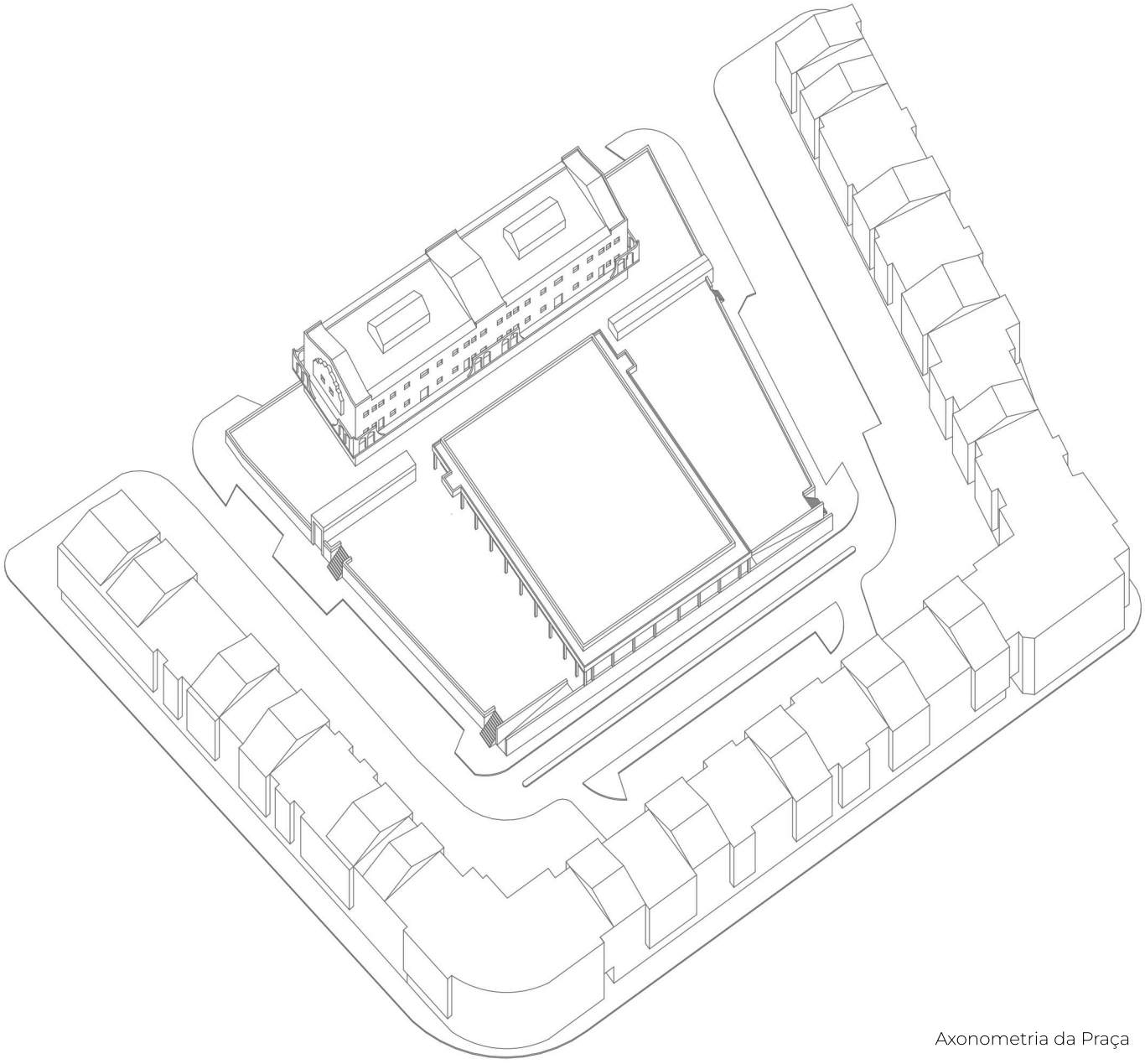
"Dada a vocação turística atribuída ao núcleo urbano em questão [V.N. Milfontes]*, a necessidade de salvaguardar a sua vertente de aglomerado urbano já existente, a preocupação de reabilitar e qualificar os espaços e a necessidade de dotar a área de empreendimentos turísticos de qualidade, a elaboração dos planos de pormenor previstos neste Plano deve ter presente todos estes aspectos, principalmente a necessidade de acautelar a existência de empreendimentos turísticos de qualidade.*[124]"

Se em muitos aspetos admitimos a boa qualidade das intervenções por parte da autarquia, o *"Indian Quarter"* mostra-se um epicentro de desregulação, descuido com a imagem do edificado e mau aproveitamento da praça/centro comercial. Estas questões provavelmente fogem da jurisdição da autarquia, todavia demonstram como um desenho excludente e de escala desproporcional prejudica além da própria urbe, criando espaços para a clandestinidade.

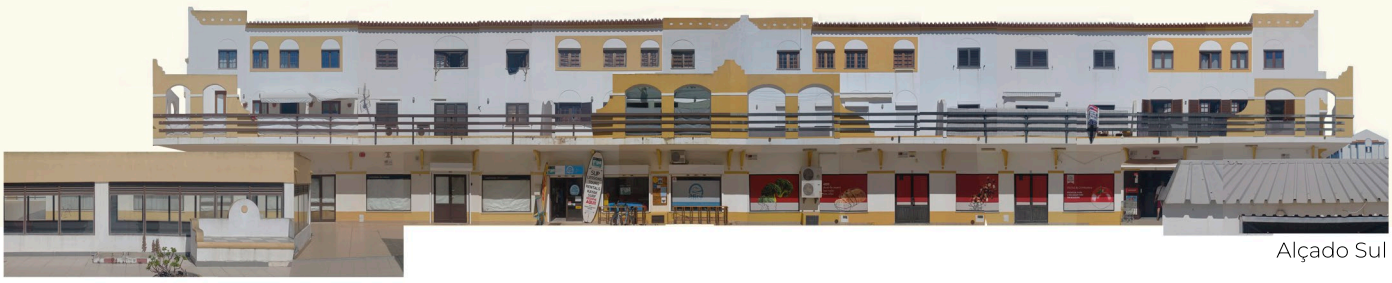
124 Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República n.º 221/2005, Série B de 2005-11-17. Resolução do Conselho de Ministros 179/2005



Alçado Norte



Axonometria da Praça



Alçado Sul

FIG. 44 | *Estudo da Praça do Centro Comercial 2*
Montagem do autor, 2024

PONTO 3.2
VILA DE ODEMIRA

A vila de Odemira localiza-se na freguesia de São Salvador e Santa Maria, e serve como capital administrativa do concelho. A vila dista da orla costeira, mas beneficía da sua centralidade territorial, aliada a uma acentuada orografia. A sua implantação entre as colinas da serra alentejana serviam propósitos de defesa e vigília, o que ajuda a justificar a sua morfologia urbana dispersa[125], como se pode consultar na figura 45. Ao contrário da malha quadrícular de Vila Nova de Milfontes, o núcleo antigo de Odemira foi condicionado pela topografia acidentada, o que lhe atribui esta distribuição em três eixos que convergem para a margem do rio Mira.

A relação com o rio é outro fator preponderante, que fez da vila no séc. XIX ser um importante posto portuário, e com algum legado industrial inclusive[126]. Além da conectividade via fluvial, a centralidade de Odemira comprova-se pelas duas estradas nacionais (EN120 e EN123) que a atravessam, e que ligam a vila ao sistema rodoviário nacional tanto no eixo norte-sul como este-oeste.

A planta de ordenamento territorial de Odemira apresenta um núcleo antigo e áreas consolidadadas bastante dispersas, separadas por excertos de verdes urbanos que, de acordo com a memória descritiva da ARU, *"(...)inclui extensas áreas assinaladas no PDM como espaços verdes urbanos apesar de nem todos o serem de facto(...)*[127]*"*. Efetivamente, alguns destes verdes urbanos são zonas dificilmente urbanizáveis devido à sua topografia, mas também não se apresentam como espaços de lazer ou até visitáveis, sendo a sua maioria parcelas de vegetação espontânea e pouco cuidada. Isto tem um peso acrescido pelo facto dos verdes urbanos ocuparem 36% da ARU de Odemira[128], mais do que qualquer outra categoria, o que demonstra a necessidade de regularizar o território.

As áreas a consolidar são aqui mais numerosas do que em Vila Nova de Milfontes, e dispersam-se pelos limites perimetrais da urbe. Por sua vez, as zonas de expansão são excassas, pelo que em comparação exibe-se aqui uma das discrepâncias nas estratégias de urbanização de Vila Nova de Milfontes e de Odemira.

125 Município de Odemira. "Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Odemira: Memória Descritiva e Justificativa." *Divisão de Planeamento,* março 2022, p.6
126 *Ibidem,* p.7
127 Ibidem, p.9
128 *Ibidem*, p.4

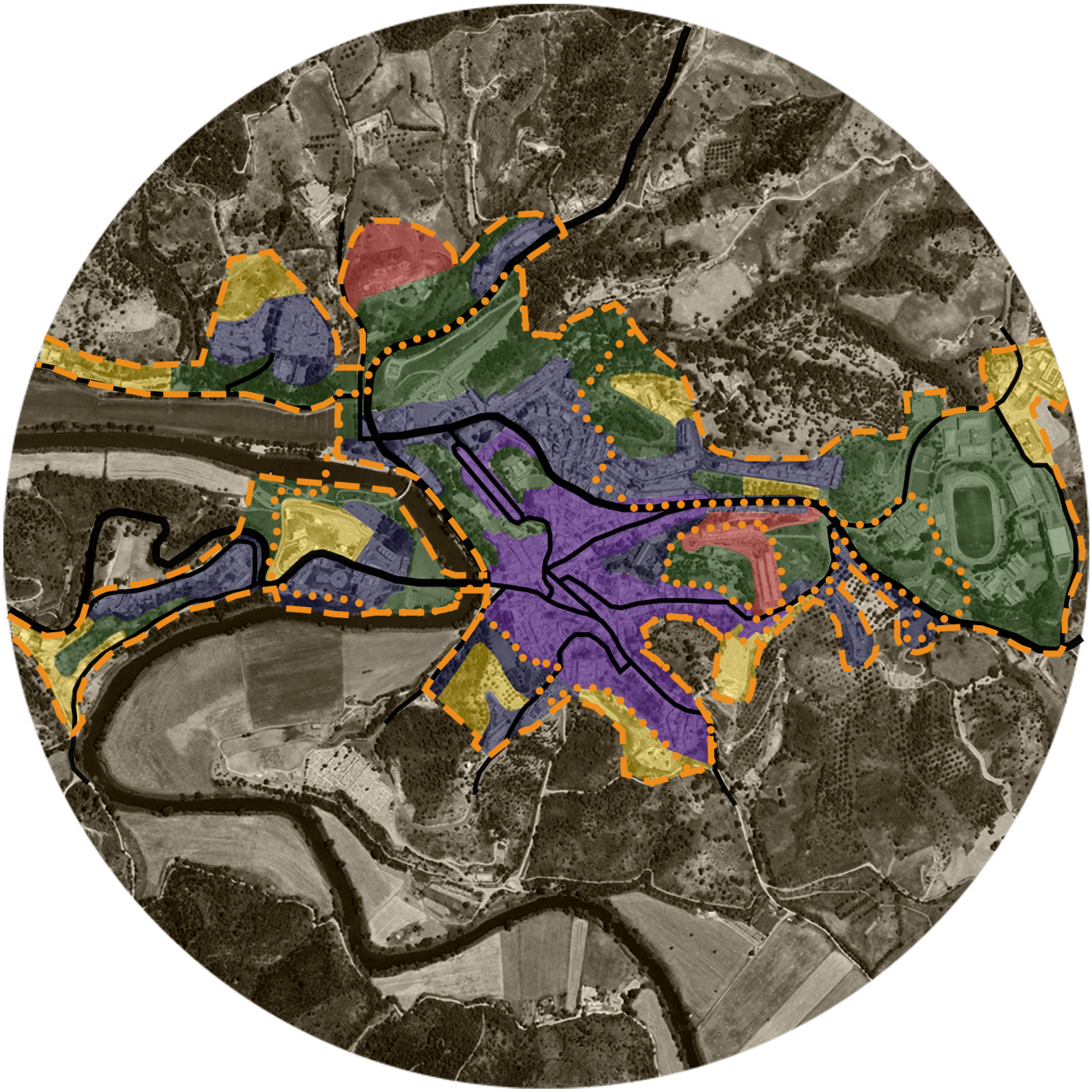


FIG. 45 | *Planta de Ordenamento*
Plano Diretor Municipal, montagem do autor, 2024

Enquanto capital de concelho, Odemira concentra em si a maioria dos equipamentos e serviços de maior valor hierárquico. Aqui se dirige a população para consultas no centro de saúde, frequentar o ensino público secundário, apresentar-se em tribunal, ou simplesmente para consumo de entretenimento e cultura.

Como se pode consultar na figura 46, Odemira é equipada com todos os estabelecimentos de ensino para a formação escolar obrigatória, a sua maioria localizada a poente, agregada com os equipamentos desportivos da vila e desvinculados das zonas habitacionais consolidadas. Os restantes serviços concentram-se na zona central da vila.

A vila retém um significativo potencial, pela sua localização de interface, agregação de equipamentos e serviços, relação com o rio e histórico industrial que possibilita explorar outros setores além do hortofrutícola. Não obstante, é prejudicada pelo abandono populacional, uma vez não ser tão próximo das produções agrícolas quanto São Teotónio, ou Longueira/Almograve. O edificado apresenta um estado avançado de degradação e abandono[129] e, como já exposto, é mais lucrativo o seu arrendamento a imigrantes que optem por Odemira, pelo que são notórias as habitações sobrelotadas pela vila. Outro fator a melhorar é a rígida articulação de espaços públicos, em parte pela sua orografia, mas que gera vazios urbanos e menor acessibilidade por parte da população.

Estas premissas dão o mote para a concretização da ARU de Odemira. O grande objetivo estratégico apontado é: *"(...)a criação de uma estrutura ecológica (infraestrutura verde), que promova o reforço da relação da vila com o rio Mira e uma articulação funcional entre os diversos espaços e equipamentos, privilegiando a mobilidade suave.*[130]*",* aliado à *"(...)reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados.*[131]*".*

À semelhança de V.N.Milfontes, contemplaram-se obras de requalificação das vias públicas do núcleo antigo (Fig. 46), em que executaram desvios à mobilidade automóvel, pedonalizaram-se ruas através da remoção dos lancis e alteração dos pavimentos, substituiu-se mobiliário urbano e iluminação pública.

As propostas anunciadas na ELH para a melhoria do ambiente urbano são identificadas a azul na figura 46, e encontram-se em vários estágios de concretização.

129 Município de Odemira. "Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Odemira: Memória Descritiva e Justificativa." *Divisão de Planeamento,* março 2022, p.13

130 *Ibidem,* p.14

131 Ibidem, p.14

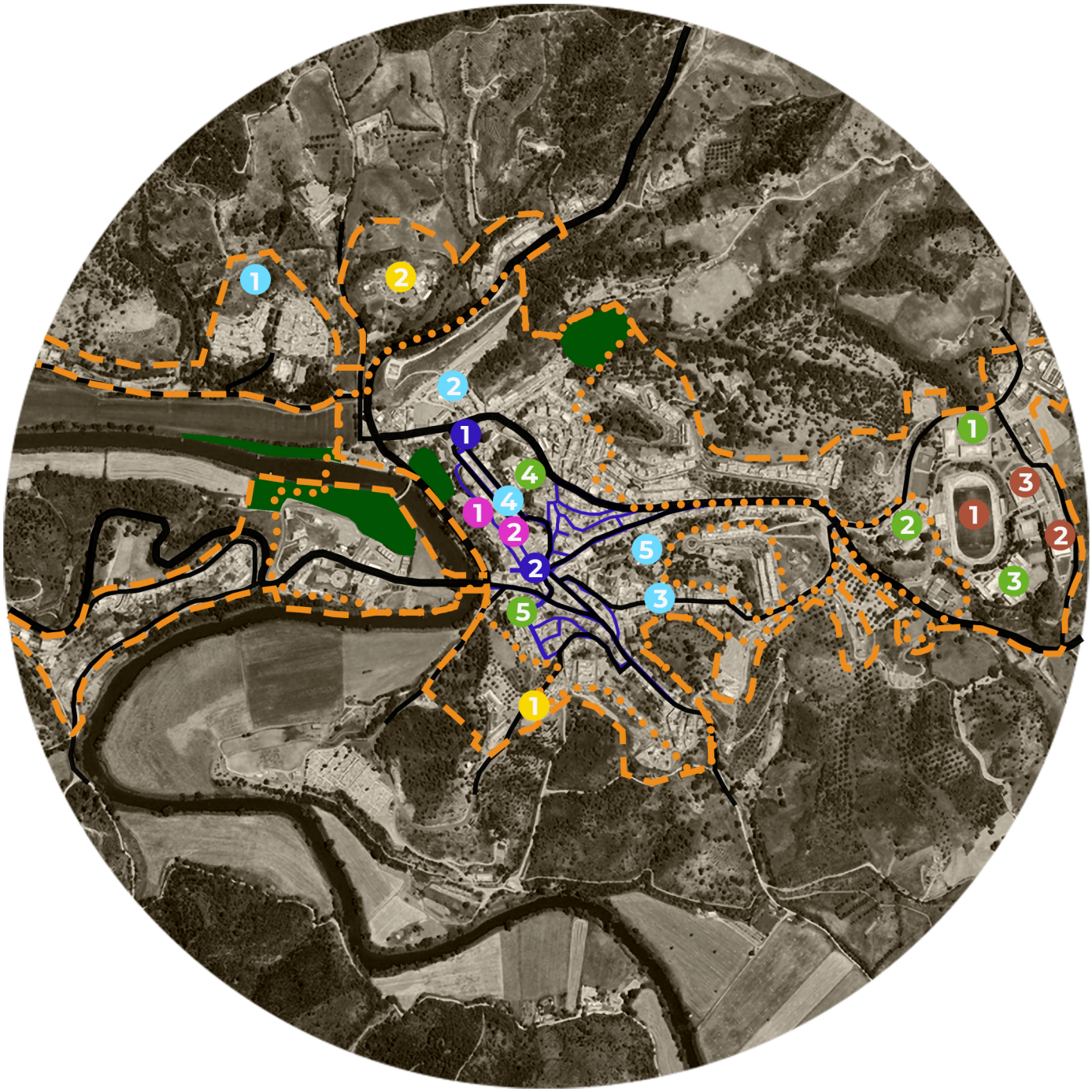


FIG. 46 | *Equipamentos e Intervenções*
ARU Odemira: Memória Descritiva e Justificativa, montagem do autor, 2024

A Olaria municipal já foi inaugurada, no entanto as restantes propostas aguardam financiamento, estando ainda assim os seus projetos em curso[132]. As propostas tomam um largo leque de preocupações, desde a reabilitação do mercado municipal, que à data da visita tinha só uma comerciante e movimento nulo; conversão da antiga igreja de S. Sebastião numa sede para o *Núcleo Desportivo e Cultural de Odemira*, uma organização sem fins lucrativos; Construir um arquivo municipal e expandir o bairro 11º de março de modo a disponibilizar mais habitação pública[133].

Os parques urbanos de Odemira estão concentrados nas margens do rio Mira, usufruindo de uma forte relação com a água, pormenor que também se verificou em V.N.Milfontes. O binómio recursos hídricos/parque urbano nem sempre esteve patente em Odemira, até devido ao recente passado industrial que se implantava na margem esquerda do rio (Fig.47). Só no âmbito da requalificação urbana já mencionada, executada entre 2011 e 2013[134], é que a vila investiu na criação de espaços verdes nas margens do rio. O epítome deste projeto é a construção da ponte pedonal sobre o Mira, um projeto avaliado em 1.280.000€, que providencia uma nova alternativa para unir as duas margens. O desenho da ponte, apoiada num pilar assimétrico que pousa sobre a margem esquerda do rio, é dito de *"(...)obra de arte, de formas arrojadas e dinâmicas, que vem conferir maior mobilidade entre as duas margens do Mira e também um traço de modernidade à vila.*[135]*"*. Tamanha descrição realça a importância da intervenção, não só no aspeto da mobilidade, mas como um novo marco para a vila.

A requalificação das margens teve em conta a criação de espaços de diferentes qualidades, com foco na intervenção da margem esquerda na qual se incluiu um parque de estacionamento a céu aberto, uma área ajardinada e mobiliário urbano para possibilitar sentar e ter refeições. Por sua vez, a margem direita possui piso duro, em calçada portuguesa e mais vegetação e sombreamento.

No Alentejo, sendo uma região em que as reservas de água são escassas e as temperaturas elevadas, potenciar os recursos hídricos torna-se óbvio, o que valida o planeamento executado, inclusive admitindo potencial para ampliar a intervenção e dinamizar ainda mais as margens do rio Mira.

132 Terrisirga, Territórios & Redes, Lda. *Estratégia Local de Habitação de Odemira,* 2021, p.71
133 *Ibidem,* p.71
134 Município de Odemira. "Odemira. Requalificação Urbana" *Odemira em notícia*, nº12 (2013), p.8
135 Ibidem, p.6



1 | Mercado Municipal de Odemira



2 | Antigo conjunto industrial



3 | Perspetiva sobre a ponte pedonal



4 | Área de intervenção nas margens do rio Mira

FIG. 47 | *Compilação imagens de Odemira*
Montagem do autor, 2024

A melhoria da atratividade do espaço público de Odemira trouxe benefícios para a prospeção da vila, uma imagem urbana mais cuidada e a melhoria na qualidade de vida dos seus cidadãos. Contudo, este bonito postal da vila não é suficiente para mascarar a problemática da habitação que tanto aqui, como em S. Teotónio, está num patamar severamente mais gravoso do que em V.N.Milfontes.

Dos dados já apresentados, verifica-se que a freguesia de S. Salvador e S. Maria é das mais afetadas pelo decréscimo populacional neste século. Em 2001, eram freguesias separadas e perfaziam 5865 habitantes. Volvidos 20 anos, e após e unificarem as freguesias, este valor reduziu-se para 3373 habitantes, menos 42.5% da população (consultar anexos).

Sendo uma freguesia menos apelativa ao turismo, o que não lhe permite capitalizar de alojamentos locais que reabilitem as propriedades privadas, e com uma das menores percentagens de habitação de uso sazonal (17.1%, consultar anexos), Odemira divide-se entre habitação para locais, habitação para imigrantes, e alojamentos vagos. Fazemos esta divisão entre grupos pois, como já demonstrado, as condições a que se sujeita a população imigrante é pior e isso é patente nas próprias fachadas das casas.

Percorrer o núcleo antigo e áreas consolidadas da vila revelou o estado de abandono e desinteresse por parte dos proprietários. A imagem urbana que em planta foi requalificada pela autarquia, nos alçados das habitações exibe graves patologias. Falamos de fendilhações, esmagamentos e desagregações nas fachadas, que se manifestam em infiltrações e até apodrecimentos de elementos estruturais no interior das habitações. Sucessivos edifícios de desenho característico alentejano, em cores branca e amarela/azul, deteriorados.

A distinção entre uma casa devoluta e uma casa ocupada por imigrantes faz-se apenas pelas roupas penduradas, ou janelas abertas. A ARU de Odemira oferece incentivos à reabilitação do património e o município inclusive adquiriu casas para recuperar[136]. Ainda assim, o alcance da sua intervenção, à data, mostrava-se curto.

Em V.N. Milfontes somos confortavelmente expostos à problemática, em Odemira sentimo-la na sua génese e, como veremos em São Teotónio, revoltamo-nos com o esquecimento que estas regiões atingiram.

136 Município de Odemira. "Município concretiza respostas na habitação" *Odemira em notícia,* nº33 (2023), p.10-11



FIG. 48 | *Compilação imagens de Odemira 2*
Montagem do autor, 2024

PONTO 3.3
SÃO TEOTÓNIO

São Teotónio é o último caso de estudo elaborado, naquela que é a maior freguesia do concelho e com uma longa tradição económica no setor agropastoril, que permanece até à atualidade[137].

Geograficamente, São Teotónio é afastada da orla costeira e do rio Mira e de topografia com poucas variações altimétricas. Em comparação com V.N.Milfontes ou Odemira, não beneficía de um próspero interesse turístico (possui apenas um hotel e dois alojamentos locais[138]), nem representa uma centralidade administrativa que atraia a si a população. Não obstante, é a freguesia que reúne mais habitantes: 8699 indivíduos, em grande parte devido à proximidade das produções agrícolas.

De acordo com a planta de ordenamento, São Teotónio parte de uma matriz densa no seu núcleo antigo, e cuja tripartição que vemos supõe que a sua expansão seria originalmente planeada para sul. Traçados posteriores determinaram o oposto, fazendo com que a vila crescesse para norte e poente e onde se consolidou uma grande parcela da mesma. A descontinuidade entre estes dois polos é clara, separados por áreas a consolidar e um extenso "verde urbano". O limite poente do perímetro urbano é colmatado por áreas industriais, onde se posicionam estabelecimentos relativos à indústria agropastoril.

A restante área a consolidar posiciona-se a sul e remata um dos traçados orientadores do núcleo antigo. As zonas de expansão, que hierarquicamente serão as últimas a ser consolidadas, colmatam os limites perimetrais a norte, nascente e sul.

A ausência de coesão urbana é particularmente sentida ao vaguear pela vila. O núcleo antigo distingue-se pelas suas ruas estreitas e sinuosas, mas ao atravessar uma das duas vias que se conectam às áreas consolidadas deparamo-nos com vazios urbanos e descuidados. Aqui predomina a vegetação eucaliptal densa e áreas de mato intransitáveis, que criam uma espécie de cortina que secciona a vila em duas partes.

137 Município de Odemira. "Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de São Teotónio: Memória Descritiva e Justificativa." *Divisão de Licenciamento e Gestão Territorial*, novembro 2020, p.7
138 *Ibidem*, p.20



FIG. 49 | *Planta de Ordenamento*
Plano Diretor Municipal, c/ edição do autor, 2024

A oferta de equipamentos em São Teotónio é a menor da amostra das três vilas visitadas, uma contradição face ao facto de ser a freguesia com maior população. No âmbito educacional, a vila é capacitada até ao ensino básico, mas não sem carências. São sucessivos os protestos devido à falta de funcionários, inclusive para *"português de língua não materna, num estabelecimento de ensino onde existe uma grande comunidade de alunos estrangeiros.*[139]*"*.

O mesmo se aplica quanto aos cuidados de saúde, em que os habitantes se queixam da falta de profissionais disponiveis. Durante a pandemia, o centro de saúde contava apenas com dois médicos, um a tempo inteiro e outro a tempo parcial[140], insuficiente para acudir em tempo razoável a demanda da população envelhecida.

São Teotónio possui um único parque urbano de dimensões significativas, e ao contrário de Odemira e V.N.Milfontes, em que os seus parques urbanos estão integrados nas áreas densificadas, este posiciona-se na perifería da vila. O próprio município reconhece "*alguma carência de espaços verdes de utilização coletiva com dimensão e funções adequadas à população residente, e com o ensombramento necessário ao conforto bioclimático.*[141]". Umas das justificações poderá prender-se à diminuta presença de recursos hídricos no espaço público, não tendo nem o rio Mira nem a orla costeira com *input* para que se criem espaços verdes públicos aptos para as vagas de calor.

A memória descritiva da ARU de São Teotónio compila numa análise SWOT as oportunidades e adversidades da vila, na qual percecionamos o desbalanceamento entre ambas. A descrição prestada até ao momento já seria indicativa desta conclusão, pela frágil coesão urbana, imagem pouco cuidada tanto do edificado como dos arruamentos, e menor acessibilidade a serviços essenciais. Os pontos fortes designados são:

"A proximidade a Odemira e Zambujeira do Mar, boa acessibilidade rodoviária, boa acessibilidade para transportes coletivos (Rede Expressos e Rodoviária do Alentejo) e uma comunidade local diversificada, dinâmica e participativa.[142]*"*.

139 Ferreira, Marta Candeias, e Marco Mariano. "Protesto de professores e funcionários encerra Escola Básica de São Teotónio". *Sic Notícias*, 26 de setembro de 2024. Consultado a 26 de setembro de 2024
140 Bernardo, Joaquim. "Falta de médicos revolta população de São Teotónio em Odemira." *Correio da Manhã*, 8 de fevereiro de 2020. Consultado a 26 de setembro de 2024
141 Município de Odemira. "Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de São Teotónio: Memória Descritiva e Justificativa." *Divisão de Licenciamento e Gestão Territorial*, novembro 2020, p.19
142 *Ibidem*, p.23

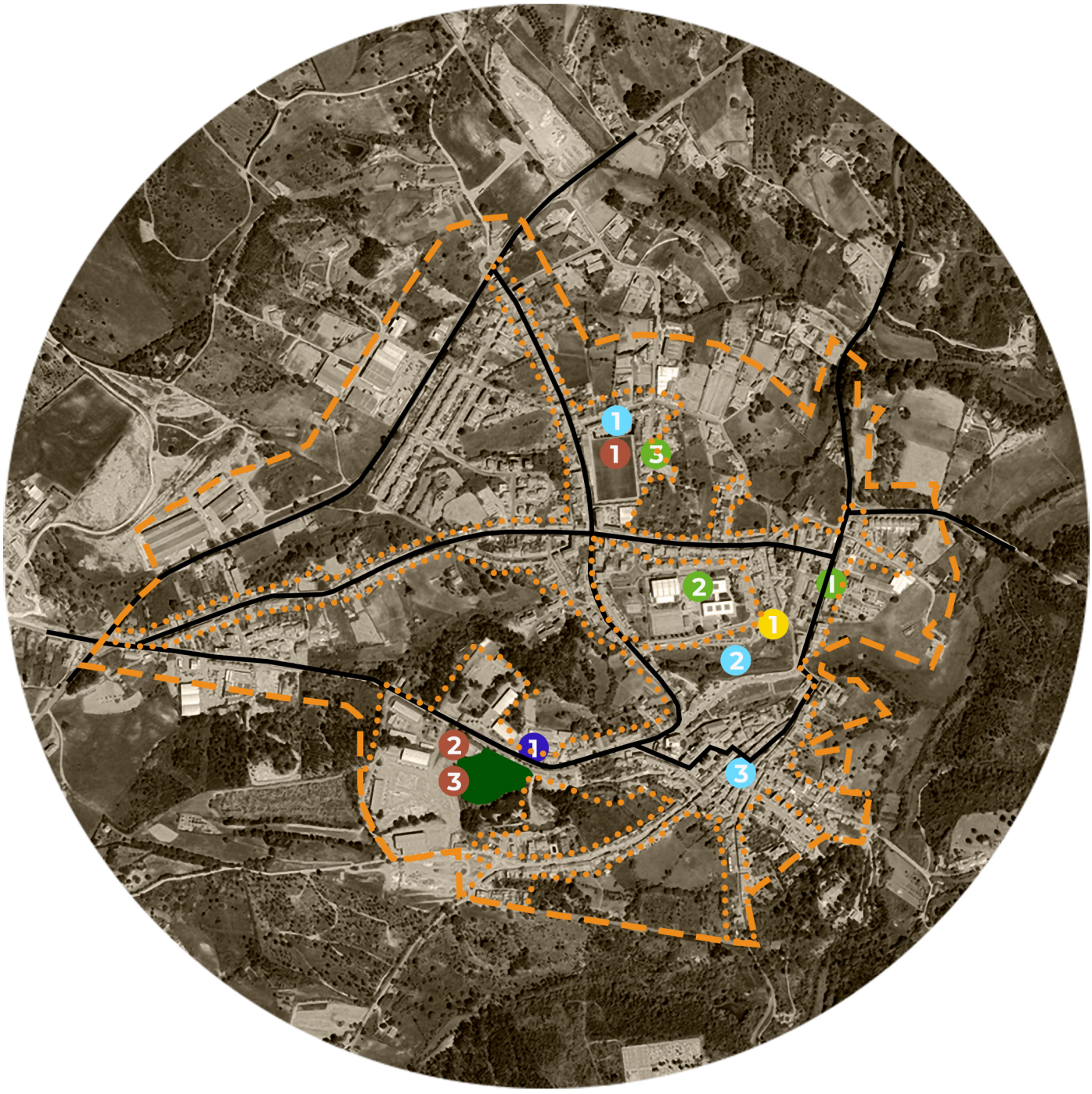


FIG. 50 | *Equipamentos e Intervenções*
ARU São Teotónio: Memória Descritiva e Justificativa, c/ edição do autor, 2024

Ora, estes pontos por si só carregam pouco valor. Estão imbuidos em subjetividade, ao enaltecer a comunidade local com adjetivos vagos, e os restantes argumentos mencionam a proximidade e acessibilidade a vilas com melhores condições em todo o espectro, o que coloca São Teotónio como uma paragem transitória.

Isso reverte-se na dotação do seu espaço público, que à data da visita, ainda não tinha sido alvo das intervenções urbanas constatadas nos exemplares anteriores. Falamos de um significativo desfasamento temporal, uma vez que as primeiras intervenções em Odemira constam no boletim municipal de outubro de 2011[143], e em Vila Nova de Milfontes são apresentadas em fase de conclusão no boletim de dezembro 2017[144]. Para S. Teotónio foi apresentada uma proposta no boletim de maio 2013, que incluia a requalificação do *"Parque Urbano de S. Teotónio, no vale entre a EB 2,3 e a variante a criar, com espaços ajardinados, equipamentos de lazer e ligações pedonais.*[145]*".* Porém, tal projeto não se concretizou, nem qualquer outro no núcleo antigo, que permanece desatualizado face aos progressos nas restantes vilas.

Hoje, encontramos uma freguesia que concentra a maior percentagem de população residente estrangeira (44.7%, consultar anexos) e o maior aumento populacional em valores absolutos. É também uma vila de perfil semelhante a Odemira: pouco atrativa ao turismo, com uma elevada percentagem de alojamentos vagos (18.1%, consultar anexos) e outros tantos que estão em mau estado de preservação, mas são ainda assim arrendados em sobrelotação a migrantes. Mas se em Odemira se recolhiam indicadores positivos do espaço público, em São Teotónio, como demonstra a figura 51, constatamos o oposto: um sistema de circulação automóvel conflitivo com a circulação pedonal, a desvalorização do cariz identitário do núcleo antigo, a falta de espaços verdes, a desordem no estacionamento automóvel e o desaparecimento do uso convivial e pessoal do espaço público.

Esta reticência para a ação em São Teotónio foi finalmente cessada em dezembro de 2021, com a apresentação de um novo projeto para a vila. Desta feita colocaram-se como objetivos o reforço da centralidade do núcleo antigo, a substituição das infraestruturas atuais e o investimento num novo espaço público verde[146].

143 Município de Odemira. "Odemira. Requalificação urbana já começou." *Odemira em notícia*, nº7 (2011), p.7–8

144 Município de Odemira. "Requalificação do núcleo ribeirinho e histórico de Vila Nova Milfontes" Odemira em notícia, nº23 (2017), p.6-7

145 Município de Odemira. "Município apresentou projetos de investimento em S. Teotónio." *Odemira em notícia*, nº12 (2013), p.6

146 "Reabilitação Urbana de São Teotónio". CM Odemira, 15 de dezembro de 2021. Consultado a 28 de setembro de 2024

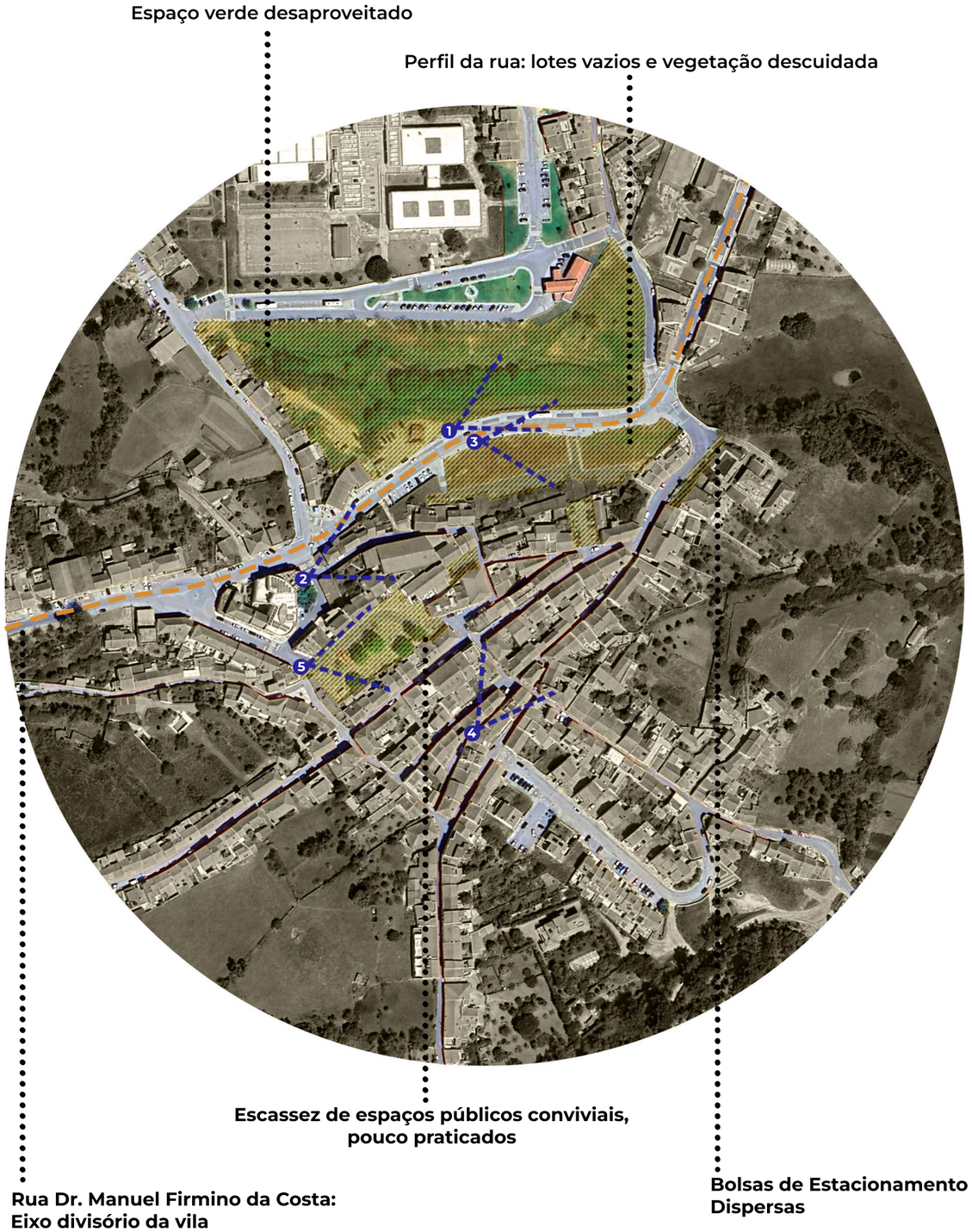


FIG. 51 | *São Teotónio, Atualidade*
Montagem do autor, 2024



1 | Perspetiva sobre a área verde, numa ligeira depressão



2 | Vista da Rua Sobreiras de Trás



3 | Perspetiva Rua Dr. Manuel Firmino da Costa. Lotes vazios, vegetação morta



4 | Perspetiva ruas do núcleo antigo



5 | Perspetiva Largo Gomes Freire. Principal espaço público da vila, excessivamente rodoviário

Conforme a figura 52 indica, a nova proposta, que pouco recupera da precedente de 2013, parte da afirmação da Rua Dr. Manuel Firmino Costa como eixo viário estruturante da vila. Esta estratégia visa qualificar o acesso à vila no eixo este-oeste, que se une à N120, e assim filtrar o trânsito pesado que trespassa a vila do trânsito leve que se ramifica pelas vias que afluem ao eixo principal.

O verde urbano a norte será reabilitado, ao qual será atribuido o nome de "Quinta do Baltazar". Prevê-se a requalificação das margens do ribeiro que aqui atravessa, o crescimento e reforço do pomar autótone local, a integração de uma galeria ripícola na margem do ribeiro e a criação de espaços de fruição no leito do mesmo.

Quanto ao núcleo antigo, à semelhança do ocorrido em Odemira e Vila Nova de Milfontes, a nível infraestrutural será criada uma rede independente para as águas pluviais, atualizada toda a rede de abastecimento de água e intervencionada a rede de águas residuais. Os pontos de recolha dos resíduos sólidos urbanos serão redefinidos, e o sistema de iluminação será uniformizado e melhorado.

As vias do núcleo antigo serão repavimentadas, e o alcatrão será removido em troca por calçada em pedra e placagem de pedra. A praça central será objeto de uma intervenção alargada. Pela ausência de locais de convívio, esta praça toma um protagonismo alargado, que até ao momento era severamente mal aproveitado. Com esta intervenção, o trânsito automóvel será redirecionado, e a praça será de uso exclusivo pedonal, o que trará benefícios para o comércio local e criará um digno espaço de convívio para a população. Como última medida, serão implantadas diversas bolsas de estacionamento, identificadas na fig 52, que servirão para uma melhor organização das viaturas ao invés do seu estacionamento nas vias do núcleo antigo.

Esta proposta serviu como segunda tentativa, e oriunda de 2021, à data da visita ao local ainda não se assistia a qualquer avanço, com a vila a permanecer cristalizada numa condição precária. De acordo com o boletim municipal referente a janeiro-março de 2024, *"Está em fase de contratação a Requalificação do Núcleo Antigo de São Teotónio e Jardim, no valor base de 6.149.162,28€"*[147], que vem *"(...)dar continuidade aos investimentos concretizados ao longo dos últimos anos, com as requalificações urbanas em Odemira, Vila Nova de Milfontes e Zambujeira do Mar (1ª fase).*[148]*"*.

147 Município de Odemira. "Requalificação urbana e novos equipamentos ao serviço das comunidades" *Odemira em notícia*, nº34 (2024), p.6
148 *Ibidem*, p.6





1 | Novo parque urbano “Quinta do Baltazar”



2 | Reabilitação do núcleo antigo



3 | Perspetiva da Rua Dr. Manuel Firmino da Costa



4 | Perspetiva do Largo Gomes Freire

A memória descritiva da ARU sugere que *"O grande afluxo de comunidades estrangeiras (da Europa de Leste e Ásia) para o trabalho agrícola, pela sua magnitude e pela sazonalidade do trabalho, pode criar grandes desafios de coesão social na comunidade;*[149]*"*. Não discordando dessa realidade, ao visitar a vila é inegável que o impasse por intervenções urgentes e a palpável exposição da pobreza e sobrelotação, colocam o ónus da questão no grupo-alvo errado. Á semelhança de El Ejido, São Teotónio tomou o papel de habitáculo das comunidades migrantes, liberalmente e sem critério.

Da visita ao local, percebe-se o quão sobrelotadas estão as casas pela imensidão de roupa que é colocada a secar nas varandas, nas ruas, nas fachadas, em todo o lado que dê para estender um fio. Avistam-se também roupas femininas, mesmo que a sua presença seja quase anónima no espaço público.

Fomos autorizados a entrar numa casa-térrea, composta por quatro quartos, uma instalação sanitária, uma divisão sala/cozinha e um pátio exterior. Em estimativa, a casa não teria mais de 70 m2 de área bruta de construção. A comunicação com os moradores era difícil, por não dominarem o inglês, mas foi-nos dito que ao todo viviam aqui 19 pessoas. Pudemos ver apenas um dos quartos e a sala. Esse quarto teria cerca de 9m2 e aí encontravam-se dois beliches, e nada mais. As suas roupas e pertences eram guardados em sacos, ou debaixo da cama. A cozinha era constituida por apenas quatro módulos de bancada, e tinha uma mesa, que não daria para mais de seis pessoas. Todo o espaço era deveras pequeno. O pátio exterior tinha muita roupa a secar, mas também dezenas de garrafões de água, um comportamento comum de se assistir em casas de migrantes (Fig.54).

Ora, esta casa era uma de muitas, que incognitamente alojam o volume migratório. Muitas das janelas são deixadas abertas, permitindo observar o seu interior, no qual os beliches se multiplicam. A invisibilidade de São Teotónio manifesta-se nos atrasos projetuais, na falta de condições habitacionais, na precariedade dos serviços. É invisível apenas para quem não conhece a realidade, não tem a exposição mediática que alcançam as grandes cidades litorais, mas tem um sentido de urgência superlativo.

149 Município de Odemira. "Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de São Teotónio: Memória Descritiva e Justificativa." *Divisão de Licenciamento e Gestão Territorial*, novembro 2020, p.23

Áreas habitação unifamiliar T4

Área bruta de construção | 83.85 m2
Habitantes | 19 pessoas
Pátio exterior | 28.85m2
Sala/cozinha | 13.15 m2
Quarto 1 | 9.00 m2
Quarto 2 | 6.40 m2
Quarto 3 | 7.55 m2
Quarto 4 | 10.90 m2
Instalação sanitária | 3.50 m2

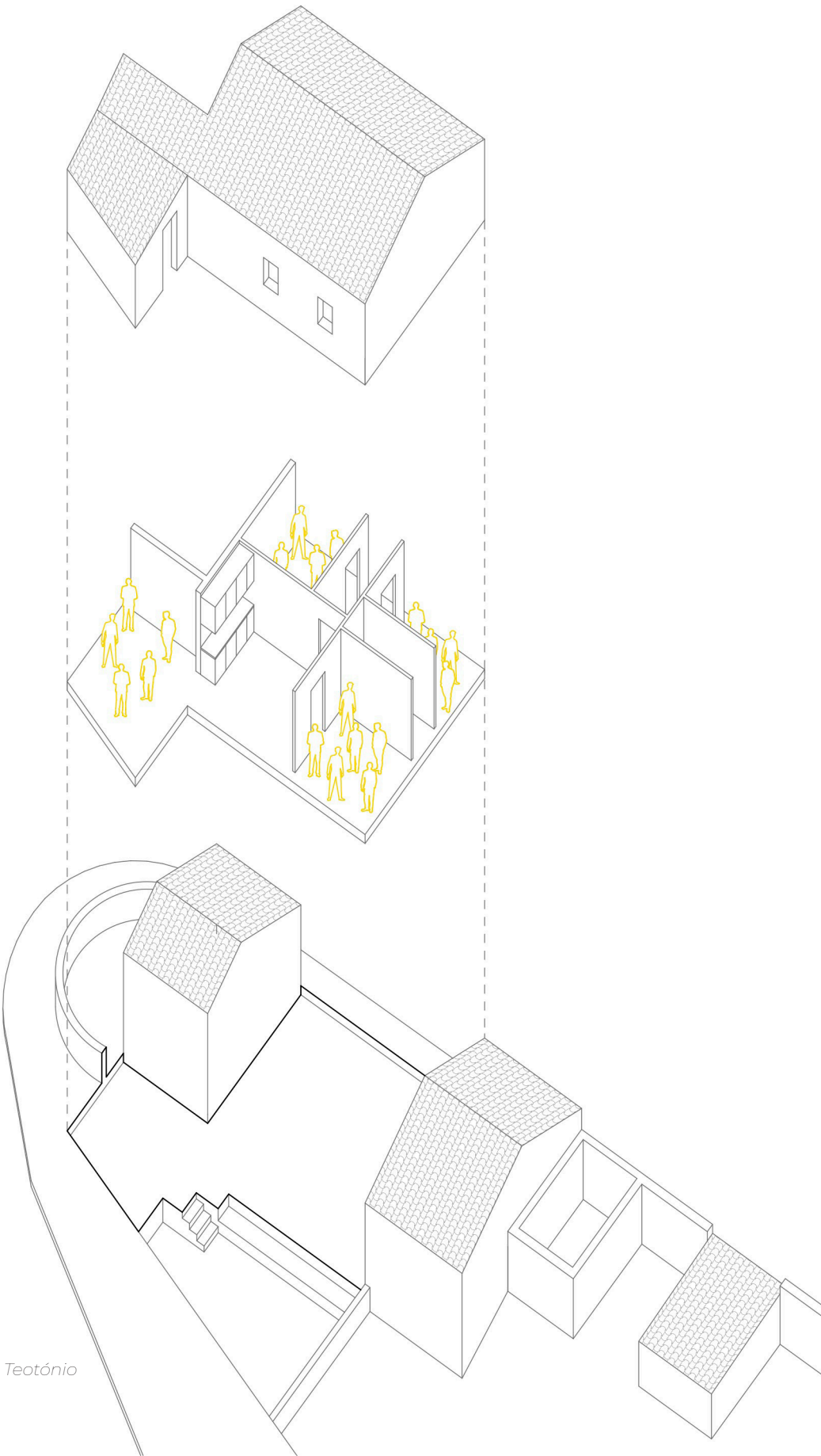


FIG. 53 | *Axonometria de habitação em São Teotónio*
Montagem do autor, 2024



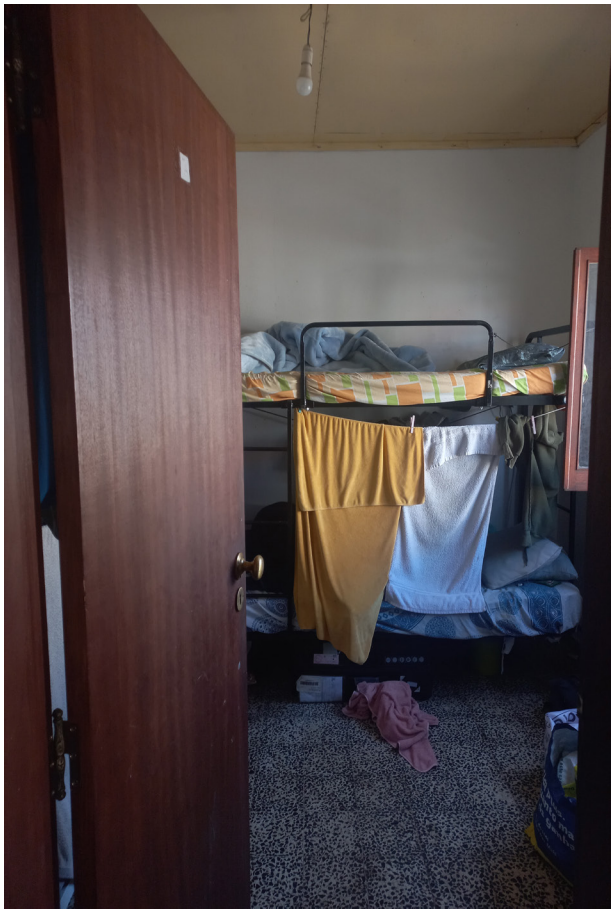






FIG. 54 | *Compilação fotografias São Teotónio*
Montagem do autor, 2024

CAPÍTULO IV
LINHAS ORIENTADORAS

Este capítulo quer dar um mote para a visão de futuro do município, refletindo sobre as opções estratégicas que foram tomadas quanto à gestão territorial, ao alargamento do acesso à habitação e serviços, e à melhoria da atratividade urbana.

O concelho reconhece o turismo e a agricultura como pilares fundamentais da sua economia, assentes sobre os solos do *Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentin*a, e respetiva jurisdição. São sabidos os conflitos de interesses entre os dois setores, um extrai os recursos naturais que o outro usa para capitalizar. Este binómio requer uma gestão autárquica firme, atenta aos possíveis excessos da parte dos agronegócios, seja nas estufas que se implantam fora do *Perímetro de Rega do Mira*, ou nas IATAs construídas ilegalmente para albergar mais trabalhadores[150].

A intenção de equidade demográfica apresentada na ELH implica alocar a maior parcela do financiamento aprovado para a construção de 974 fogos em loteamentos de freguesias do interior. Falamos em realojar 2113 pessoas, mais do que a população de nove freguesias. Para os restantes 780 cidadãos identificados, a sua maioria imigrantes a viver em condições indignas, seja em quintas ou em locais desadequados, propôs-se a sua integração em zonas consolidadas. Como explica a própria ELH[151], não se prevê que esta população se fixe em território nacional, e tendo em conta as suas necessidades a médio prazo, optou-se por beneficiar a sua proximidade às produções agrícolas.

A melhoria da atratividade urbana é retratada nos casos de estudo anteriores. Na última década Vila Nova de Milfontes e Odemira melhoraram substancialmente a qualidade dos seus espaços públicos, com a importação de conceitos de mobilidade suave e pedonalização das vias. Os núcleos históricos foram recuperados, criaram-se espaços verdes com mobiliário urbano para todas as idades. Notou-se que o mar ou rio serviram como um fator de referência na contribuição para o espaço público. A apropriação dada pela população a estas intervenções verifica o seu sucesso, mas também comprova a latência do município para a ação em São Teotónio, possivelmente a freguesia que justifica maior atenção.

150 Lusa. "Odemira quer agir judicialmente para acabar com alojamentos temporários ilegais". *Público*, 24 de julho de 2023. Consultado a 1 de novembro de 2024

151 Terrisirga, Territórios & Redes, Lda. *Estratégia Local de Habitação de Odemira,* 2021, p.62

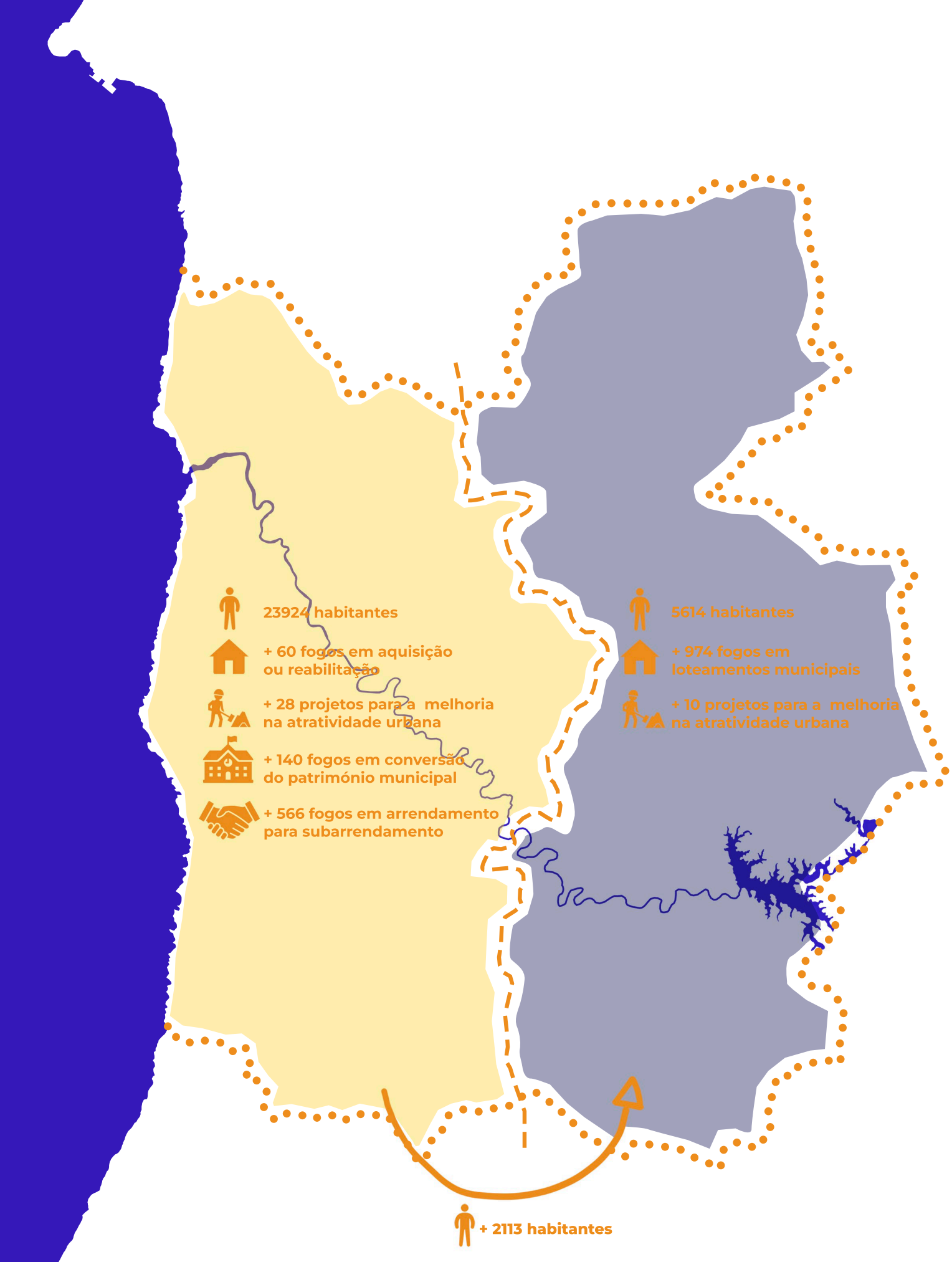


FIG. 55 | *Estratégias aplicadas em Odemira*
Montagem do autor, 2024

Não obstante, muitos são os aspetos que nos levam a inquirir o plano proposto. A estratégia de transferência da população estabelecida nas grandes freguesias litorais para as interiores coloca uma série de entraves. Desde já, a disrupção dos seus seios sociais e distanciamento laboral, o que implicará grandes deslocações e despesas inerentes. O intuito seria a dinamização das freguesias interiores, no entanto falha em perceber o seu fluxo contra-corrente, ao dispersar os cidadãos das freguesias para as quais estes, voluntariamente, se mudaram. Como exposto no início da dissertação, os êxodos populacionais justificam-se pela procura de melhores condições, mais oportunidades. Contudo, que resultados podemos prever se não se estimula o tecido empresarial do interior e se deslocam para aqui milhares de pessoas?

A acrescentar, este plano teria que ser munido de um reforço do corpo laboral nos equipamentos disponibilizados, uma vez que a dispersão da população originará mais polémicas semelhantes às relatadas em São Teotónio, com a falta de profissionais nas áreas da saúde e educação. De igual modo, a figura 56 exibe a reduzida cadência de transportes disponibilizados no concelho. A *Rodoviária do Alentejo* serve como principal elo de ligação entre localidades, com particular ênfase na conexão a Odemira. No estado atual, o serviço será provavelmente ineficiente para suprir a conexão interior-litoral, o que implica ou um reforço do mesmo, ou uma alternativa viável. Para parte da população imigrante com perspetivas de longo prazo este é um ponto crucial, pelos longos itenerários exigidos que inclusive implicarão transbordo em Odemira para aceder ao destino de desejo. Para a autarquia e AHSA o tema não é novidade, inclusive estando em prática um estudo para averiguar *"Quais são os fluxos de mão de obra ou de particulares que não estão a ver a sua necessidade de transporte resolvida.*[152]". Resta saber se esse estudo terá em conta a restruturação demográfica discutida, ou se ficará rapidamente desatualizado.

Ainda sobre o tópico da habitação, apesar de reconhecermos a tremenda pressão aplicada para a urgência de respostas por parte da autarquia, a ELH elaborada não escapa sem se aparentar ausente de soluções convictas para a problemática a longo prazo. A solução de "1 casa = 1 agregado" salvaguarda as pessoas inquiridas no primeiro levantamento de carências habitacionais, No entanto, naquele que é um processo prolongado de adjudicação dos projetos, licenciamento, projeto de execução, obra e respetivos entraves, é evidente que aquando da distribuição das habitações, outros tantos cidadãos se encontrarão em condições precárias.

152 Rodrigues, Elizabete. "Câmara de Odemira e Associação de Horticultores estudam como melhorar a rede de transportes". *Sul Informação*, 20 de julho de 2024. Consultado a 1 de novembro de 2024

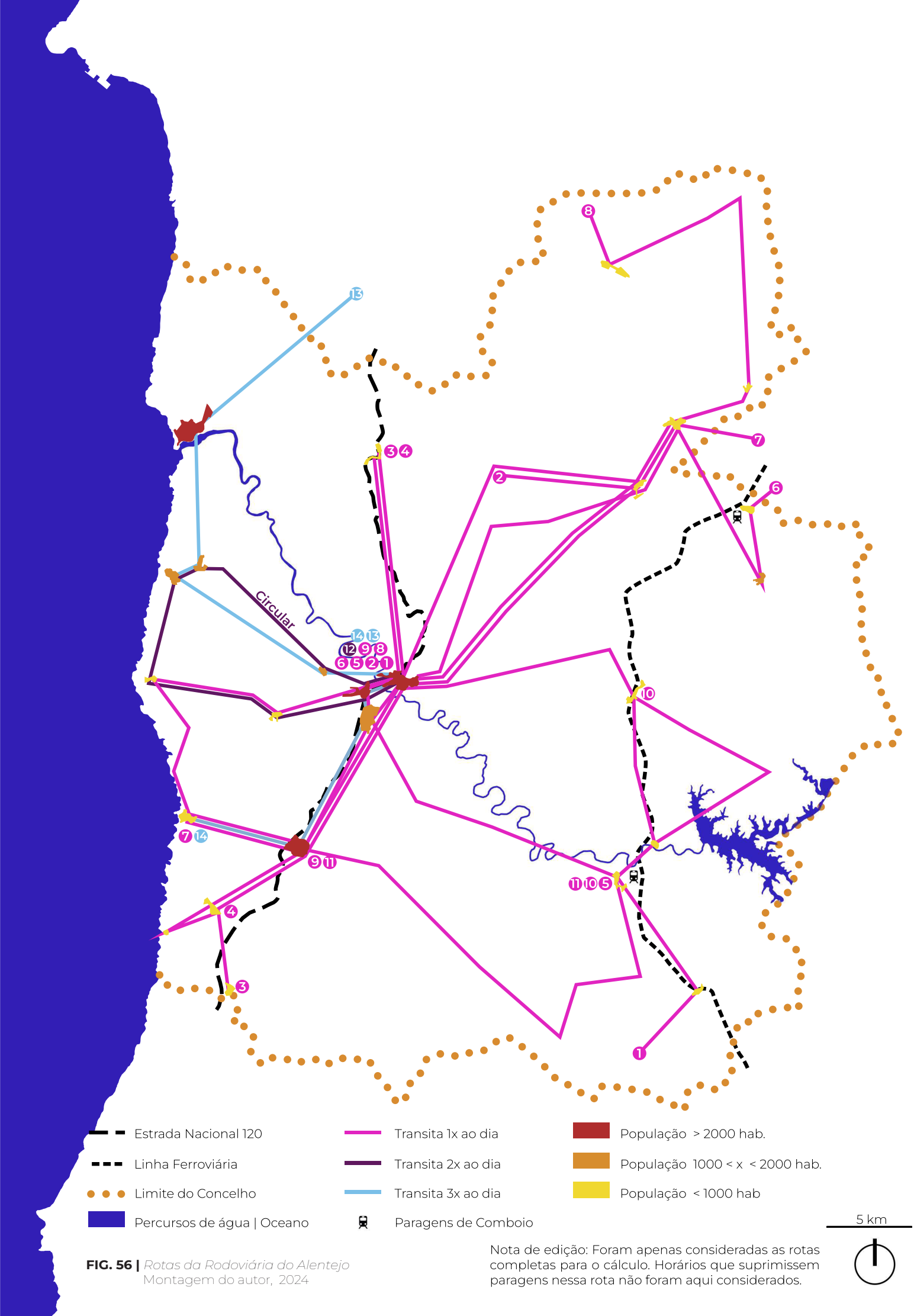


FIG. 56 | *Rotas da Rodoviária do Alentejo*
Montagem do autor, 2024

Nota de edição: Foram apenas consideradas as rotas completas para o cálculo. Horários que suprimissem paragens nessa rota não foram aqui considerados.

Portanto, nem o cerne da questão é colmatado, dado que a afluência de população imigrante permanece, nem é proposto um excedente habitacional que estanque futuras famílias em condições de insalubridade e sobrelotação semelhantes.

Com os recursos disponibilizados, que teriam uma capacidade transformadora sobre o território, incumbia-se uma visão de longo prazo, incentivadora da economia local e que se pudesse desvincular da pressão externa dos agronegócios. A ambição da ELH é limitada a colmatar a gravosidade da falta de habitação. Exporadicamente, identificam-se tentativas de captação de população ativa e qualificada, mas sem o estímulo do tecido empresarial, torna-se impossível fixar estes indivíduos.

O ónus da questão vai além de Odemira, ou até do Alentejo Litoral, mas recai sobre a atratividade do sul e interior nacional. O contínuo desinvestimento e decréscimo populacional coloca estes distritos em desvantagem competitiva, que toma proporções exponenciais no alargamento do fosso para os distritos litorais de Braga a Setúbal. Para muitos destes concelhos o refúgio está no setor turístico, em Odemira acrescenta-se a agricultura, mas em comum têm a extração: dos solos, da habitação, dos direitos humanos e laborais. Veja-se o exemplo da Comporta, apenas a alguns quilómetros de Odemira. Aqui, a especulação imobiliária disparou, pela estratégica campanha direcionada ao turismo de luxo[153]. Muitas são as similaridades com Odemira, desde a incremental procura turística, a respetiva importação de mão-de-obra estrangeira para o setor, não acompanhados das devidas políticas de planeamento urbano. O resultado não é muito divergente: habitação a preços inacessíveis para quem se queira aqui fixar, partilha de quartos e lacunas de serviços.

Não existem respostas garantidas para equilibrar a balança, mas uma das alternativas que tem ganho destaque na esfera pública nos recentes anos é a descentralização do poder e maior autonomia dos governos locais. De acordo com Filipe Teles, cada Estado é governante do seu território, enquanto poder central. As subdivisões desse território em parcelas menores corresponderá a novas jurisdições, naquilo que é uma governação por estratos. Para o caso português, o autor considera termos dois níveis de jurisdição, o nacional e o local, sendo que o local se divide entre freguesias e municípios[154].

153 Ramos, Amélia Moura, et al. "O dinheiro é que mais ordena, Grândola". *SIC Notícias*, 17 de outubro de 2024. Consultado a 3 de novembro de 2024

154 Teles, Filipe. *Descentralização e Poder Local em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021, p.32

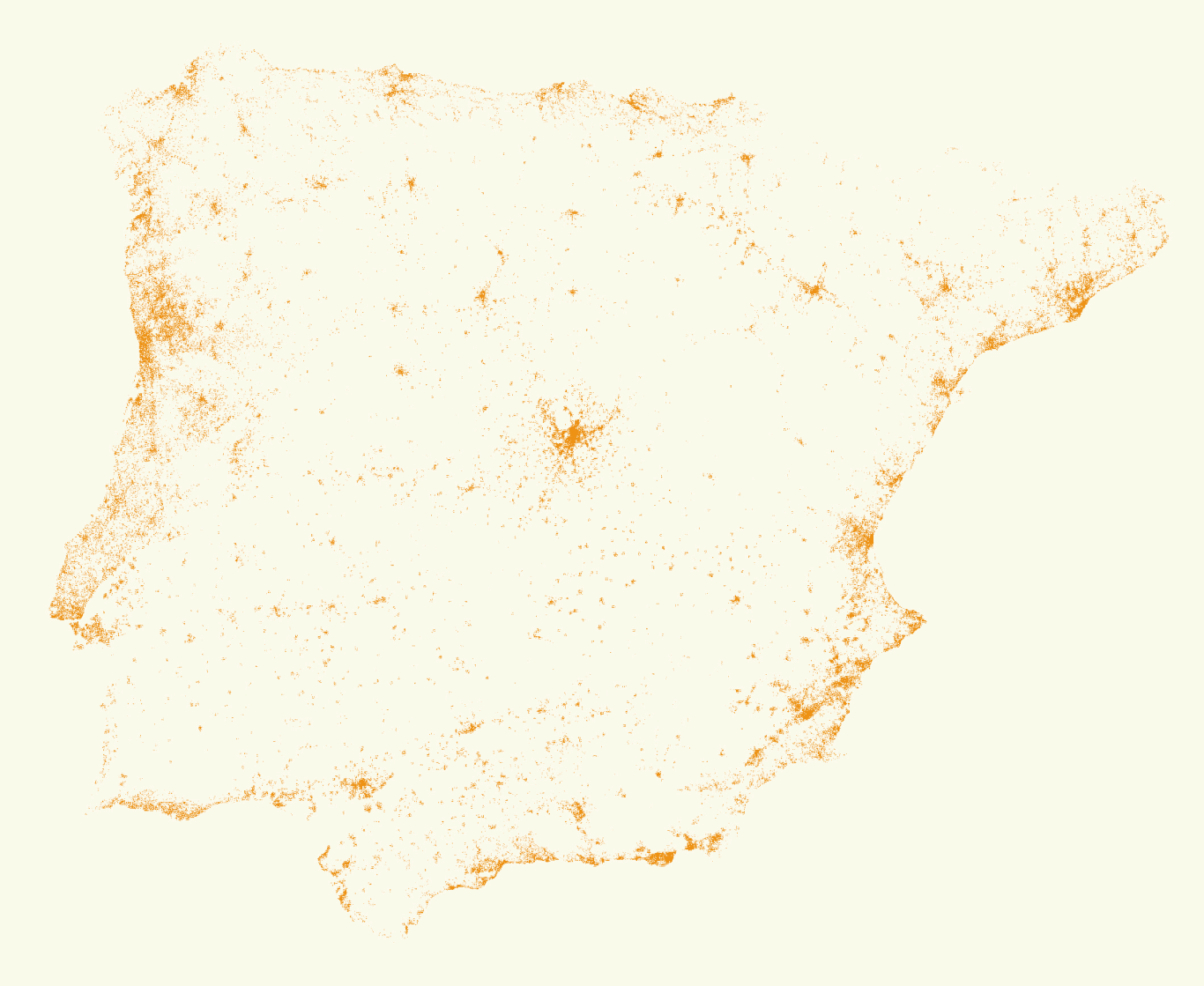


FIG. 57 | *Concentração populacional na Península Ibérica*
© Milos Popovic, com edição do autor, 2024

O que é aqui discutível é a manifesta dependência da ação do poder central para se executar a diferença nos territórios menores. Odemira reúne um quadro imenso destes sintomas, seja pela sua menor visibilidade, pela menor oportunidade de dividendos políticos, ou porque apesar da problemática, não deixa de ser um concelho com menos de 30 mil habitantes[155]. As políticas centralizadoras tenderão a priorizar territórios mais densificados, e as autarquias menores não reúnem condições para a mudança do paradigma, mesmo após a injeção de capital permitida pelo PRR: *"Com fundos comunitários, os municípios portugueses são meros implementadores. Sem fundos, são insignificantes.*[156]*"*.

Ao longo desta dissertação destacámos alguns trechos comprovativos do apelo ao poder central e da incapacidade de ação do poder local, que remete ao *1º Direito* como sua (insuficiente) ferramenta de ação. Apesar de tudo, a NGPH traz alguns progressos neste âmbito, pela responsabilização dos municípios em criar uma ELH para aceder aos fundos do PRR. Só desta forma foi possível termos acesso às estatísticas da população odemirense, servindo como uma ferramenta útil para identificar as debilidades locais.

A capacidade de atração do município é exemplificada na figura 58. O programa Odemira Reabilita pretende incentivar a reabilitação do património edificado, mas também convidar nova população para o concelho. No entanto, os maiores benefícios a nível financeiro são aplicáveis a todas as zonas ARU em território nacional, o que novamente invisibiliza os territórios menores. Posto isto, o que aqui sugerimos pensar é, num contexto que vai bastante além da arquitetura *per se*, que linhas orientadoras se podem tomar que capacitem o futuro destes municípios?

A proximidade da autarquia à população é por si só uma vantagem, por permitir uma melhor perceção da realidade local, imputar os líderes autárquicos para a ação e aumentar a participação dos cidadãos nas decisões e fiscalização dos executivos[157]. Originaria inclusive um efeito competitivo a nível subnacional, ao dar aos municípios a capacidade de implementar políticas públicas direcionadas a atraír pessoas e empresas[158].

155 *"Acresce o facto de mais de metade da população portuguesa ser residente em apenas 10% dos municípios, ou, igualmente relevante, 75% da população residir em 25% dos municípios."*, In Teles, Filipe. *Descentralização e Poder Local em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021, p.24
156 *Ibidem,* p.19
157 *Ibidem*, p.36
158 *Ibidem*, p.39

ODEMIRA REABILITA
PROGRAMA DE INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA

INCENTIVOS NACIONAIS

- REDUÇÃO DO IVA PARA 6% EM OBRAS DE REABILITAÇÃO
- ISENÇÃO/REDUÇÃO DO IMI
- ISENÇÃO DO IMT
- CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO PARA REABILITAÇÃO - IFRRU 2020
- PROGRAMA *REABILITAR PARA ARRENDAR*

INCENTIVOS LOCAIS

- GABINETE DE APOIO À REABILITAÇÃO URBANA
- PRIORIDADE DOS PROCESSOS DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS
- ADEQUAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DOS PROCESSOS DE ARQUITETURA E ESPECIALIDADES
- PRÉMIO DE REABILITAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA
- ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS PARA OPERAÇÕES URBANÍSTICAS
- APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO NO ÂMBITO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS

FIG. 58 | *Incentivos à Reabilitação Urbana de Odemira*
Fonte ELH Odemira, montagem do autor, 2024

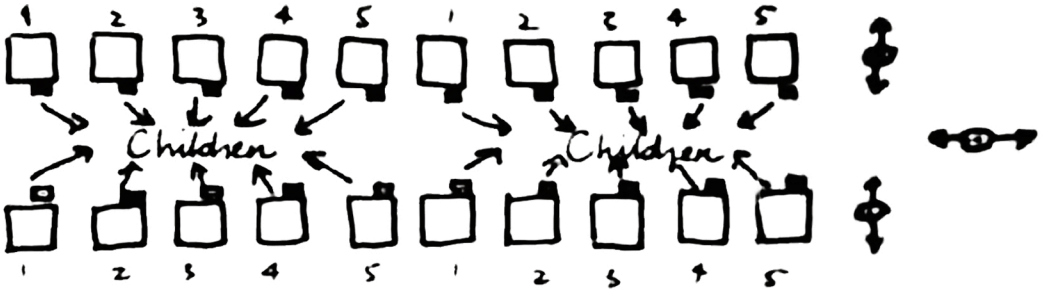
Esta proposta visa combater as assimetrias de coesão territorial que já sublinhámos, mas também dotar os municípios de capacidade de ação, para que os próprios possam tomar medidas concretas sobre problemáticas crescentes antes que estas atinjam proporções inoperáveis à escala municipal.

Em matéria de urbanismo, as medidas que propomos seriam uma evolução do que se pratica em Odemira. O tema da integração deverá ser intergeracional, como tal, defendemos a aproximação entre as crianças para motivar à interação e descoberta das diferenças e semelhanças entre elas. É uma preocupação que recorda os pensamentos de Alison e Peter Smithson, que nos seus textos incluiam o despertar para a *"vida nas ruas*[159]*"*, e que aqui recuperamos como referência para o despertar comunitário. A conceção formal de *"street-in-the-air"* que o casal de arquitetos apresentou foi abandonada, mas o intuito de criar espaços seguros que sirvam como primeiro ponto de contacto entre as crianças e o mundo exterior é ainda bastante válido. Espaços como a escola, parques públicos infantis e áreas ajardinadas podem potenciar a aproximação entre famílias locais e famílias imigrantes, e fortalecer as comunidades. Esse sentimento ficou latente em Vila Nova de Milfontes, no jardim público do novo terminal rodoviário. O jardim é equipado com mobilário desportivo, parque infantil, um pequeno percurso de água e zonas de descanso variadas, com exposição ao sol ou à sombra. O jardim serve as habitações que o ladeiam enquanto espaço de encontro e no qual denotámos o seu frequente uso por todas as faixas etárias, e tanto da população local como imigrante.

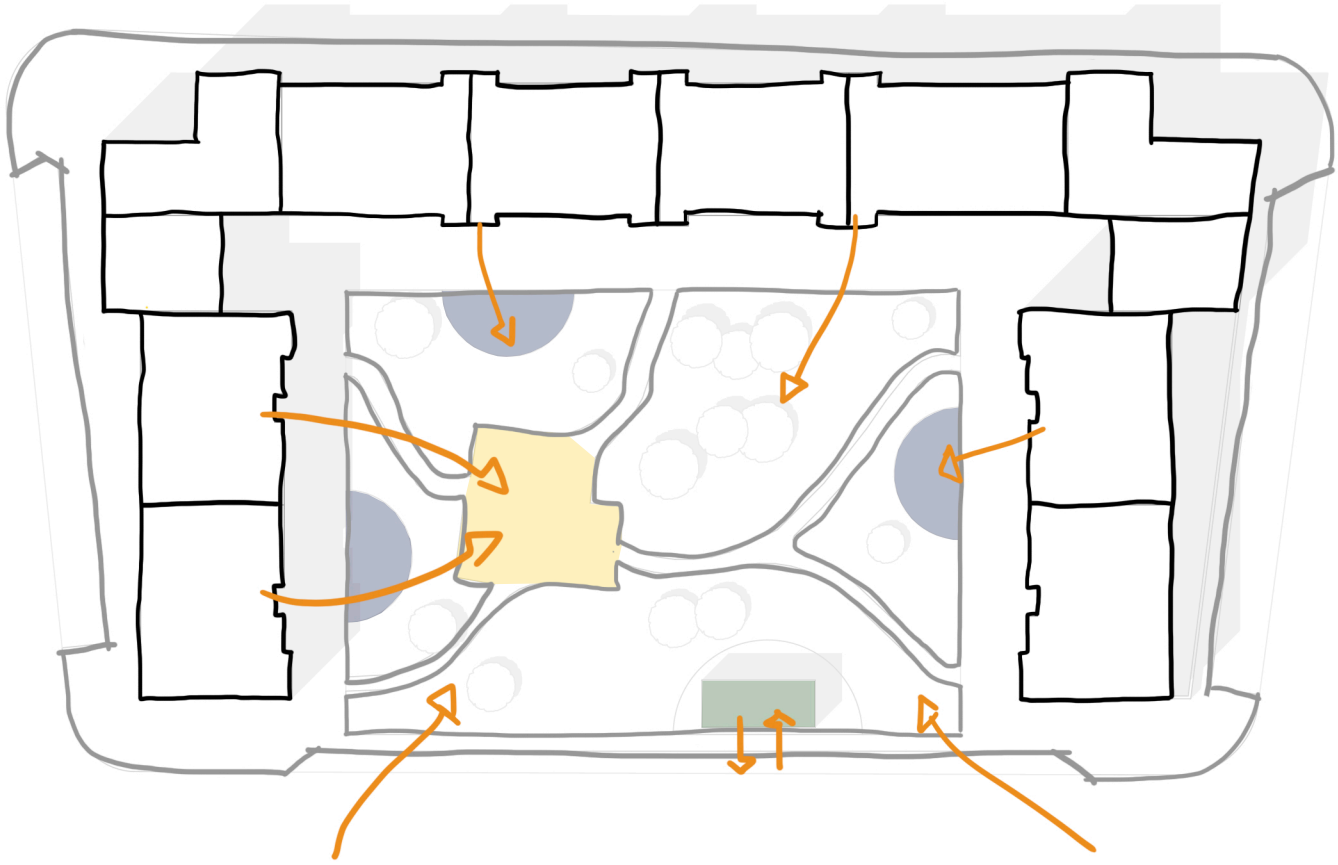
Relativamente ao debate da habitação, considera-se que Odemira não lida com falta de casas, mas sim com a sua indisponibilidade no mercado. O concelho já foi lar de 44 mil habitantes, em 1960[160]. Como vimos, muitas foram deixadas em situação ruinosa, e hoje são elementos excluídos do parque habitacional. Acreditamos que a autarquia deveria capacitar mais a intervenção na reabilitação destas propriedades, o que traria o duplo benefício de disponibilizar mais habitação e harmonizar a sua imagem urbana. O *1º Direito*, e outros instrumentos da NGPH como o programa *Reabilitar Para Arrendar* providenciam alternativas, mas a falta de atendimento personalizado dificulta o alcance aos proprietários.

159 Smithson, Alisson, e Peter Smithson. *Urban structuring: studies of Alison & Peter Smithson.* Londres: Studio Vista, 1967, p.10

160 Comissão Local Para a Interculturalidade. ODEMIRA INTEGRA_3G, Plano Municipal para a Integração de Migrantes, 2022, p.17



Desenho de Alison e Peter Smithson, *Urban Structuring*, 1967.
A idealização das ruas livres de carros, onde as pessoas pudessem caminhar livremente e desfrutar. Um cenário que priorizava a segurança e bem-estar das crianças.



Parque infantil

Mobiliário urbano para a prática desportiva

Novo Terminal rodoviário

As atualizações ao jardim do Pinhal do Moinho em V.N.Milfontes são um exemplo a replicar. Serve a população da habitação circundante, mas é também a principal porta de entrada para a vila devido ao terminal rodoviário. É equipado para todas idades, ao possuir um parque infantil e equipamento para a prática deportiva. As árvores de porte médio oferecem sombra para salvaguardar do clima alentejano. *O cruzar das pessoas é potenciado.*

FIG. 59 | *Jardim do Pinhal do Moinho*
Montagem do autor, 2024

Efetivamente, ao longo de toda a investigação identifica-se a falta de meios e colaboradores como uma constante sem correção. Em conversa com Isabel Palma, vereadora da Câmara Municipal de Odemira, o seu depoimento prestou-se elucidativo[161]. O financiamento a fundo perdido do PRR até 2026 teria um efeito transformador no território, se assim fosse possível a sua aplicação plena. Contudo, a previsão apontada pela vereadora ronda os 20 a 25 milhões, um aproveitamento de 23 a 29% do empréstimo inicial admitido pelo IHRU.

Estes fundos foram distribuidos, mas a urgência para a ação não proporcionou a devida formação nem o *know-how* que capacitasse as equipas para a otimização dos processos. Segunda a própria, a autarquia usufruia de um orçamento anual a rondar os 40 milhões, e subitamente teve à sua disposição 85 milhões destinados para a habitação e que serão monitorizados pelo IHRU. Além da falta de técnicos para os departamentos autárquicos, dá-se ainda a falta de mão-de-obra para a construção civil. A alocação do PRR a nível nacional exponenciou a demanda pelo setor, o que por si só atrasou ainda mais as ambições da ELH de Odemira.

Em última instância, aquela que já era uma ELH com uma visão de futuro insuficiente para Odemira, ficou comprometida pela gestão morosa dos fundos do PRR. Dos 2964 cidadãos identificados por carências habitacionais, só uma ínfima parte terá acesso a melhores condições.

A gestão dificultada do PRR em Odemira não é exclusiva, e revela-se sintomática de uma corrida desigual entre municípios. As assimetrias do território nacional são perpétuadas também no acesso aos apoios para a habitação, e aqueles mais eficazes a aplicar o seu programa para o *1º Direito* são os litorais, com destaque para Setúbal, Lisboa e Norte[162]. O PRR não será o solucionador das desigualdades territoriais, porventura acentuará ainda mais este fenómeno, para o qual não basta a injeção de capital. Requer a reorganização do poder das hierarquias governamentais, a simplificação de processos, e a capacitação da competitividade e atratividade para territórios que de outra forma, ficarão para trás e sujeitos ao abandono eminente, ou a dinâmicas exploratórias.

Nas palavras de Sílvia Jorge, *"(...) o caminho até agora percorrido [na aplicação do PRR] contraria, por um lado, a abordagem integrada, descentralizada e participada em que assenta o 1º Direito e o próprio PRR, por outro, agrava as desigualdades e assimetrias que pautam um país plural.*[163]*"*.

161 Conversa no âmbito do *Curso de Estudos Avançados em Território,* a 29 de novembro de 2024

162 Pinto, Luísa. "Municípios mais pobres com dificuldades em aceder ao dinheiro do PRR". *Público*, 30 de abril de 2023. Consultado a 16 de novembro de 2024.

163 *Ibidem*



FIG. 60 | *Mulher a caminhar por São Teotónio*
© Sílvia Leiria Viegas, 2023

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação iniciou com o propósito de materializar um contributo, enquanto profissionais em arquitetura, para a falta de habitação em Odemira. Com o seu decorrer, tudo isso se tornou implausível. O caso de estudo insere-se a uma profundidade que atravessa múltiplos estratos, e a investigação sucessiva de cada um não só dificulta a resposta como se bifurca em novas dúvidas para as quais as nossas competências unidisciplinares são manifestamente curtas.

Visitar Odemira é visitar uma região sobrevivente ao desfalque populacional que atingiu o sul e interior nacional, e que encontrou na agricultura intensiva e turismo os meios para o seu crescimento económico. Dito isto, a melhoria dos indicadores económicos não são sinónimo de melhoria da qualidade de vida dos seus envolvidos. Esta região reúne condições climáticas vantajosas para a atividade hortofrutícola, mas a competição com mercados menos regulados, onde o oportunismo e a exploração da mão-de-obra são facilitados, exige que se adoptem estratégias extremas por cá. Estrangeiros são seduzidos a hipotecar as suas poupanças para emigrar para Portugal, alçados por redes de tráfico humano que capturam os rendimentos dos seus turnos laborais.

Os fluxos migratórios tiveram manifestações bastante distintas de freguesia para freguesia. Enquanto que o interior pouco beneficiou deste aumento populacional, as freguesias litorais depararam-se com uma séria sobrecarga, para a qual nem os poderes locais, nem o mercado habitacional estavam preparados. A sobrelotação e a insalubridade vincularam-se como a normalidade odemirense, mas enquanto que Vila Nova de Milfontes é capaz de mascarar e até condicionar esta problemática, e a vila de Odemira distancia-se das produções agrícolas, São Teotónio serve de exemplo prático de um território invisível, apesar de ser a freguesia mais populosa. O seu papel enquanto vila "dormitório" atingiu 45% de população estrangeira e com a pouca capacitação por parte das autoridades competentes, este território mostra em toda a linha carências na prestação de condições dignas aos cidadãos.

Face ao mediatismo que circundou a região após as cercas sanitárias de 2021, implicaram-se respostas, tanto da parte do governo como do município. Esta era a oportunidade para Odemira restruturar o seu tecido urbano e empresarial, diversificar os seus setores de atividade e zelar pelo futuro do *Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina*.

Estas tarefas são de uma enorme magnitude, e além do investimento avultado, a prevenção e planeamento a esta escala exigem a cooperação das autoridades locais e centrais. Todavia, as soluções apresentadas mostraram-se pouco ambiciosas e inconsequentes em vários tópicos. Referimo-nos à aplicação do *1º Direito* que tardará em ser concluída, e pressupõe a descolação de milhares de pessoas para novas localidades para as quais o acesso a saúde, educação e postos de trabalho serão dificultados; ao desalinhamento entre o programa habitacional e a estratégia para a melhoria da atratividade urbana, que concentra nas três principais freguesias a maioria das propostas; à carência de transportes públicos que serão com esta abordagem ainda mais essenciais; ao interregno até 2029 permitido às IATAs nas explorações agrícolas, enquanto se aguarda por uma solução do grupo de trabalho destacado para a respetiva integração dos trabalhadores alojados nas quintas.

No nosso entender, deu-se uma mera distribuição dos fundos para a aquisição e reabilitação de propriedades com o propósito de remover da condição de sobrelotação os cidadãos identificados até à data. Nada disto se foca na raíz do problema, e a sucessão de outros milhares de trabalhadores imigrantes apenas levará à repetição do fenómeno.

Quando olhamos a El Ejido, um caso mais gravoso, verificamos a destruição da paisagem e drenagem dos recursos naturais, a monopolização da cidade pelo setor agrícola, e os prementes conflitos sociais. Apesar deste não ser o ponto de situação de Odemira, o enquadramento é análogo. Já se configuram tensões entre as comunidades locais e imigrantes e a notória disparidade demográfica de géneros gera constrangimentos.

Em suma, e de retorno ao início, a utilidade de um arquiteto em Odemira não está em processar licenciamentos. Nas palavras de Montaner e Muxí, o arquiteto deverá ser um técnico ao serviço da sociedade[164]. Em Odemira, é um elemento ativo de um esforço multidisciplinar e participativo, que requer mais do que implantar habitações. Para tal, exige-se o compromisso político e a colaboração de mais entidades, tais como as universidades, plenas de conhecimento e vontade em auxiliar naquilo que será uma das problemáticas centrais do século XXI. Esta dissertação não produz soluções, mas realiza um exercício de reconhecimento, quantificação e mapeamento do problema, que serve de início a algo mais no futuro, seja pelas nossas mãos ou de outrem, em que se aproxime a comunidade académica das urgências e necessidades dos vários territórios e faça dela uma ferramenta para a procura do bem comum.

164 Montaner, Josep Maria, e Zaida Muxi. Arquitectura Y Política. Ensaios Para Mundos Alternativos. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2011, p.38

REFERÊNCIAS

PUBLICAÇÕES

Brenner, Neil. *New Urban Spaces*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

Domingues, Álvaro. *Vida no Campo*. Porto: Dafne Editora, 2011.

Esteves, Alina et al. "Habitação, imigração e integração sócio-territorial: notas e reflexões a partir do caso da região do Algarve" In *Migrações na Europa e em Portugal. Ensaios de Homenagem a Maria Ioannis Baganha.* Coimbra: Edições Almedina, 2013, p. 123-158

Godin, Jean-Baptiste André. *Solutions Sociales.* Bruxelas: Le Chevalier et Guillaumin & Cie éditeurs, 1871

Fernandes, João Luís Jesus, e Carolina Davide Alves. "Entre a Harmonia e o Conflito Territorial: A Nova Ruralidade Portuguesa". *Boletim Goiano de Geografia* Vol. 35, n.º 1 (2015). p. 1-20
Disponível em: https://doi.org/10.5216/bgg.v35i1.35481

Fonseca, Maria Lucinda, Alina Esteves e Luís Moreno. "Migration and the Reconfiguration of Rural Places: The Accommodation of Difference in Odemira, Portugal". *Population, Space and Place* Vol. 27, nº8 (2021).
Disponível em: https://doi.org/10.1002/psp.2445

Fonseca, Maria Lucinda, Jennifer McGarrigle e Alina Esteves. "Neighbourhood Integration in European Multi-Ethnic Cities. Evidence From the Geitonies Project". *Finisterra* Vol. 48, n.º 96 (2013). p. 7-16

Fourier, Charles. *El Falansterio (textos selectos)*. Ediciones Godot Argentina, 2008.

Gaspar, Jorge. "O retorno da paisagem à geografia. Apontamentos místicos". *Finisterra* Vol. 36, n.º 72 (2001). p. 83-99
Disponível em: https://doi.org/10.18055/finis1624

Jorge, Sílvia. "A Alavanca do 1º Direito: Um Olhar Sobre a Primeira Geração de Estratégias Locais de Habitação". *Finisterra* Vol. 57, n.º 119 (2022).
p. 109–128.
Disponível em: https://doi.org/10.18055/Finis25645

Maalouf, Amin. *On Identity*. Londres: Harvill Press, 2003.

Montaner, Josep Maria, e Zaida Muxi. *Arquitectura Y Política. Ensaios Para Mundos Alternativos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2011.

Pereira, Sónia et al. "Reconfiguración de áreas rurales y explotación de mano de obra inmigrante: el caso de Odemira, Portugal". *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, nº81 (2016), p. 227-250

Oro, Aitor Varea, et al. *Ilhas do Porto: reabilitar para incluir*. Porto, 2022

Silmeron, Antonio Miguel Gil. "Almería's fruit and vegetable competitive advantage and the growth of GDP per capita". *Small Business Internacional Review* Vol. 4, nº 2 (2020). p. 18-29
Disponível em: https://doi.org/10.26784/sbir.v4i2.265

Smithson, Alison, e Peter Smithson. *Urban structuring: studies of Alison & Peter Smithson*. Londres: Studio Vista, 1967

Teles, Filipe. *Descentralização e Poder Local em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021.

Vasques, Ruben Amorim. *Ideologia e Espaço Social: a utopia do falanstério e a evolução da cidade contemporânea*. [Dissertação de mestrado]. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2022

PERIÓDICOS

Antunes, Mário. "El Ejido. O tema da imigração é incontornável na campanha eleitoral". *RTP Notícias*, 18 de julho de 2023. Consultado a 18 novembro 2023
Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/el-ejido-o-tema-da-imigracao-e-incontornavel-na-campanha-eleitoral_a1500796

Autor Desconhecido, "Imigrantes, El Ejido Escravos das Estufas". *Público*, 22 de agosto de 2004. Consultado a 19 novembro 2023
Disponível em: https://www.publico.pt/2004/08/22/jornal/imigrantes-192246.

Autor Desconhecido, "El Ejido es el municipio con mayor superficie de invernaderos del mundo". *Frutas y Hortalizas de Almería*, 7 de abril de 2005. Consultado a 19 de novembro de 2023
Disponível em: https://www.fhalmeria.com/noticia-6933/el-ejido-es-el-municipio-con-mayor-superficie-de-invernaderos-del-mundo

Autor Desconhecido, "Agricultura é o pilar da economia de Odemira". *Jornal Sudoeste*, 15 de julho de 2016. Consultado a 20 de abril de 2024
Disponível em: https://www.jornalsudoeste.com/?diaria=1702

Autor Desconhecido, "Sexta às 9. Centro comercial de Vila Nova de Milfontes tem mais de 20 empresas de intermediação laboral". *RTP Notícias,* 21 de julho de 2021. Consultado a 15 de agosto de 2024
Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/sexta-as-9-centro-comercial-de-vila-nova-de-milfontes-tem-mais-de-20-empresas-de-intermediacao-laboral_v1318284

Autor Desconhecido, "Quantas barracas há em Portugal? São 4.042 e Odemira lidera a lista". *idealista/news*, 23 de dezembro de 2021. Consultado a 5 de maio 2024
Disponível em: https://www.idealista.pt/news/imobiliario/habitacao/2021/12/22/50247-quantas-barracas-ha-em-portugal-sao-pouco-mais-de-4-000-e-odemira-lidera-a-lista

Autor Desconhecido, "Imigrantes dão excedente de 1.600 milhões à Segurança Social". *ECO*, 18 de dezembro de 2023. Consultado a 4 de maio de 2024
Disponível em: https://eco.sapo.pt/2023/12/18/imigrantes-deram-mais-de-1-600-milhoes-de-lucro-a-seguranca-social/

Bernardo, Joaquim. "Falta de médicos revolta população de São Teotónio em Odemira." *Correio da Manhã,* 8 de fevereiro de 2020. Consultado a 26 de setembro de 2024
Disponível em: https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/falta-de-medicos-revolta-populacao-de-sao-teotonio-em-odemira

Cunha, João. "Imigrantes em Odemira. Um ano depois, pouco ou nada mudou". *Renascença*, 23 de maio de 2022. Consultado a 5 de maio 2024
Disponível em: https://rr.sapo.pt/fotoreportagem/pais/2022/05/24/imigrantes-em-odemira-um-ano-depois-pouco-ou-nada-mudou/284847/.

Cunha, João. ""Já é gente a mais". Milfontes passou a ser plataforma giratória para imigrantes". *Renascença*, 2 de junho de 2023. Consultado a 10 de maio de 2024
Disponível em: https://rr.sapo.pt/especial/pais/2023/06/02/ja-e-gente-a-mais-milfontes-passou-a-ser-plataforma-giratoria-para-imigrantes/332746/

Cruz, Raquel Matos. "Repórter TVI: 40% da população de Odemira é de origem estrangeira. Locais estão desconfortáveis". *TVI Player*, 14 de junho de 2023. Consultado a 20 de maio de 2024
Disponível em: https://tviplayer.iol.pt/programa/reporter-tvi/53c6b-3483004dc006243bd77/video/6489def40cf2cf92250adc54

Ferreira, Marta Candeias, e Marco Mariano. "Protesto de professores e funcionários encerra Escola Básica de São Teotónio". *SIC Notícias,* 26 de setembro de 2024. Consultado a 26 de setembro de 2024
Disponível em: https://sicnoticias.pt/pais/2024-09-26-video-protesto-de-professores-e-funcionarios-encerra-escola-basica-de-sao-teotonio-e6a91315

Garrido, Maria José. "40% da população de Odemira é de origem estrangeira. Locais estão desconfortáveis". *Reporter TVI,* 14 de junho de 2023. Consultado a 10 de maio de 2024.
Disponível em: https://tvi.iol.pt/noticias/videos/reporter-tvi-40-da-populacao-de-odemira-e-de-origem-estrangeira-locais-estao-desconfortaveis/6489def40cf2cf92250adc54

Lima, Amanda. "Três dias sem migrantes em Portugal". *Diário de Notícias*, 19 de dezembro de 2023. Consultado a 15 de março de 2024.
Disponível em: https://www.dn.pt/opiniao/tres-dias-sem-migrantes-em--portugal--17525744.html

Loff, Manuel. "Agrocapitalismo de estufa". *ODiario.info*, 12 de maio de 2021. Consultado a 20 de novembro de 2023
Disponível em: https://www.odiario.info/agrocapitalismo-de-estufa/

Lusa. "Autarca quer reforço de serviços públicos em Odemira devido ao número de imigrantes". *Público*, 13 de novembro de 2019. Consultado a 25 de julho de 2024
Disponível em: https://www.publico.pt/2019/11/13/local/noticia/autarca-quer--reforco-servicos-publicos-odemira-devido-numero-imigrantes-1893656

Lusa. "Odemira: seis mil trabalhadores agrícolas não têm condições de habitabilidade." *Público*, 3 de maio de 2021. Consultado a 9 de setembro de 2024
Disponível em: https://www.publico.pt/2021/05/03/sociedade/noticia/sobre-lotacao-insalubridade-identificadas-22-situacoes-alojamento-odemira-deficiencias-1960985

Lusa. "Odemira quer agir judicialmente para acabar com alojamentos temporários ilegais". *Público*, 24 de julho de 2023. Consultado a 1 de novembro de 2024
Disponível em: https://www.publico.pt/2023/07/24/sociedade/noticia/odemira-quer-agir-judicialmente-acabar-alojamentos-temporarios-ilegais-2057962

Moreira, Cristiana Faria, e Tiago Bernado Lopes. "A "imensidão" de habitats na costa do Sudoeste alentejano está coberta de plástico". *Público*, 13 de maio de 2023. Consultado a 4 de dezembro de 2023
Disponível em: https://www.publico.pt/2023/05/13/azul/noticia/imensidao-habitats-costa-sudoeste-alentejano-coberta-plastico-2049454

Neves, Céu. "Odemira. Pandemia escancarou feridas, mas casas continuam caras e superlotadas". *Diário de Notícias*, 14 de novembro de 2021. Consultado a 5 de maio de 2024
Disponível em: https://www.dn.pt/sociedade/odemira-pandemia-escancarou-feridas-mas-casas-continuam-caras-e-superlotadas-14315989.html/.

Pinto, Luísa. "Municípios mais pobres com dificuldades em aceder ao dinheiro do PRR". *Público*, 30 de abril de 2023. Consultado a 16 de novembro de 2024.

Ramos, Amélia Moura, et al. "O dinheiro é que mais ordena, Grândola". *SIC Notícias*, 17 de outubro de 2024. Consultado a 3 de novembro de 2024
Disponível em: https://sicnoticias.pt/programas/reportagemsic/2024-10-17-video-o-dinheiro-e-que-mais-ordena-grandola-cb4d8000

Rodrigues, Elizabete. "Câmara de Odemira e Associação de Horticultores estudam como melhorar a rede de transportes". *Sul Informação*, 20 de julho de 2024. Consultado a 1 de novembro de 2024
Disponível em: https://alentejo.sulinformacao.pt/2024/07/camara-odemira-mobilidade/

Vieira, Pedro Siza. "A crise da habitação, um fenómeno europeu agravado em Portugal". *ECO*, 20 de setembro de 2023. Consultado a 30 de abril 2024
Disponível em: https://eco.sapo.pt/especiais/ensaio-de-pedro-siza-vieira-a-crise-da-habitacao-um-fenomeno-europeu-agravado-em-portugal/.

AUDIOVISUAL

Correa, Manuel e Marina Otero Verzier. "Foodscapes: Agente Biológico". Biennale Architettura, 2023
Registo Filme-documentário, Disponível em: https://vimeo.com/838603604/49cadce537

Rhalib, Jawad. "El Ejido, The Law of Profit". RTBF Belgian Television, 2007.
Registo Filme-documentário, Disponível em: https://www.cultureunplugged.com/documentary/watch-online/play/5626/el-ejido-the-law-of-profit

DOCUMENTAÇÃO OFICIAL

Assembleia da República. *Diário da República nº146/2017, Série I de 2017-07-31*. Lei nº59/2017, de 31 de julho.
Disponível em: https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/59-2017-107781373

Assembleia da República. *Diário da República nº164/2022, Série I de 2022-08-25*. Lei nº18/2022, de 25 de agosto.
Disponível em:https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/18-2022-200268064

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. *Diário da República nº 10/2020, 1º suplemento, Série I de 2022-01-14*. Portaria n.º 35-A/2022, de 14 de janeiro
Disponível em: https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/35-a-2022-177687478

Comissão Municipal do Imigrante. *ODEMIRA INTEGRA, Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes,* 2017
Disponível em: https://www.cm-odemira.pt/pages/965

Comissão Local Para a Interculturalidade. *ODEMIRA INTEGRA+, Plano Municipal para a Integração de Migrantes 2018 – 2020*, 2020
Disponível em: https://www.cm-odemira.pt/pages/1100

Comissão Local Para a Interculturalidade. *ODEMIRA INTEGRA_3G, Plano Municipal para a Integração de Migrantes***,** 2022
Disponível em: https://www.cm-odemira.pt/pages/1264

Presidência do Conselho de Ministros. *Diário da República n.º 221/2005, Série B de 2005-11-17*. Resolução do Conselho de Ministros 179/2005.
Disponível em: https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/179-2005-481363

Presidência do Conselho de Ministros. *Diário da República nº 25/2011, Série I de 2011-02-04*. Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-B/2011. Disponível em: https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/11-b-2011-337243

Presidência do Conselho de Ministros. *Diário da República n.º 84/2018, Série I de 2018-05-02*. Resolução do Conselho de Ministros nº 50-A/2018. Disponível em: https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/50-a-2018-115211109

Presidência do Conselho de Ministros. *Diário da República n.º 205/2019, Série I de 2019-10-24*. Resolução do Conselho de Ministros 179/2019. Disponível em: https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/179-2019-125633667

Presidência do Conselho de Ministros. *Diário da República n.º 108/2021, Série I de 2021-06-04*. Resolução do Conselho de Ministros 69/2021. Disponível em: https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/69-2021-164590046

Município de Odemira. "Odemira. Requalificação urbana já começou." *Odemira em notícia*, nº7 (2011), p.7–8 Disponível em: https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/414/44301.pdf

Município de Odemira. "Município apresentou projetos de investimento em S. Teotónio." *Odemira em notícia*, nº12 (2013), p.6 Disponível em: https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/506/48887.pdf

Município de Odemira. "Odemira. Requalificação Urbana" *Odemira em notícia*, nº12 (2013), p.8 Disponível em: https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/506/48887.pdf

Município de Odemira. "Requalificação do núcleo ribeirinho e histórico de Vila Nova Milfontes" *Odemira em notícia*, nº23 (2017), p.6-7 Disponível em: https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/11367/Odemira_em_Not_cias_n.__23__dezembro_217_.pdf

Município de Odemira. "Município concretiza respostas na habitação" *Odemira em notícia*, nº33 (2023), p.10-11
Disponível em: https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/21804/033__odemira_em_noticia_n_o_033__outubro__novembro__dezembro_2023_.pdf

Município de Odemira. "Requalificação urbana e novos equipamentos ao serviço das comunidades" *Odemira em notícia*, nº34 (2024), p.6
Disponível em: https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/22370/odemira_em_noticia_n_o_034__janeiro__fevereiro__marco_2024_.pdf

Município de Odemira. "Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vila Nova de Milfontes: Memória Descritiva e Justificativa." *Divisão de Licenciamento e Gestão Territorial*, novembro 2020
Disponível em: https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/14885/memoria_descritiva_aru_vila_nova_de_milfontes.pdf

Município de Odemira. "Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Odemira: Memória Descritiva e Justificativa." *Divisão de Planeamento*, março 2022
Disponível em: https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/18069/memoria_descritiva_aru_odemira.pdf

Município de Odemira. "Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de São Teotónio: Memória Descritiva e Justificativa." *Divisão de Licenciamento e Gestão Territorial*, novembro 2020
Disponível em: https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/14877/memoria_descritiva_aru_sao_teotonio.pdf

Município de Odemira. "Posição Política – Estratégia Local de Habitação". 20 de maio de 2021.
Disponível em: https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/15662/posicao_politica___estrategia_local_de_habitacao___20_05_2021.pdf

Secretaria de Estado da Habitação. *Por uma Nova Geração de Políticas de Habitação: sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação,* 2017
Disponível em: https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBAAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNjWzAADDhmRABAAAA-A%3D%3D

Terrisirga. Territórios & Redes. LDA. *Estratégia Local de Habitação de Odemira*, 2021
Disponível em: https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/16976/estrategia_local_de_habitacao__odemira.pdf

OUTROS

"Consumo Turístico representa 15,8% do PIB em 2022". *Turismo de Portugal*. Consultado a 17 de novembro de 2023.
Disponível em: https://www.turismodeportugal.pt/pt/Noticias/Paginas/estimativas-consumo-turistico-pib.aspx

"Aproveitamento Hidroagrícola do Mira". *Associação de Beneficiários do Mira*. Consultado a 3 de dezembro 2023.
Disponível em: https://abm.pt/pt/mira

"Reabilitação Urbana de São Teotónio". *CM Odemira*, 15 de dezembro de 2021. Consultado a 28 de setembro de 2024.
Disponível em: https://www.cm-odemira.pt/pages/536?news_id=2265

"Pordata divulga retrato da população estrangeira e dos fluxos migratórios em Portugal". *PORDATA*, 2022. Consultado a 25 de março de 2024
Disponível em: https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-07/f_2023_12_12_pr_dia_internacional_dos_migrantes_vf.pdf

"Dinâmica empresarial por setor de atividade". *CM Odemira*. Consultado a 3 de dezembro 2023.
Disponível em: https://www.cm-odemira.pt/pages/220

"Estratégias Locais de Habitação". *Portal da Habitação*, 2019.
Disponível em: https://www.portaldahabitacao.pt/estrategias-locais-de-habitacao.

"Alojamento Familiar Clássico". *Instituto Nacional de Estatística*. Consultado a 30 de abril 2024
Disponível em: https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/318?modal=1

"Alojamento Familiar Não Clássico". *Instituto Nacional de Estatística*. Consultado a 30 de abril de 2024
Disponível em: https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/6512?modal=1

ÍNDICE DE IMAGENS

Fig. 1 *Planta do Porto medieval*
©CMP, com edição do autor, 2023
https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/574965/?

Fig. 2 *El Ejido em 1985*
©Google Earth, com edição do autor, 2023

Fig. 3 *El Ejido em 2022*
©Google Earth, com edição do autor, 2023

Fig. 4 *Sumário de Habitar uma Chabola*
Colagem do autor, 2023

Fig. 5 *O Idílico*
Fotografia do autor, 2023

Fig. 6 *O Promíscuo*
© Sílvia Leiria Viegas, 2023

Fig. 7 *Portugal, Alentejo, Odemira*
Edição do autor, 2023

Fig. 8 *Planta de Condicionantes*
Extrato PDM Odemira, com edição do autor, 2023
https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/9553/planta_condicionantes.pdf

Fig. 9 *Vista aérea de Odemira*
©Google Earth , com edição do autor, 2023

Fig. 10 *Secção por Estadas Alentejanas*
Colagem do autor, 2023

Fig. 11 *Variação População Total Residente em Portugal, 2001-2021*
Dados INE, montagem do autor, 2024

Fig. 12 *Variação População Total Estrangeira Residente em Portugal, 2001-2021*
Dados INE, montagem do autor, 2024

Fig. 13 *Origem População Estrangeira Residente em Odemira, 2021*
Dados SEFSTAT, montagem do autor, 2024

Fig. 14 *% População Estrangeira Residente em Odemira*
Dados INE, montagem do autor, 2024

Fig. 15 *Variação População Total Residente em Odemira, 2001-2021*
Dados INE, montagem do autor, 2024

Fig. 16 *Comparação População Masculina vs Feminina*
Dados INE, montagem do autor, 2024

Fig. 17 *Caleidoscópio de Opiniões*
Montagem do autor, 2023

Fig. 18 *Resultados Eleitorais do CHEGA*
Dados Legislativas 2024, montagem do autor, 2024

Fig. 19 *Artigo 65*
Montagem do autor, 2024

Fig. 20 *Habitação em São Teotónio*
©Sílvia Leiria Viegas, 2023

Fig. 21 *Forma de Ocupação dos Alojamentos Familiares Clássicos*
Dados INE, edição do autor, 2024

Fig. 22 *% Edificado Com Necessidades de Reparação*
Dados INE, edição do autor, 2024

Fig. 23 *Quantidade de pessoas com quem se partilha quarto*
Dados PECI, TAIPA, edição do autor, 2024

Fig. 24 *Distribuição de quartos numa moradia em Odemira*
Fotografia do autor, 2023

Fig. 25 *Distribuição de quartos numa moradia em Odemira*
Fotografia do autor, 2023

Fig. 26 *Preço Habitação T2 Vilas*
Dados Idealista, montagem do autor, 2024

Fig. 27 *IATA´s instaladas numa exploração agrícola*
©Observador, 2023
https://observador.pt/especiais/odemira-dois-anos-depois-da-cerca-sanitaria-nenhum-dos-contentores-prometidos-esta-completamente-legalizado/

Fig. 28 *Axonometria IATA aplicada em produção agrícola*
Montagem do autor, 2024

Fig. 29 *3D de Instalação executada numa produção agrícola*
©LookAlgarve, 2020

Fig. 30 *3D de Instalação executada numa produção agrícola*
©LookAlgarve, 2020

Fig. 31 *Plantas e alçados do Familistério de Guise*
Impressão de Thierry & C^{ie}, 1884. ©Coleção do Familistério de Guise

Fig. 32 *Peso do setor de habitação social*
Dados NGPH, montagem do autor, 2024

Fig. 33 *Missão da Nova Geração Políticas de Habitação*
Fonte NGPH, montagem do autor, 2024

Fig. 34 *População do Município, 2021*
Dados INE, montagem do autor, 2024

Fig. 35 *Índice de Envelhecimento dos Edifícios*
Dados INE, montagem do autor, 2024

Fig. 36 *Planta de Cobertura de Equipamentos*
Dados INE 2011, montagem do autor, 2024

Fig. 37 *Diagnóstico de Carências Habitacionais no Município de Odemira em 2021*
ELH Odemira, montagem do autor, 2024

Fig. 38 *Esquema de Gestão do Programa Habitacional*
ELH Odemira, montagem do autor, 2024

Fig. 39 *Propostas Para Melhoria da Atratividade do Ambiente Urbano*
ELH Odemira, montagem do autor, 2024

Fig. 40 *Planta de Ordenamento*
Plano Diretor Municipal, montagem do autor, 2024
Resolução do Conselho de Ministros nº 179/2005

Fig. 41 *Equipamentos e Intervenções*
ARU VNMF: Memória Descritiva e Justificativa, montagem do autor, 2024
https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/22217/memoria_descritiva.pdf

Fig. 42 *Compilação imagens de VNMF*
Montagem do autor, 2024

1. ©Google Earth, 2024
2. ©Google Earth, 2024
3. Fotografia do autor, 2023
4. ©Google Earth, 2024
5. Fotografia do autor, 2023
6. Fotografia do autor, 2023
7. Fotografia do autor, 2023

Fig. 43 *Estudo da Praça do Centro Comercial 1*
Montagem do autor, 2024

Fig. 44 *Estudo da Praça do Centro Comercial 2*
Montagem do autor, 2024

Fig. 45 *Planta de Ordenamento*
Plano Diretor Municipal, montagem do autor, 2024
https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/9551/per_metro_urbano_odemira.pdf

Fig. 46 *Equipamentos e Intervenções*
ARU Odemira: Memória Descritiva e Justificativa, montagem do autor, 2024
https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/18069/memoria_descritiva_aru_odemira.pdf

Fig. 47 *Compilação imagens de Odemira*
Montagem do autor, 2024

1. Fotografia do autor, 2023
2. ARU Odemira: Memória Descritiva e Justificativa
   https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/18069/memoria_descritiva_aru_odemira.pdf
3. Fotografia do autor, 2023
4. ©Google Earth, 2024

Fig. 48 *Compilação imagens de Odemira 2*
Montagem do autor, 2024

1. Fotografia do autor, 2023
2. Fotografia do autor, 2023
3. Fotografia do autor, 2023
4. Fotografia do autor, 2023
5. Fotografia do autor, 2023
6. Fotografia do autor, 2023
7. Fotografia do autor, 2023

Fig. 49 *Planta de Ordenamento*
Plano Diretor Municipal, montagem do autor, 2024
https://www.cm-odemira.pt/uploads/document/file/9552/per_metro_urbano_s_teotonio.pdf

Fig. 50 *Equipamentos e Intervenções*
ARU São Teotónio: Memória Descritiva e Justificativa, montagem do autor, 2024
https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/22212/memoria_descritiva.pdf

Fig. 51 *São Teotónio, Atualidade*
Montagem do autor, 2024

1. ©Google Earth, 2024
2. ARU São Teotónio: Memória Descritiva e Justificativa
   https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/14877/memoria_descritiva_aru_sao_teotonio.pdf
3. ©Google Earth, 2024
4. Fotografia do autor, 2023
5. São Teotónio: Reabilitação Urbana
   https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/21534/apresentacao_publica_reabilitacao_urbana_sao_teotonio_11_12_2021.pdf

Fig. 52 *São Teotónio, Proposta*
Montagem do autor, 2024

1. São Teotónio: Reabilitação Urbana
https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/16801/apresentacao_publica_reabilitacao_urbana_sao_teotonio_11_12_2021.pdf
2. São Teotónio: Reabilitação Urbana
https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/16801/apresentacao_publica_reabilitacao_urbana_sao_teotonio_11_12_2021.pdf
3. São Teotónio: Reabilitação Urbana
https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/16801/apresentacao_publica_reabilitacao_urbana_sao_teotonio_11_12_2021.pdf
4. São Teotónio: Reabilitação Urbana
https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/16801/apresentacao_publica_reabilitacao_urbana_sao_teotonio_11_12_2021.pdf
5. São Teotónio: Reabilitação Urbana
https://www.cm-odemira.pt/cmodemira/uploads/document/file/16801/apresentacao_publica_reabilitacao_urbana_sao_teotonio_11_12_2021.pdf

Fig. 53 *Axonometria de habitação em São Teotónio*
Montagem do autor, 2024

Fig. 54 *Compilação fotografias São Teotónio*
Montagem do autor, 2024

1. ©Sílvia Leiria Viegas, 2023
2. Fotografia do autor, 2023
3. ©Sílvia Leiria Viegas, 2023
4. ©Sílvia Leiria Viegas, 2023

Fig. 55 *Estratégias aplicadas em Odemira*
Montagem do autor, 2024

Fig. 56 *Rotas da Rodoviária do Alentejo*
Montagem do autor, 2024

Fig. 57 *Concentração populacional na Península Ibérica*
© Milos Popovic, com edição do autor, 2024
https://milospopovic.net/

Fig. 58 *Incentivos à Reabilitação Urbana em Odemira*
Dados ELH Odemira, montagem do autor, 2024

Fig. 59 *Jardim do Pinhal do Moinho*
Montagem do autor, 2024

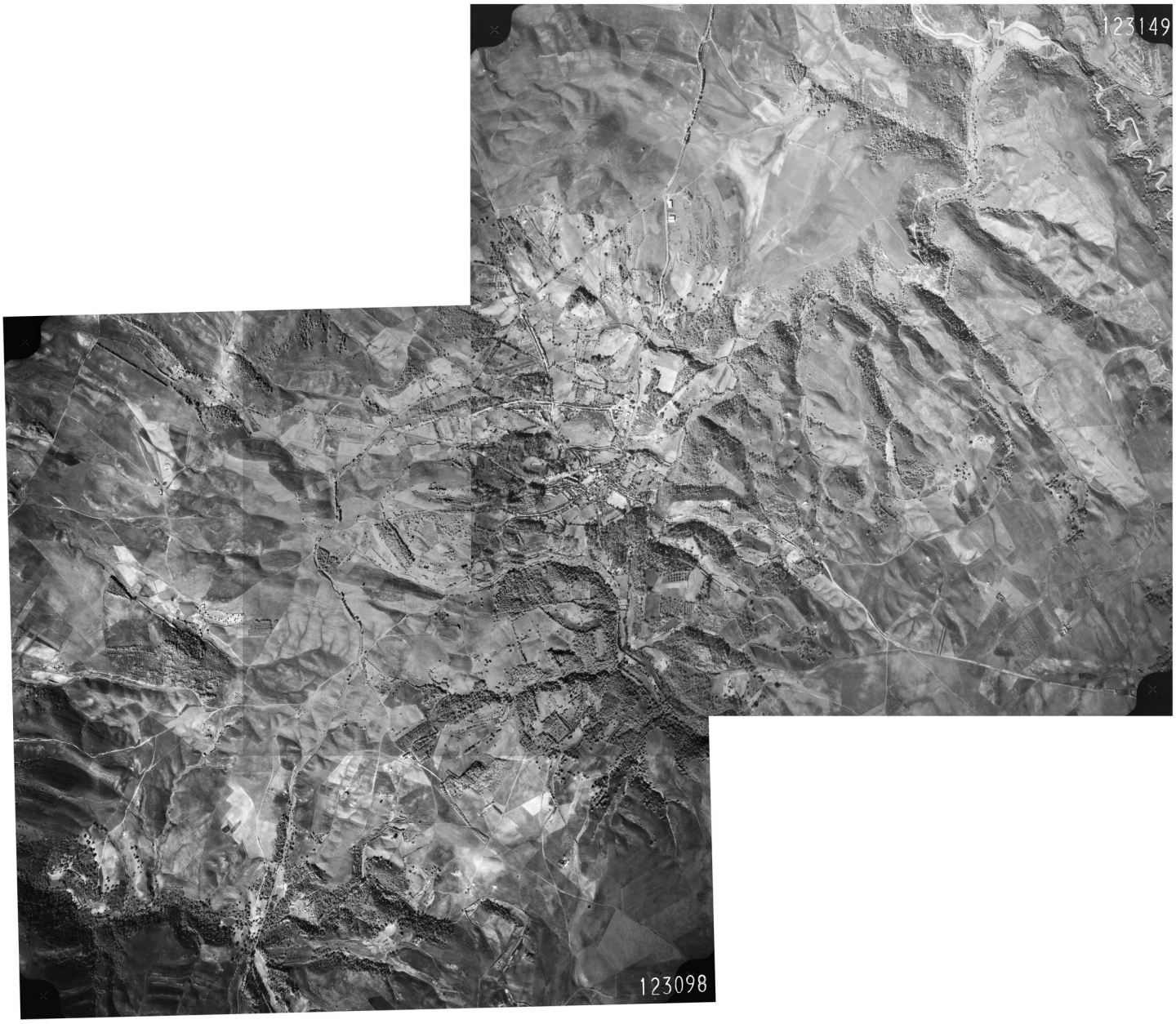
1. Smithson, Alison e Peter Smithson, *Urban structuring: studies of Alison & Peter Smithson, 1967*

Fig. 60 *Mulher a caminhar por São Teotónio*
© Sílvia Leiria Viegas, 2023

ANEXOS

I VISTAS AÉREAS DO CONCELHO
2 TRATAMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS
3 PROCESSO DE LICENCIAMENTO IATAS

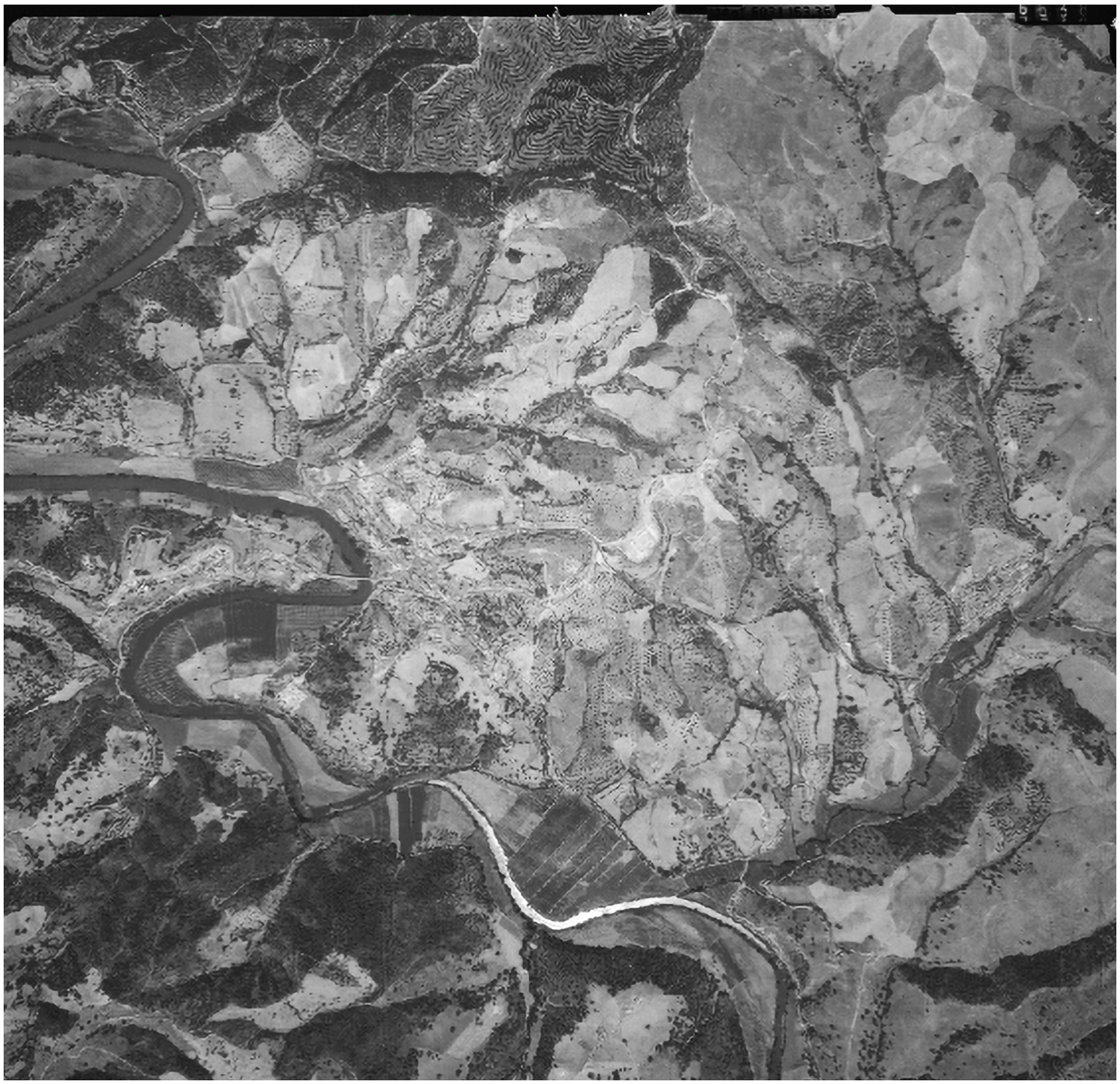
PONTO 1
VISTAS AÉREAS DO CONCELHO



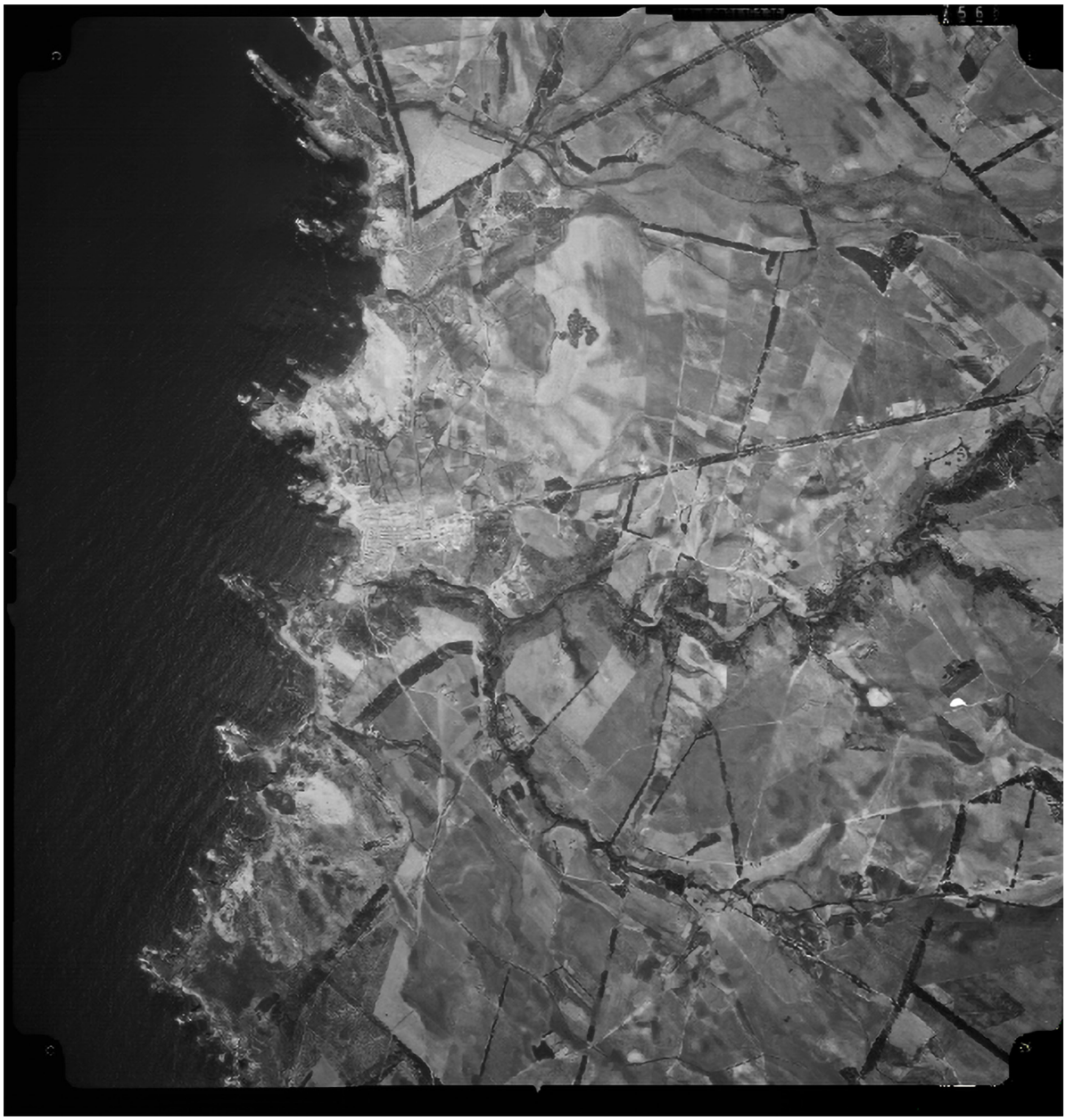
Vista aérea de São Teotónio, 1969
© Direção Geral do Território, 1979



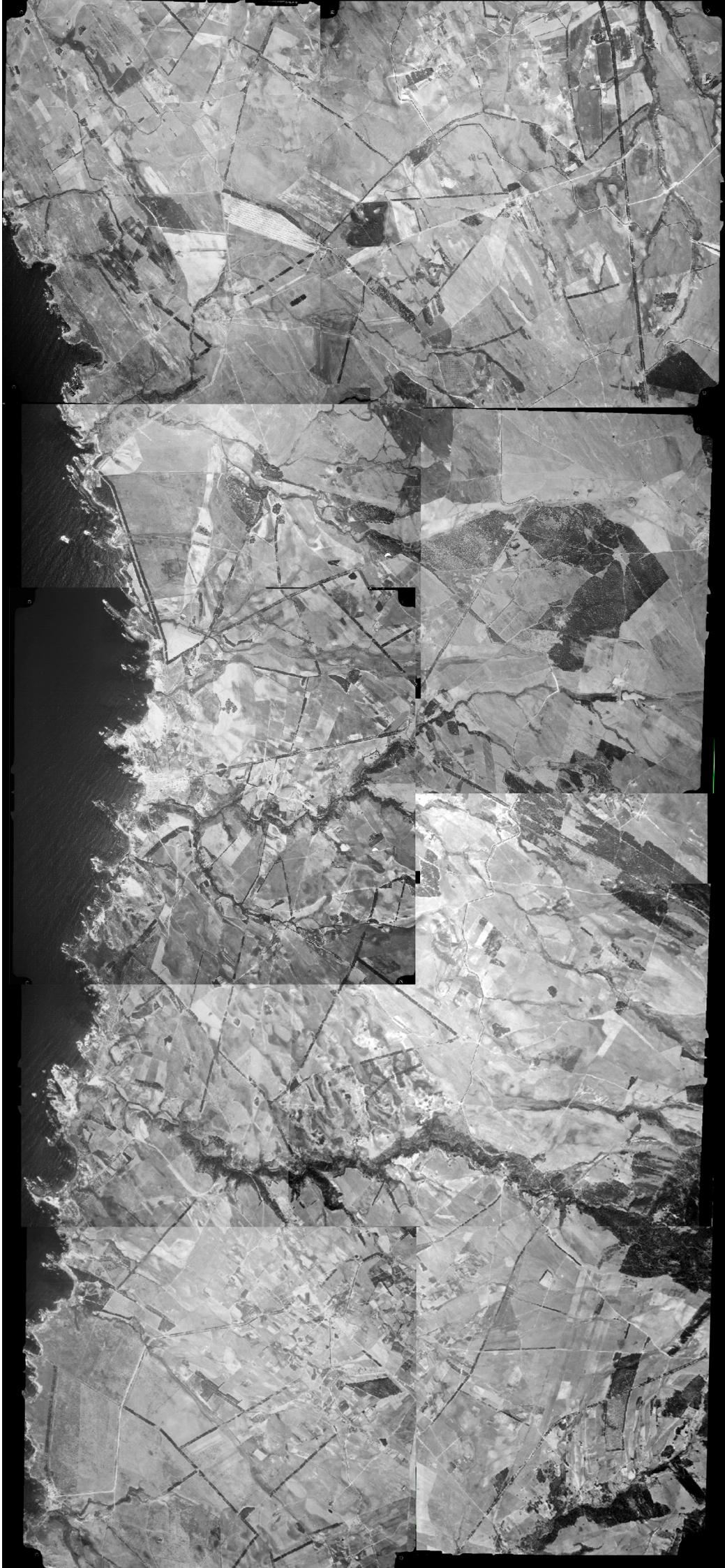
Vista aérea de Vila Nova de Milfontes, 1969
©Direção Geral do Território, 1969



Vista aérea de Odemira, 1979
©Direção Geral do Território, 1979



Vista aérea de Zambujeira do Mar, 1979
©Direção Geral do Território, 1979



Vista aérea da Costa Alentejana, 1979
©Direção Geral do Território, 1979

PONTO 2
TRATAMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS

Proporção População Residente de Nacionalidade Estrangeira (%)

	2001	2011	2021
V.N. Milfontes	2.02	5.74	17.53
Longueira/Almograve	x	12.98	50.64
São Teotónio	4.34	20.07	44.71
Zambujeira do Mar	1.90	11.51	
São Luís	3.47	5.83	10.52
São Salvador	2.25	3.08	19.39
Santa Maria	1.90	3.15	
Boavista dos Pinheiros	x	4.23	23.04
Bicos	1.23	3.64	4.86
Vale de Santiago	0.29	1.99	
Colos	1.29	3.88	6.95
Relíquias	5.23	10.63	27.65
Luzianes-Gare	1.25	13.75	25.13
Sabóia	3.27	7.12	8.68
São Martinho das Amoreiras	1.52	4.47	29.80
Santa Clara-a-Velha	5.51	9.97	14.38
Pereiras-Gare	6.17	10.33	

Variação da População Residente

	2001	2011	2021		Δ Total	
V.N. Milfontes	4258	5031	5660	1402	6060	1287
Longueira/Almograve	x	1356	2334	978		
São Teotónio	5019	5527	8699	3680		
Zambujeira do Mar	844	912				
São Luís	2249	1989	1883	-366	-2516	
São Salvador	3285	1818	3373	-2492		
Santa Maria	2580	1301				
Boavista dos Pinheiros	x	1633	1975	342		
Bicos	649	549	823	-521	-2257	
Vale de Santiago	695	554				
Colos	1243	1005	820	-423		
Relíquias	1108	931	995	-113		
Luzianes-Gare	480	429	374	-106		
Sabóia	1344	1152	922	-422		
São Martinho das Amoreiras	1199	1006	1047	-152		
Santa Clara-a-Velha	780	602	633	-520		
Pereiras-Gare	373	271				

População Residente em Território Nacional

	2001	2011	2021		Δ Total
Alentejo Litoral					
Alcácer do Sal	14231	12959	11181	-3050	
Grandôla	14917	14783	13954	-963	
Odemira	26110	25975	30186	4076	-2214
Santiago do Cacém	31048	29669	27987	-3061	
Sines	13592	14390	14376	784	
Baixo Alentejo					
Aljustrel	10520	9256	8909	-1611	
Almodôvar	8124	7466	6758	-1366	
Alvito	2677	2566	2291	-386	
Barrancos	1923	1828	1517	-406	
Beja	35766	35956	33627	-2139	
Castro Verde	7600	7319	6926	-674	
Cuba	4991	4933	4406	-585	-19151
Ferreira do Alentejo	8978	8257	7789	-1189	
Mértola	8669	7134	6266	-2403	
Moura	16537	15073	13336	-3201	
Ourique	6173	5429	4839	-1334	
Serpa	16705	15551	13806	-2899	
Vidigueira	6173	5889	5215	-958	
Algarve					
Albufeira	31802	40984	44546	12744	
Alcoutim	3743	2914	2528	-1215	
Aljezur	5304	5824	6138	834	
Castro Marim	6610	6707	6535	-75	
Faro	58266	65211	67924	9658	
Lagoa	20733	22988	23950	3217	
Lagos	25686	31113	33631	7945	
Loulé	59559	70463	72538	12979	72798
Monchique	6942	5996	5457	-1485	
Olhão	40961	45342	44750	3789	
Portimão	45212	56007	60194	14982	
São Brás de Alportel	10050	10719	11329	1279	
Silves	33948	36975	38086	4138	
Tavira	25017	26164	27609	2592	
Vila do Bispo	5330	5267	5781	451	
Vila Real Santo António	17981	19143	18946	965	

Variação População Estrangeira Residente

	2001	2011	2021	Δ Total	
Alentejo Litoral	2095	5469	11574		
Alcácer do Sal	82	320	352	270	
Grândola	239	724	805	566	
Odemira	731	2404	8319	7588	9479
Santiago do Cacém	508	1130	1210	702	
Sines	535	891	888	353	
Baixo Alentejo	1315	3030	4305		
Aljustrel	54	101	253	199	
Almodôvar	77	127	192	115	
Alvito	67	99	67	0	
Barrancos	9	31	15	6	
Beja	232	965	1505	1273	
Castro Verde	93	148	150	57	
Cuba	8	179	196	188	2990
Ferreira do Alentejo	40	285	736	696	
Mértola	36	124	133	97	
Moura	467	247	187	-280	
Ourique	102	210	251	149	
Serpa	93	299	471	378	
Vidigueira	37	215	149	112	
Alentejo Central	1838	3540	4025		
Alandroal	56	86	101	45	
Arraiolos	50	115	129	79	
Borba	57	133	107	50	
Estremoz	105	270	285	180	
Évora	567	1492	1708	1141	
Montemor-o-Novo	252	382	456	204	
Mora	22	63	71	49	2187
Mourão	210	34	26	-184	
Portel	38	83	166	128	
Redondo	46	154	160	114	
Reguengos de Monsaraz	168	272	221	53	
Vendas Novas	125	233	338	213	
Viana do Alentejo	57	122	123	66	
Vila Viçosa	85	101	134	49	
Algarve	23704	52065	67921		
Albufeira	2951	7156	8848	5897	
Alcoutim	63	54	132	69	
Aljezur	474	1273	1551	1077	
Castro Marim	134	470	572	438	
Faro	2218	5339	6620	4402	
Lagoa	1851	2580	3502	1651	
Lagos	2221	5225	7715	5494	
Loulé	4539	10268	11521	6982	44217
Monchique	352	522	717	365	
Olhão	1508	2904	3984	2476	
Portimão	2533	6438	8416	5883	
São Brás de Alportel	702	1082	1343	641	
Silves	2037	4193	5093	3056	
Tavira	1256	2470	4715	3459	
Vila do Bispo	472	797	1478	1006	
Vila Real de Santo António	393	1294	1714	1321	

Proporção de Edifícios com Necessidade Reparação (%)

	2001	2011	2021
V.N. Milfontes			11.10
Longueira/Almograve			14.20
São Teotónio			32.60
Zambujeira do Mar			
São Luís			33.70
São Salvador			23.50
Santa Maria			
Boavista dos Pinheiros			21.10
Bicos			25.80
Vale de Santiago			
Colos			39.90
Relíquias			28.40
Luzianes-Gare			45.20
Sabóia			55.20
São Martinho das Amoreiras			44.40
Santa Clara-a-Velha			32.90
Pereiras-Gare			

Forma Ocupação Alojamentos Familiares Clássicos 2011-2021 (%)

	Alojamento Vago	Uso Sazonal	Residência Habitual	
V.N. Milfontes	7.7	49.5	42.8	
Longueira/Almograve	12.5	42.8	44.7	
São Teotónio	18.1	25,2	56.7	
Zambujeira do Mar				
São Luís	20.4	31.6	48	
São Salvador	20.2	17.1	62.7	
Santa Maria				
Boavista dos Pinheiros	10.5	14.3	75.2	2021
Bicos	26.8	25.7	47.5	
Vale de Santiago				
Colos	29.3	25.8	44.9	
Relíquias	16.7	27.4	55.9	
Luzianes-Gare	16.3	41.5	42.2	
Sabóia	31.9	23.0	45.1	
São Martinho das Amoreiras	35.9	21.4	42.7	
Santa Clara-a-Velha	30.1	32.4	37.5	
Pereiras-Gare				

	Alojamento Vago	Uso Sazonal	Residência Habitual	
V.N. Milfontes	6.6	49.6	43.8	
Longueira/Almograve	12.6	42.8	44.6	
São Teotónio	15.5	15.9	54.2	
Zambujeira do Mar				
São Luís	24.1	26.0	49.9	
São Salvador	19.5	15.6	64.9	
Santa Maria				
Boavista dos Pinheiros	9.4	15.9	74.7	2011
Bicos	20.9	25.3	53.8	
Vale de Santiago				
Colos	21.3	23.6	55.1	
Relíquias	27.5	19.7	52.8	
Luzianes-Gare	9.5	43.4	47.1	
Sabóia	15.9	26.8	57.3	
São Martinho das Amoreiras	29.0	28.1	42.9	
Santa Clara-a-Velha	33.9	21.5	44.6	
Pereiras-Gare				

Total Residentes Imigrantes no Concelho de Odemira, 2021

Distrito	Total	TRs	Homens	Mulheres
Total Distrito	**15953**	**15953**	**10640**	**5313**
Total Concelho	**10927**	**10927**	**7505**	**3422**
África do Sul	5	5	2	3
Alemanha	670	670	326	344
Angola	9	9	3	6
Argélia	7	7	5	2
Argentina	5	5	2	3
Austrália	7	7	1	6
Áustria	21	21	7	14
Bahrein	1	1	1	0
Bangladesh	504	504	450	54
Bélgica	65	65	36	29
Bielorrússia	1	1	0	1
Brasil	328	328	139	189
Bulgária	842	842	358	484
Cabo Verde	15	15	9	6
Camarões	3	3	2	1
Cambodja	2	2	0	2
Canadá	6	6	2	4
Chile	1	1	0	1
China	34	34	19	15
Chipre	1	1	0	1
Colômbia	1	1	0	1
Congo	1	1	1	0
Coreia do Sul	1	1	0	1
Cuba	31	31	16	15
Dinamarca	5	5	2	3
Equador	1	1	1	0
Eritreia	8	8	7	1
Eslováquia	5	5	2	3
Eslovénia	5	5	4	1
Espanha	47	47	22	25
Estados Unidos c	46	46	19	27
Estónia	1	1	0	1
Filipinas	5	5	1	4
Finlândia	6	6	2	4
França	91	91	44	47
Grécia	2	2	0	2

Guiana	1	1	1	0
Guiné	2	2	2	0
Guiné Bissau	6	6	3	3
Honduras	2	2	0	2
Hungria	5	5	2	3
Índia	3000	3000	2669	331
Irlanda	28	28	15	13
Islândia	1	1	0	1
Israel	30	30	17	13
Itália	83	83	43	40
Japão	1	1	1	0
Letónia	8	8	7	1
Lituânia	2	2	1	1
Luxemburgo	1	1	1	0
Macedónia	2	2	2	0
Malásia	1	1	0	1
Marrocos	6	6	4	2
México	6	6	6	0
Moldávia	82	82	39	43
Nepal	2790	2790	2018	772
Noruega	7	7	3	4
Nova Zelândia	1	1	1	0
Países Baixos	217	217	111	106
Palestina	1	1	0	1
Paquistão	75	75	71	4
Peru	1	1	1	0
Polónia	32	32	13	19
Reino Unido	330	330	166	164
República Checa	12	12	4	8
República Domir	1	1	1	0
Roménia	135	135	59	76
Rússia	11	11	0	11
Santa Lúcia	1	1	0	1
Senegal	4	4	2	2
Sri Lanka	2	2	1	1
Suécia	27	27	11	16
Suíça	58	58	29	29
Tailândia	796	796	576	220
Turquia	1	1	0	1
Ucrânia	367	367	137	230
Uganda	1	1	0	1
Uruguai	1	1	1	0
Venezuela	4	4	2	2
Vietname	2	2	2	0

PONTO 3
PROCESSO DE LICENCIAMENTO IATAS

3.1 PLANTA DE SÍNTESE
3.2 PLANTA DA UNIDADE DE ALOJAMENTO
3.3 ÁREAS COMPLEMENTARES UC.1 E UC.3
3.4 ÁREAS COMPLEMENTARES UC.2 E UC.4
3.5 ÁREAS COMPLEMENTARES UC.5 E UC.6

Nota: desenhos da propriedade do escritório *LookAlgarve Arquitectos*, solicitados exclusivamente para o propósito desta investigação.



N

0 m 5 m 10 m 15 m 20 m 25 m

LIMITE TERRENO

LIMITE I.A.T.A - Instalações de Alojamento Temporário Amovíveis

CAMINHOS

TERRENO

ESTUFAS

ECOPONTOS

IE - INFRA ESTRUTURAS	
IE.1 - PT	15,60 m²
IE.2 - ETAR	110,90 m²
IE.3 - ETA	30,00 m²
IE.4 - GÁS	14,35 m²
CONTENTOR de APOIO	

I.A.T.A. - INSTALAÇÕES DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO AMOVÍVEIS	
UA - UNIDADES DE ALOJAMENTO - 15 Un. (UA.1 a UA.15)	1.533,00 m²
ÁREAS COMPLEMENTARES DA I.A.T.A.	
UC.1 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS COMUNS - 5 Un.	73,75 m²
UC.2 - LAVANDARIA	18,35 m²
UC.3 - ZONA DE LAVAR LOIÇA	3,00 m²
UC.4 - ESTENDAL	156,20 m²
UC.5 - SALA DE FORMAÇÃO	34,40 m²
UC.6 - GINÁSIO / SALA DE JOGOS	58,75 m²
UC.7 - COZINHA / REFEITÓRIO / SALA DE CONVÍVIO / GABINETE 1º SOCORROS (na planta de implantação desenho nº A.01.1)	550,00 m²

EQUIPAMENTO DE APOIO DA I.A.T.A.	
EQ.1 - CAMPO DE FUTEBOL	1.817,00 m²
EQ.2 - CAMPO DE VOLEIBOL	286,00 m²
EQ.3 - CAMPO DE EXERCÍCIOS	130,10 m²
EQ.4 - PARQUE DE BICICLETAS	12,00 m²
EQ.5 - ZONA SOCIAL - (Área Coberta 43,85m²)	219,35 m²

EX - ESPAÇOS EXTERIORES
RELVADO
SEBE
ACÁCIA
ÁRVORES
ARBUSTOS (floreiras)
LOENDRO
PINHEIRO MANSO
CHARCA

LOOK
ALGARVE
arquitectos
RUA DO RAMALHETE, Nº15, 8600 - 163 LUZ, LAGOS
EMAIL: look.arquitectos@gmail.com
www.lookalgarve-arquitectos.com
TLM.: 961 221 896

autor:
Arqtª. António Fernandes Alexandre

coautor:
Arqtª. Sónia Alexandra Silva da Costa

requerente:
TSBC - The Summer Berry Company Portugal, S.A.

morada:
Herdade de Almeidans - Caixa Postal 6905
7630-063 Longueira-Almograve - ODEMIRA

nif:
513911340

procedimento:
Regularização de I.A.T.A.
tipo de edifício:
I.A.T.A. - Instalaç ões Alojamento Temporário Amovíveis
tipo de obra:
IATA Existente a Regularizar

localização da obra:
Herdade de Almeidans - Almograve - Odemira
coordenadas **37º37'25,77" N 8º45'59,47" O**

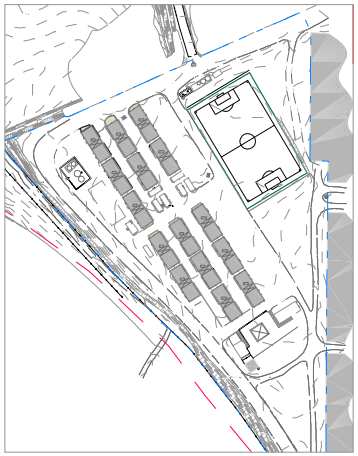


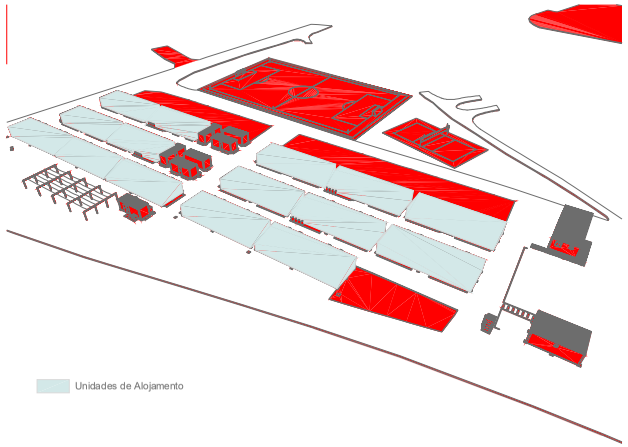
técnico responsável:
Arqtª. António Fernandes Alexandre
ordem arquitectos o técnico :
14467

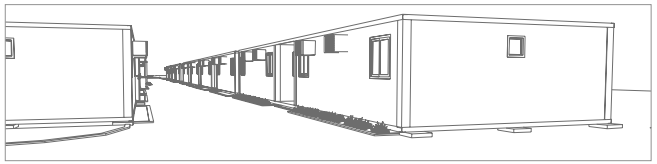
peça desenhada:

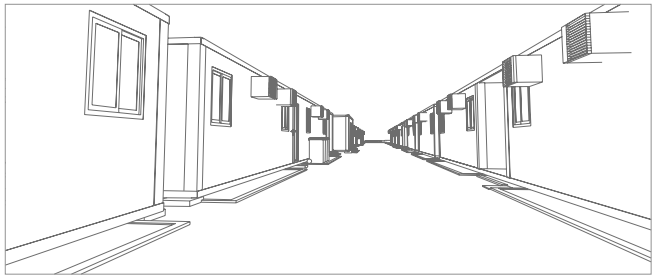
PLANTA SINTESE I.A.T.A.

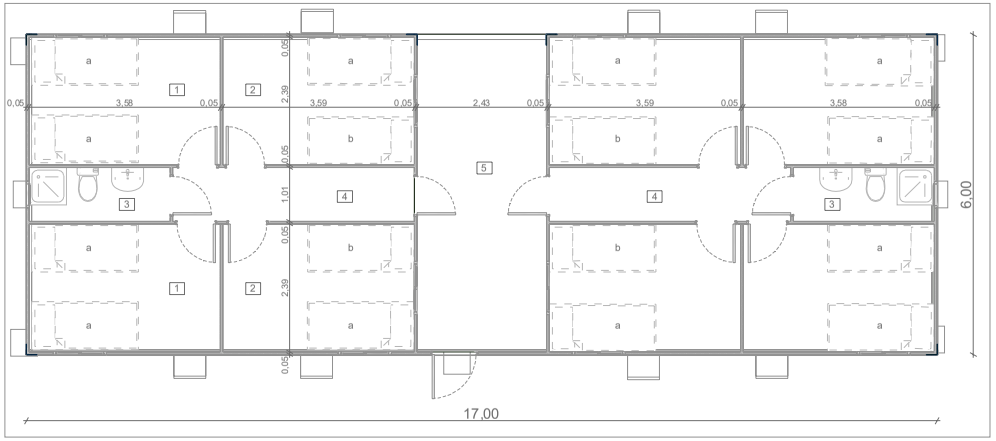
Data:	Escala(s):	nº peça:
09/2021	**1:250**	**A.01.1.2**











Unidade de Alojamento (UA.1 a UA.15) - Planta 1:100



Número Total de Alojamento do Módulo

20 Trabalhadores

Número Total de Módulos - 15 un.

Número Total de Trabalhadores - 300

ÁREAS ÚTEIS

1 - QUARTO DUPLO - 8,60 m²

2 - QUARTO TRIPLO - 8,60 m²

3 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS - 2,70 m²

4 - CIRCULAÇÃO - 4,60 m²

5 - ÁREA SOCIAL - 14,45 m²

a - cama individual

b - beliche

















LOOK

ALGARVE

arquitectos

RUA DO RAMALHETE, Nº15, 8600 - 163 LUZ, LAGOS

EMAIL: look.arquitectos@gmail.com

www.lookalgarve-arquitectos.com

TLM.: 961 221 896

autor:
Arqtº. António Fernandes Alexandre

coautor:
Arqtª. Sónia Alexandra Silva da Costa

requerente:
TSBC - The Summer Berry Company Portugal, S.A.

morada:
Herdade de Almeidans - Caixa Postal 6905
7630-063 Longueira-Almograve - ODEMIRA

nif:
513911340

procedimento:
Regularização de I.A.T.A.

tipo de edifício:
I.A.T.A. - Instalações Alojamento Temporário Amovíveis

tipo de obra:
IATA Existente a Regularizar

localização da obra:
Herdade de Almeidans - Almograve - Odemira

coordenadas: **37°37'25.77" N 8°45'59.47" O**



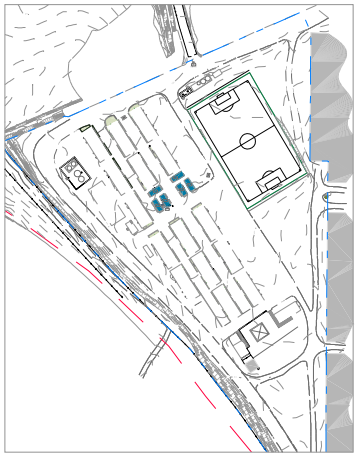
técnico responsável:
Arqtº. António Fernandes Alexandre

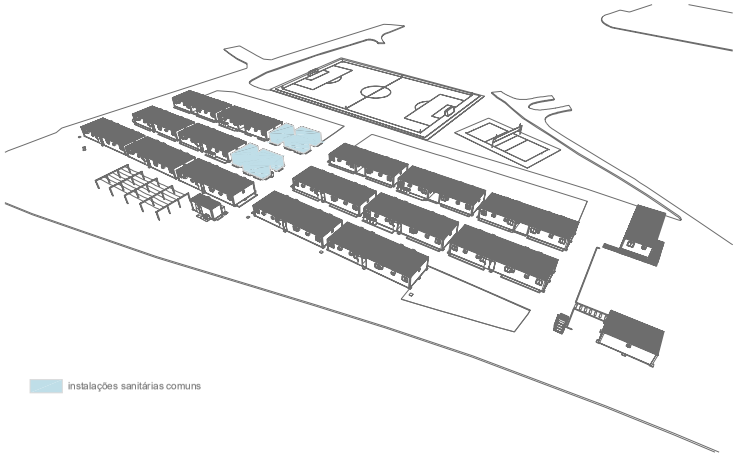
ordem arquitectos: o técnico:
14467

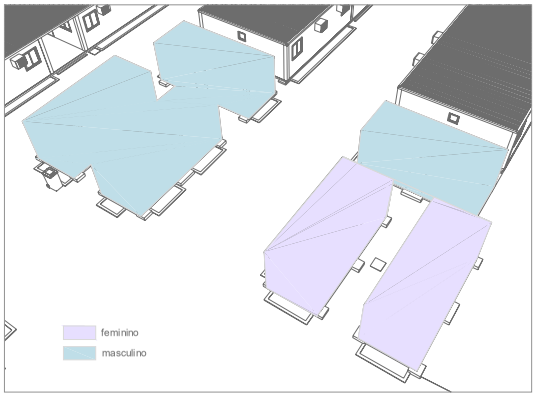
peça desenhada:

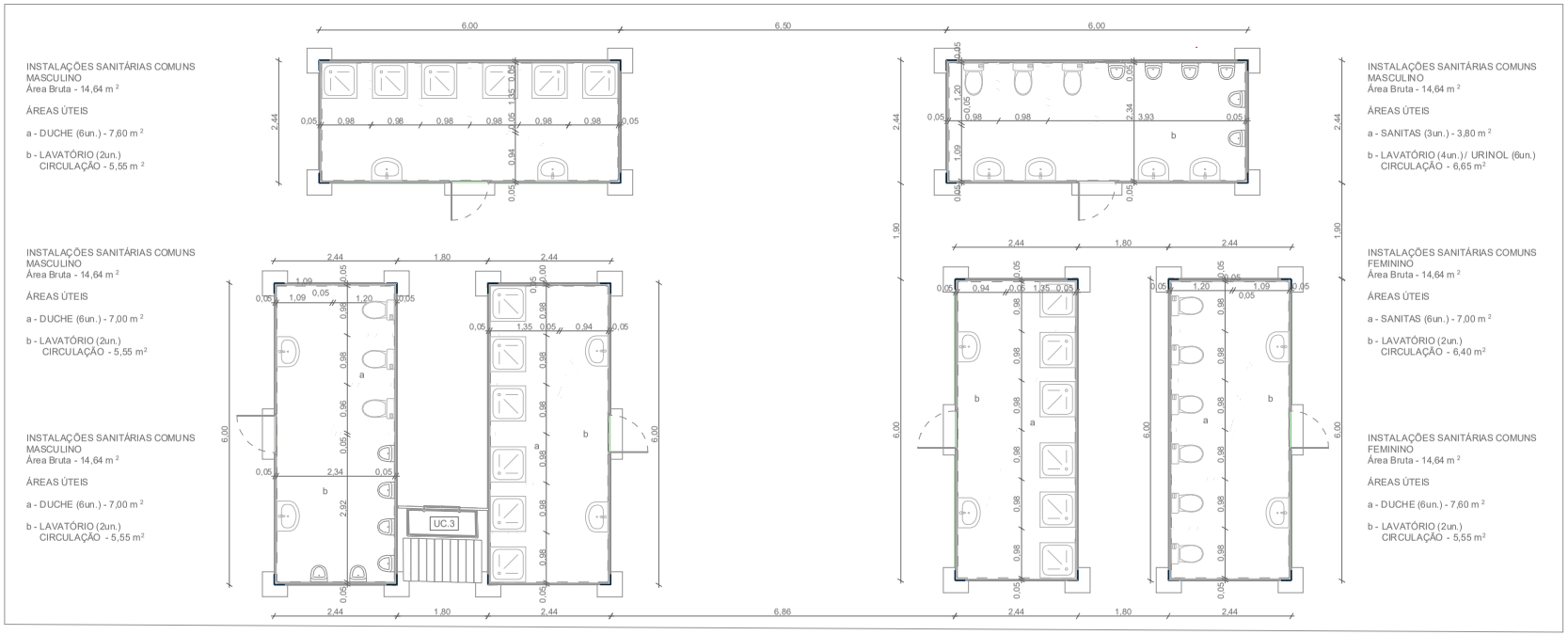
PLANTA DA UNIDADE DE ALOJAMENTO

Data:	Escala(s):	nº peça:
09/2021	**1:100**	**A.01.2.1**









ÁREAS COMPLEMENTARES - UC.1 - Instalações Sanitárias Comuns e UC.3 - Zona de Lavar Loiça - Plantas 1:100













166

a3h

LOOK
ALGARVE
arquitectos
RUA DO RAMALHETE, Nº15, 8600 - 163 LUZ, LAGOS
EMAIL: look.arquitectos@gmail.com
www.lookalgarve-arquitectos.com
TLM.: 961 221 896

autor:
Arqtº. António Fernandes Alexandre

coautor:
Arqtª. Sónia Alexandra Silva da Costa

requerente:
TSBC - The Summer Berry Company Portugal, S.A.
morada:
Herdade de Almeidans - Caixa Postal 6905
7630-063 Longueira-Almograve - ODEMIRA
nif:
513911340

procedimento:
Regularização de I.A.T.A.
tipo de edifício:
I.A.T.A. - Instalações Alojamento Temporário Amovíveis
tipo de obra:
IATA Existente a Regularizar

localização da obra:
Herdade de Almeidans - Almograve - Odemira
coordenadas: **37°37'25.77" N 8°45'59.47" O**

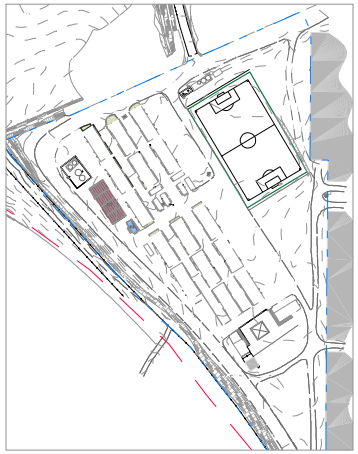


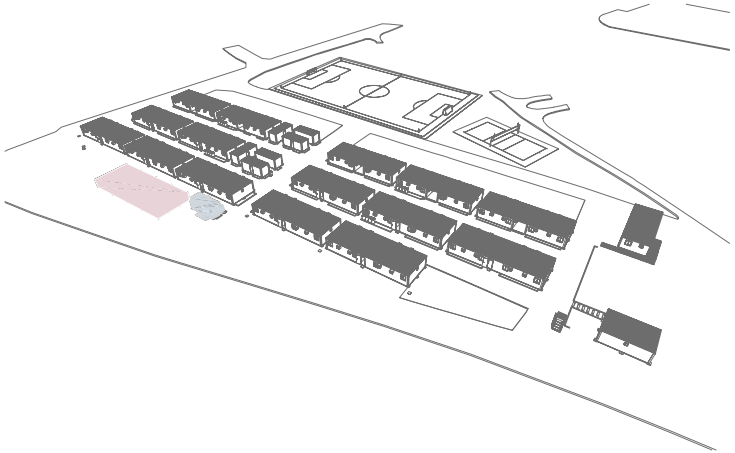
técnico responsável:
Arqtº. António Fernandes Alexandre
ordem arquitectos: o técnico:
14467

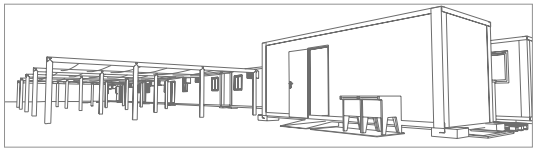
peça desenhada:

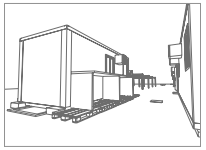
ÁREAS COMPLEMENTARES UC.1 e UC.3

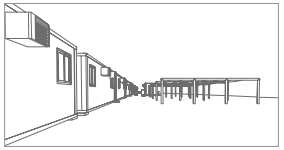
Data:	Escala(s):	nº peça:
09/2021	**1:100**	**A.01.3.1**













UC.2 - LAVANDARIA
Área Bruta - 14,64 m²

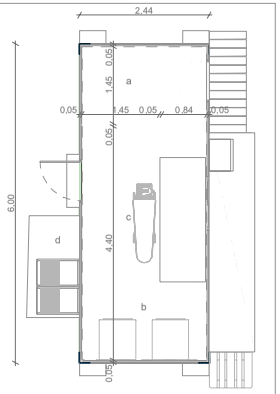
ÁREAS ÚTEIS

a - ARRECADAÇÃO de PRODUTOS - 2,10 m²

b - MÁQUINA DE LAVAR ROUPA (2un.) - 1,80 m²

c - ZONA PASSAR ROUPA / CIRCULAÇÃO - 9,75 m²

d - TANQUE LAVAGEM DE ROUPA (2un.) - 1,90 m²

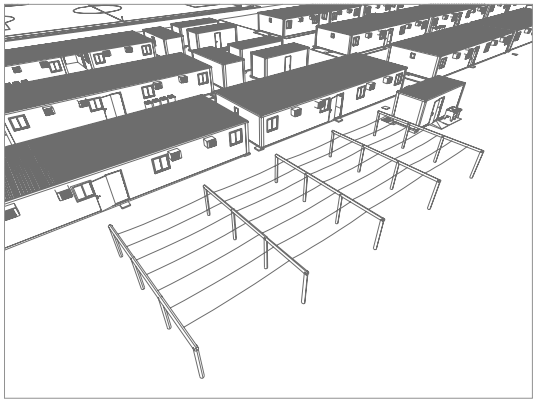




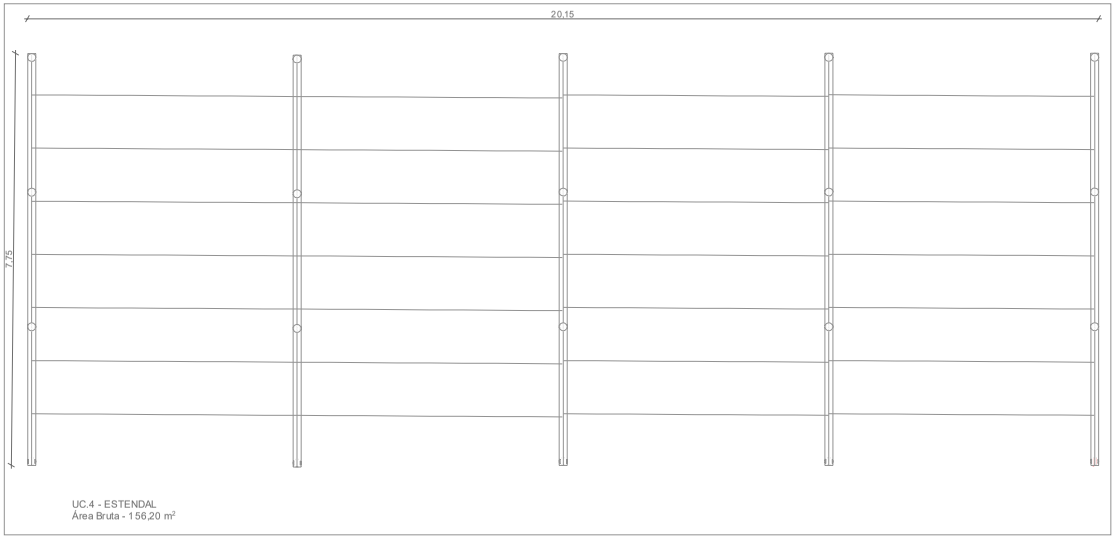








ÁREAS COMPLEMENTARES - UC.2 - Lavandaria 1:100



UC.4 - ESTENDAL
Área Bruta - 156,20 m²

ÁREAS COMPLEMENTARES - UC.4 - Estendal 1:100





LOOK

ALGARVE

arquitectos

RUA DO RAMALHETE, Nº15, 8600 - 163 LUZ, LAGOS

EMAIL: look.arquitectos@gmail.com

www.lookalgarve-arquitectos.com

TLM.: 961 221 896

autor:
Arqtº. António Fernandes Alexandre

coautor:
Arqtª. Sónia Alexandra Silva da Costa

requerente:
TSBC - The Summer Berry Company Portugal, S.A.

morada:
Herdade de Almeidans - Caixa Postal 6905
7630-063 Longueira-Almograve - ODEMIRA

nif:
513911340

procedimento:
Regularização de I.A.T.A.

tipo de edifício:
I.A.T.A. - Instalações Alojamento Temporário Amovíveis

tipo de obra:
IATA Existente a Regularizar

localização da obra:
Herdade de Almeidans - Almograve - Odemira

coordenadas: **37°37'25.77" N 8°45'59.47" O**



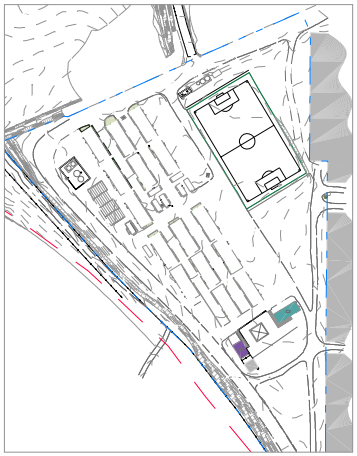
técnico responsável:
Arqtº. António Fernandes Alexandre

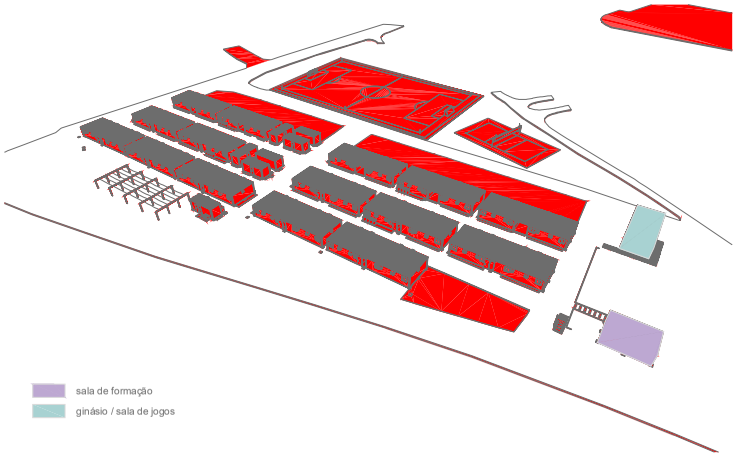
ordem arquitectos: o técnico:
14467

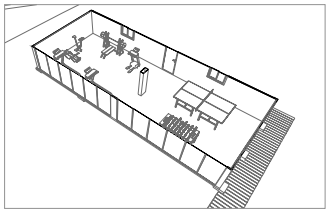
peça desenhada:

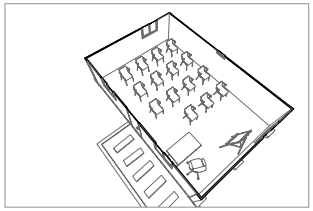
ÁREAS COMPLEMENTARES - UC.2 e UC.4

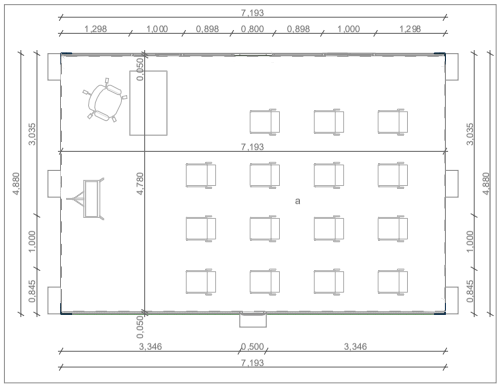
Data:	Escala(s):	nº peça:
09/2021	**1:100**	**A.01.3.2**



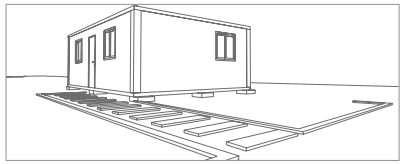


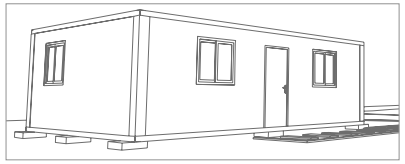












ÁREAS COMPLEMENTARES - UC.5 - SALA de FORMAÇÃO 1:100

UC.5 - SALA DE FORMAÇÃO
Área Bruta - 35,10 m²

ÁREAS ÚTEIS

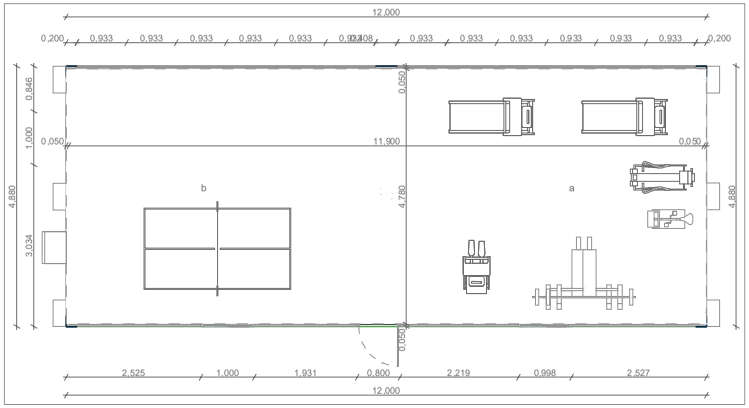
a - SALA de FORMAÇÃO - 15 Lugares - 33,90 m²

UC.6 - GINÁSIO / SALA de JOGOS
Área Bruta - 58,75 m²

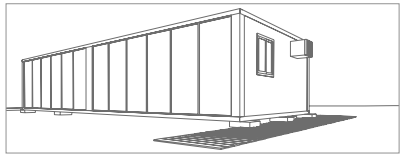
ÁREAS ÚTEIS

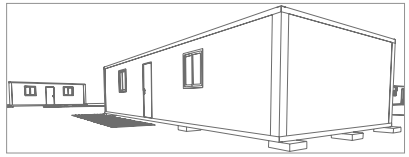
a - GINÁSIO - 28,44 m²

b - SALA de JOGOS - 2 8,44m²









ÁREAS COMPLEMENTARES - UC.6 -GINÁSIO / SALA de JOGOS 1:100

168

c3h

LOOK
ALGARVE
arquitectos
RUA DO RAMALHETE, Nº15, 8600 - 163 LUZ, LAGOS
EMAIL: look.arquitectos@gmail.com
www.lookalgarve-arquitectos.com
TLM.: 961 221 896

autor:
Arqtº. António Fernandes Alexandre

coautor:
Arqtª. Sónia Alexandra Silva da Costa

requerente:
TSBC - The Summer Berry Company Portugal, S.A.
morada:
Herdade de Almeidans - Caixa Postal 6905
7630-063 Longueira-Almograve - ODEMIRA
nif:
513911340

procedimento:
Regularização de I.A.T.A.
tipo de edifício:
I.A.T.A. - Instalaçõ es Alojamento Temporário Amovíveis
tipo de obra:
IATA Existente a Regularizar

localização da obra:
Herdade de Almeidans - Almograve - Odemira
coordenadas: **37°37'25.77" N 8°45'59.47" O**



técnico responsável:
Arqtº. António Fernandes Alexandre
ordem arquitectos: o técnico:
14467

peça desenhada:

ÁREAS COMPLEMENTARES - UC.5 e UC.6

Data:	Escala(s):	nº peça:
09/2021	**1:100**	**A.01.3.3**